

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

DOUGLAS RAFAEL SALAROLI

**ANÁLISE DOS ELEMENTOS DO ESPAÇO GEOGRÁFICO NO PROJETO
EXECUTIVO DE ENQUADRAMENTO DE CORPOS DE ÁGUA EM CLASSES
E PLANO DE BACIA PARA OS RIOS SANTA MARIA DA VITÓRIA E
JUCU/ES.**

**VITÓRIA
2013**

DOUGLAS RAFAEL SALAROLI

**ANÁLISE DOS ELEMENTOS DO ESPAÇO GEOGRÁFICO NO PROJETO
EXECUTIVO DE ENQUADRAMENTO DE CORPOS DE ÁGUA EM CLASSES
E PLANO DE BACIA PARA OS RIOS SANTA MARIA DA VITÓRIA E
JUCU/ES.**

**Dissertação apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em Geografia
do Centro de Ciências Humanas e Naturais
da Universidade Federal do Espírito Santo,
como requisito parcial para a obtenção do
título de Mestre em Geografia, na área de
concentração: Natureza, Técnica e
Território. Orientadora: Prof^a. Dr^a. Gisele
Girardi.**

**VITÓRIA
2013**

Salaroli, Douglas Rafael, 1982-

S161a Análise dos elementos do espaço geográfico no Projeto
Executivo de Enquadramento de Corpos d'Água em Classes e
Plano de Bacia para os rios Santa Maria da Vitória e Jucu-ES /
Douglas Rafael Salaroli. – 2013.

112 f. : il.

Orientador: Gisele Girardi.

Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal
do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

1. Espaço em geografia. 2. Recursos hídricos -
Desenvolvimento. 3. Alteridade. I. Girardi, Gisele. II. Universidade
Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências Humanas e
Naturais. III. Título.

CDU: 91

**“Análise dos Elementos do Espaço Geográfico
no Projeto Executivo de Enquadramento de
Corpos d’Água em Classes e Plano da Bacia para
os rios Santa Maria da Vitória e Jucu-ES”**

Douglas Rafael Salaroli

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Espírito Santo como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

Aprovada em 02 de Setembro de 2013 por:



Profª. Drª. Gisele Girardi - Orientadora - UFES



Prof. Dr. Luis Carlos Tosta dos Reis. – UFES



Profª. Drª Marilda Teles Maracci - UFV

AGRADECIMENTOS

Primeiramente à minha família, que compreenderam e aceitaram as minhas ausências. A vocês, todo amor do mundo.

Aos meus Pais. Fontes de sabedoria e amor, minha fortaleza, o meu porto seguro. Meus irmãos e sobrinhos, por me fazer compreender, todos os dias, que somos *um*.

Aos amigos da graduação que viram as minhas ideias se transformarem e por sempre apoiarem estas ideias, mesmo quando não concordavam. Em especial a Kenia Uliana, e Luis Henrique (Farofa).

Aos amigos da Pós Graduação: Beatriz, Ana Luiza, Pedro Henrique e todos que estiveram presentes nesses dois anos contribuindo com esta pesquisa. A Izadora pela parceria e ajuda sem esforços a nós Pós-graduandos.

Aos amigos do Centro Acadêmico Livre de Geografia (CALGEO), por vivermos ali uma verdadeira concepção libertária do ser.

À Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB – Vitória). Lugar onde podemos realizar (e realizamos) nosso trabalho de geógrafos em favor da sociedade.

Aos amigos Magno Almeida (Cabelão) e Rodrigo Huebra pelos anos de companheirismo e amizade em Bicanga.

Aos amigos de UFES. Thiago Duda, Paulo César Aguiar, Angelo Zanoni, Jeane dos Anjos, Wellington Pagung, Luiza Alves, Macely Schunck, André Azoury, Ladislau Sanders, Jessika Delpupo, Pedro Nolasco, Raian, Maria Elisa, Tuani Augusto por suas amizades, por ajudar sempre que possível, pelas conversas e divagações científicas.

Ao Labgest por sempre abrir suas portas, pelos Dados e Informações para a realização deste trabalho.

Aos professores amigos do curso de Geografia da UFES, em especial ao Paulo Cesar Scarim, Mauricio Sogame, Simone Raquel Batista, Claudio Luíz Zanutelli.

A Fundação de Amparo à Pesquisa do Espírito Santo (FAPES) pelo apoio financeiro, e por proporcionar a dedicação exclusiva para esta pesquisa.

A Gisele Girardi por sua dedicação, companheirismo, orientação científica, e Amizade, mas acima de tudo, por sua paciência. Obrigado por trilharmos juntos este caminho, idealizando e realizando nossas geografias.

Resumo

Esta pesquisa é a conclusão da dissertação de mestrado realizada com o suporte financeiro da Fundação de Apoio à Pesquisa do Espírito Santo (FAPES).

Discutimos sobre o “*Projeto Executivo para o Enquadramento de Cursos de Água e Plano de Bacia para os rios Santa Maria da Vitória e Jucu*” (PEEPB), ambos no estado do Espírito Santo. O PEEPB é um projeto inovador na tentativa de uma gestão pública compartilhada das águas neste estado. Abrange para além dos Comitês de Bacia Hidrográfica, os atores gestores por excelência, e incluem também a Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) com o Laboratório de Gestão de Recursos Hídricos e Desenvolvimento Regional (LABGEST_DEA_UFES), o Instituto de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Espírito Santo (IEMA), e a parceria com o consultor em gestão compartilhada de recursos hídricos Paulo Paim. Esta equipe de acompanhamento técnico e científico atua na capacitação de gestores, na realização de propostas para mobilização social, político institucional e na orientação do planejamento e ordenamento do território hidrográfico para a realização do Enquadramento de corpos de água em classe e o Plano de Bacia Hidrográfica. Conforme a Lei das águas (9433/97) e a Política Estadual de Recursos Hídricos (Lei 5.818) são garantidas a participação de três segmentos da sociedade, o poder público, a comunidade e os usuários de água, para atuarem na gestão de recursos hídricos com o intuito de promover um processo igualitário e participativo.

Diante da grande quantidade de atores que estes segmentos representam nos Comitês de bacia hidrográfica, e a parceria institucional de capacitação desses gestores para a realização do Projeto de Enquadramento de Corpos de água e Plano de bacia hidrográfica (PEEPB) que se situa esta pesquisa. Nosso objetivo é estudar as atividades do PEEPB na tentativa de entender os processos de produção do espaço das águas, para tanto usamos como método o estudo dos elementos do espaço geográfico, a saber: “*os homens, as firmas, as instituições, o meio ecológico*” (SANTOS, 2008); como um processo articulado em si e, entre si. Classificamos os elementos do espaço em

categorias de variáveis qualitativas como atores, função exercida no PEEPB, objetivo da ação e a correlação com demais elementos, o que facilitou a metodologia para entender os elementos do espaço estudados e suas relações no PEEPB.

A partir disso, observamos que as relações entre os elementos do espaço são capazes de expor à gestão das águas formas de reconhecimento da diversidade de atores gestores do território hidrográfico. A amplitude está em absorver as instancias do pensamento entre a atuação dos atores pela horizontalidade e a verticalidade no processo do planejamento do PEEPB, uma produção social do espaço das águas que tem por base a alteridade.

Palavras – chaves: Elementos do Espaço Geográfico, Gestão de águas, Alteridade.

Abstract

This research is the completion of the dissertation carried out with the financial support of the Foundation for Research Support of Espírito Santo (FAPES).

We discussed the " Executive Project for the Environment Watercourse and Basin Plan for Santa Maria da Vitória and Jucu rivers" (PEEPB), both in the state of Espírito Santo. The PEEPB is an innovative attempt towards a shared public management of water in this state. Covers beyond the Watershed Committees, actors managers par excellence, and also include the Federal University of Espírito Santo (UFES) with the Laboratory of Water Resources Management and Regional Development (LABGEST_DEA_UFES), the Institute of the Environment and Water Resources of Espírito Santo (IEMA), and partnership with a consultant of shared management of water resources Paulo Paim. This team of technical and scientific support works in the training of managers, in making proposals for social, institutional and political mobilization, and on the orientation of planning and ordainment of hydrographic territories to carry out the water bodies framing in class and the Watershed Plan. According to the Law of Waters (9433/97) and the Water Resources State Policy (Law 5818) the participation of three segments of society: the government, the community and water users, are guaranteed to act in the management of water resources in order to promote an egalitarian and participatory process.

Given the large number of actors that these segments represent at the watershed committees, and the institutional partnership for the capacity building of these managers to carry out the project of Water Bodies Framework and watershed plan, lies this research. Our goal is to study the activities of PEEPB in an attempt to understand the processes of production of water space, in this direction we use as a method the study of the elements of geographical space, as follows: "Men, firms, institutions, the ecological environment "(Santos, 2008), as an articulated process in itself and each other. We classified the elements of space into categories of qualitative variables as actors, the function performed at PEEPB, goal of the action and the correlation with other elements, which

facilitated the methodology towards the understanding of the studied elements of space and their relations in PEEPB.

From this, we observed that the relations between the elements of the space are able to expose to water management forms of recognition of the diversity of actors managers of hydrographic territory . The amplitude is to absorb the instances of thought between actors acting the horizontality and verticality in the process of planning PEEPB a social production of space waters based on otherness.

Keywords: Elements of space, water management; Alterity.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Área das Bacias Hidrográficas dos rios Santa Maria da Vitória e Jucu.	59
FIGURA 2 – Área Urbana da Região Metropolitana da Grande Vitória.	60
FIGURA 3 – Participação dos Representantes na Capacitação para o PEEPB.....	67
FIGURA 4 – Relação dos Atores Internos e Externos do PEEPB.....	85
FIGURA 5 – Diagrama de relações entre os Elementos do Espaço	92

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – População Residente nos Municípios Pertencentes às Bacias Hidrográficas dos Rios Sta. Maria da Vitória e Jucu..... 61

TABELA 2 – Atividades de Realização do Roteiro Geral Metodológico. 70

TABELA 3 – Descrição e Objetivos das Atividades Propostas no RGM..... 75

TABELA 4 – Parceiros de Planejamento do PEEPB. 79

TABELA 5 – Núcleo Base da Comissão de Acompanhamento do PEEPB..... 81

ANEXO

ANEXO I – Mapeamento dos atores dos Comitês de Bacia dos rios Santa Maria da Vitória e Jucu. 112

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.	13
CAPÍTULO 1 – A GESTÃO PARTICIPATIVA DA ÁGUA E A PRODUÇÃO SOCIAL DO ESPAÇO.	19
1.1 – A GEOGRAFIA E A DISCUSSÃO SOBRE GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS.....	25
1.2 – PROCESSOS DE ALTERIDADE NA GESTÃO DAS ÁGUAS.	32
1.3 – OS ELEMENTOS DO ESPAÇO E A GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS	36
1.3.1 – AS VERTICALIDADES E HORIZONTALIDADES NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO DAS ÁGUAS.	46
1.3.2 – O ESPAÇO DAS ÁGUAS E AS RELAÇÕES DE (RE)PRODUÇÃO DO ESPAÇO.	50
CAPÍTULO 2 - A GESTÃO DAS ÁGUAS NOS RIOS SANTA MARIA DA VITÓRIA E JUCU: O HISTÓRICO DA CONSTRUÇÃO PARTICIPATIVA	52
2.1 – DESCRIÇÃO DO TERRITÓRIO DE GESTÃO DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DOS RIOS SANTA MARIA DA VITÓRIA E JUCU.	58
2.2 – CONTEXTUALIZANDO O ROTEIRO GERAL METODOLÓGICO (RGM).....	63
2.2.1 – O ROTEIRO GERAL METODOLÓGICO (RGM).	66

3 - OS ELEMENTOS DO ESPAÇO E SUAS VARIÁVEIS.	77
3.1 – CARACTERIZAÇÕES DOS ELEMENTOS DO ESPAÇO NO PEEPB.	78
3.2 – OS ATORES DOS COMITÊS DE BACIA HIDROGRÁFICA NO PLANEJAMENTO DO PEEPB.	86
3.3 – A RELAÇÃO ENTRE OS ELEMENTOS DO ESPAÇO E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO DAS ÁGUAS NO PEEPB.	89
4 – O PEEPB E AS AÇÕES DE ALTERIDADE.	96
CONSIDERAÇÕES.	99
REFERÊNCIAS	106
ANEXOS	112

INTRODUÇÃO

Desde que foi instituída a Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH) em 1997, a União, os estados e municípios ainda passam por adaptações políticas-institucionais. Mudanças nas Leis estaduais com a criação das Políticas Estaduais referentes à gestão de águas, a criação e aprovação de Comitês de Bacia Hidrográfica (CBH), são algumas alternativas de realização objetiva na execução e integração da política das águas. Desta forma a PNRH tem sua concepção ambiental e ideológica adaptada aos estados, sendo que as Políticas Estaduais de Recursos Hídricos (PERH) aparecem quase que exclusivamente como uma cópia da PNRH, relativa à sua área de atuação na gestão. Não obstante, o estado do Espírito Santo, que em sua Política Estadual de Recursos Hídricos, Lei 5.818 de 29 de dezembro de 1998, abrange como princípios que a gestão das águas neste estado, seja também, descentralizada e participativa devendo contar com a participação do poder público, da comunidade e dos usuários de água¹. Para este exercício compete ao Comitê de bacia hidrográfica a gestão de conflitos e a articulação de entidades intervenientes no processo de gestão para a implementação dos Instrumentos de Gestão propostos na PERH.

O estado do Espírito Santo vem consolidando formas de articulação institucional, sendo estas garantidas pela PERH, na tentativa de efetivação de uma gestão descentralizada e participativa. O Estado apoiou a criação de Comitês de Bacias Hidrográficas (IEMA, 2012) e, por meio do órgão público de gestão de meio ambiente e recursos hídricos (IEMA) em parceria com Universidades e Institutos de Pesquisa, promovem ações envolvendo ciência e tecnologia na busca de proporcionar um ambiente de gestão política da água favorável ao desenvolvimento regional. Por exemplo, as ações do projeto “Produtores de Água”, que conta com a aceitação do produtor em manter áreas estratégicas na bacia hidrográfica sempre com cobertura florestal. A base técnica entra com apoio do IEMA, IDAF e outros, para identificar se a área preservada está no padrão pedido no projeto, isso inclui estudo sobre fauna,

¹ Lei Estadual nº 5.818. Art. I, inciso IV.

flora e qualidade da água. Desta forma considera-se que o desenvolvimento da região hidrográfica entendido por nós está na proposta de ser o espaço rural a fonte de produção do elemento água, agindo como um captador de água do ecossistema e o distribuindo ao espaço urbano que, por sua vez, está impermeabilizado e aumentando sua área a cada dia.

No que tange aos Instrumentos de Gestão de Recursos Hídricos, foi realizada uma pesquisa referente a metodologias de aplicação do Enquadramento de Corpos de água em classes pelo Laboratório de Gestão de Recursos Hídricos e Desenvolvimento Regional do Departamento de Engenharia Ambiental da Universidade Federal do Espírito Santo (LABGEST/DEA/UFES) denominado: *Enquadramento de Corpos D'água como Instrumento de Planejamento para o Desenvolvimento Sustentável Regional – DES-ÁGUA*, ou simplesmente projeto DESÁGUA (LABGEST, 2008).

Esta pesquisa caracterizava-se por introduzir ao processo de gestão das águas a parceria entre gestão institucional das águas IEMA (representante da área de meio ambiente do Estado), a ciência (Universidade Federal do Espírito Santo), agregando ao tema gestão de recursos hídricos o *duo* tecnologia e informação. Atividade caracterizada como essencial no processo de Enquadramento de corpos de água em classes, um processo tecno-científico e social. O projeto tinha como objetivo contribuir para o estabelecimento de metodologias de enquadramento de corpos d'água, através de estudos de simulação do processo de enquadramento do *Rio Santa Maria da Vitória/ES e Região Estuarina Adjacente*, contando com a participação de membros do Comitê de bacia hidrográfica na perspectiva de entender os aspectos socioeconômicos, ambientais, legais, políticos e institucionais de uma gestão de águas. (DESÁGUA, 2008).

Naquele contexto foram estabelecidas relações de parceria entre os órgãos públicos de gestão ambiental do Espírito Santo, a UFES e outros parceiros para consultoria referente à democratização no processo de planejamento dos instrumentos de gestão. Aquele projeto pioneiro, o projeto DESAGUA, é o

suporte para a realização do “*Projeto Executivo para o Enquadramento de Cursos de Água e Plano de Bacia para os rios Santa Maria da Vitória e Jucu*” (PEEPB). O “PEEPB” se realiza novamente pela parceria entre o Instituto de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Espírito Santo (IEMA), o Laboratório de Gestão de Recursos Hídricos e Desenvolvimento Regional (LABGEST) e os Comitês de Bacia Hidrográfica dos rios Sta. Maria da Vitória e Jucu. Tem como proposta, dentre outras, qualificar e empoderar os atores gestores do espaço das águas para as etapas de planejamento e realização do Enquadramento de corpos de água e o Plano de Bacia Hidrográfica.

Compreendemos a gestão pública das águas como um produto da sociedade ou, em outras palavras, analisamo-la por meio de processos e arranjos sociais (políticos institucionais, econômicos, sociais, ou seja, espaciais) à qual sua estrutura se desenvolve. Para isso, é preciso uma reflexão aprofundada sobre os elementos que compõem o espaço geográfico e as etapas de planejamento e decisão para a realização da gestão da água.

Para Santos (2008) os elementos de análise do espaço geográfico são processos *articulados em si e, entre si*. Para nossa pesquisa, estes elementos enquanto categorias de análises, a saber: “os *homens, as firmas, as instituições, o meio ecológico e as infra-estruturas*” (SANTOS, 2008, p.17); assumem características importantes na estrutura social referente a gestão das águas, por apresentarem particularidades, e ainda, por não se distanciarem das pluralidades existentes nos processos de gestão das águas. Neste sentido, esta pesquisa se propôs a estudar os elementos do espaço no “*Projeto Executivo para o Enquadramento de Cursos de Água e Plano de Bacia para os rios Santa Maria da Vitória e Jucu (PEEPB)*”, no estado do Espírito Santo.

Nosso objetivo foi estudar as atividades do PEEPB, a fim de compreender as relações entre os elementos do espaço e, principalmente, observar se há nesta relação uma ação de alteridade, o reconhecimento da diversidade e da multiplicidade sócio-territorial existentes nos processos de gestão das águas.

Para realização do nosso objetivo as etapas específicas do trabalho foram: a. Revisão bibliográfica sobre o conceito de produção do espaço com ênfase na teoria proposta por Milton Santos de análise dos Elementos do Espaço e às Verticalidades e Horizontalidades do Espaço; b. Revisão e análise do processo de construção do PEEPB; c. Caracterização dos elementos do espaço atuantes no PEEPB; d. Análise das ações da comissão de acompanhamento e capacitação aos atores gestores do PEEPB; e. Caracterização e discussão das ações de alteridade no planejamento dos instrumentos da gestão das águas.

O PEEPB representa um avanço em termo de gestão de recursos hídricos no Espírito Santo. Isso se explica devido ao acúmulo de discussão referente ao processo de implementação do projeto, veremos no decorrer da leitura de nossas análises referentes ao PEEPB que realizam-se encontros e workshops, reunião aberta para esclarecer o tema, dentre outras atividades. E ainda, por ter como objetivo garantir a participação ampla dos diferentes atores que de uma forma ou de outra, possuem relações com o território das bacias hidrográficas na construção de um processo decisório para sua gestão.

Baseado neste contexto nossa proposta foi encaminhar a pesquisa destacando no capítulo 1, a forma como a Geografia discute a gestão de recursos hídricos. Procuramos entender o processo da mudança política e econômica ocorrido no Brasil entre 1960 a 1997. Isso trouxe como elemento uma proposta de reorganização da sociedade, uma forma participativa direta de organização do espaço por políticas públicas de ordenamento do território, neste caso especificamente, o território da Bacia hidrográfica. Cria-se assim, uma tríade que deve ser ouvida, entendida e posta a pensar o espaço das águas, uma diversidade de elementos que buscamos entender sobre a perspectiva da Alteridade. Prosseguimos com a análise do nosso recorte teórico, os Elementos do Espaço geográfico, caracterizando-os como subsídio ao estudo da gestão de recursos hídricos. Foi possível entender como é ampla a concepção de gestão das águas, por exemplo, podemos pensar a distinção entre o território hidrográfico e o território bacia hidrográfica como duas formas de se buscar uma concepção de gestão física e social da bacia hidrográfica.

No capítulo 2, detalhamos o PEEPB. Fazemos uma descrição da área das Bacias Hidrográficas dos rios Santa Maria da Vitória e Jucu. Damos destaque à importância política, econômica e social da área das bacias inseridas no PEEPB. Esta atividade nos leva a reflexão entre a gestão física natural da bacia hidrográfica e a gestão social da água, uma vez que é preciso integrar no Plano de Bacia estudos relacionados à estrutura morfológica, hidrológica das bacias hidrográficas, como também estudos envolvendo histórias, estórias, fluxos demográficos, usos do solo, etc. Contextualizamos o documento Roteiro Geral Metodológico (RGM), uma base que serve como o próprio nome diz como roteiro para as atividades que irá se realizar pelo PEEPB.

No capítulo 3, discutimos as ações realizadas pelo PEEPB no período de 2009 a 2012. Identificamos os Elementos do Espaço que participam do PEEPB e, em seguida, classificamos por função exercida, objetivo da ação e a correlação com os demais elementos. Isto nos deu aporte para a discussão sobre como as atividades propostas pelo PEEPB e a forma de entender o processo de planejamento para realização do projeto trabalha visando o reconhecimento da diversidade de atores que compõem a gestão das águas, um processo de Alteridade na reflexão sobre os territórios hidrográficos de gestão. Refletimos sobre a intenção do PEEPB de promover esta gestão ampla em participação e a potencialidade de realização desta função. Observamos as formas de reconhecimento da diversidade posta no território hidrográfico como uma atividade constante do grupo Coordenador do projeto, e a intenção deste em ampliar os atores gestores no processo de discussão para o Enquadramento de corpos de água em classe e na realização do Plano de bacia hidrográfica para os rios Santa Maria da Vitória e Jucu.

No capítulo 4, fizemos uma caracterização daquilo que observamos no PEEPB enquanto ações de Alteridade. Destacamos como a ação do grupo de coordenação do PEEPB tem proporcionado à busca da inserção social de

forma ampla, elevando a potencialidade de reconhecimento das diferenças, ou seja, uma proposta de Alteridade no pensar o espaço das águas.

Disso que foi apresentado faço algumas considerações sobre a gestão de recursos hídricos e a produção do espaço das águas, de forma a contribuir com o Projeto Executivo de Enquadramento de Corpos de Água em Classe e Plano de Bacia para os rios Santa Maria da Vitória e Jucu. As contribuições variam desde o destaque das ações de alteridade exercida pelo PEEPB, como também de dificuldades encontradas nesse processo para a participação maior dos grupos sociais no planejamento do Projeto.

1 – A GESTÃO PARTICIPATIVA DA ÁGUA E A PRODUÇÃO SOCIAL DO ESPAÇO

A política brasileira passou por diversas mudanças em sua estrutura constitucional², um conjunto de regras de governo que rege o ordenamento jurídico de um País. Isso acarreta em reflexos na gestão pública, por exemplo, a forma de se pensar o território pelo imperativo da *ordem*, e as transformações nos territórios idealizadas com objetivos estratégicos para acúmulo de capital e informação, e o progresso desenvolvimentista do Estado. São atitudes provenientes da transformação do espaço nas formas de como podemos pensar e organizar o território, ou seja, como a sociedade se distribui e se organiza nos lugares, e o modo como se estrutura politicamente e economicamente o Estado brasileiro no século XX.

Estas formas de organização do espaço levam a mudanças administrativas e políticas como modo de adaptação às necessidades locais e globais de gestão dos territórios. A sociedade é testemunha ao perceber o acelerado processo de transformação do espaço, principalmente quando nos referimos a industrialização e a urbanização, ambas justificadas pelo discurso modelo de progresso e contribuindo para o consumo de matérias primas para sustentar esse discurso.

Foi também um momento de reorganização do pensamento científico com destaque para os investimentos na educação, em todas as instâncias do Estado, para áreas formadoras de mão de obra (escolas técnicas e cursos superiores de base técnica como engenharias civil e de produção à, mais recente, biotecnologia). Há uma profunda relação entre o ensino científico e técnico na formação de mão de obra para indústrias e o capital industrial transformador do espaço brasileiro que se realizavam nas relações cotidianas,

² A versão em vigor atualmente, a sétima na história do Brasil (1891, 1934/37/43/67/69/88), foi promulgada em 5 de outubro de 1988 (ASSUNÇÃO NETA; BURSZTYN, 2001, s/p. **Grifo nosso**).

uma relação que definiu em seu percurso a forma de tornar o elemento natureza (água, minerais ferrosos, terra, etc.), em matéria prima.

A tendência (**do governo brasileiro na década de 60**) sempre foi com a promoção do desenvolvimento econômico com base na ampliação da exploração dos recursos naturais e do aprimoramento tecnológico, sobretudo após a segunda guerra mundial (ROSS, DEL PRETTE, 1998, p.91. **grifo nosso**)

É também, um momento de mudança na administração pública institucionalizada da água, para atender às novas demandas socioeconômicas, como por exemplo, os grandes complexos industriais no sudeste e o aumento da população urbana. O Estado brasileiro se organizava de forma centralizada nas tomadas de decisões política, econômica e social. Este processo de mudança se dá no tempo da seguinte maneira: com a primeira industrialização brasileira na década de 1930, aumenta a procura por água para a produção de energia e para a estrutura da produção fabril. Isso fez com que o Estado brasileiro se preocupasse com a forma de utilização da água, tendo enquanto perspectiva a água como um elemento essencial em todo o processo de produção humana. Neste contexto é decretado no Brasil, no ano de 1934, o “Código das Águas”, sendo este código uma forma de ordenamento para os usos da água e, em especial, para a utilização na geração de energia. Nas palavras de Assunção Neta e Bursztyn (2001) na Constituição brasileira de 1934 foi dado ao Estado “poder para retirar dos proprietários de terras o direito sobre os cursos d’água que margeavam suas propriedades”, as autoras ressaltam ainda que no Código das Águas,

[...] do total de 205 artigos deste Código cerca de trinta por cento (30%) referem-se ao aproveitamento do potencial hidráulico. Estes artigos foram regulamentados e aplicados na íntegra, porque havia grande interesse do governo em viabilizar a produção de energia a baixo custo, para atender às demandas das novas indústrias que estavam sendo instaladas no País (ASSUNÇÃO NETA; BURSZTYN, 2001, s/p).

Entendo que, neste momento da história política nacional, a água deixou de ser entendida somente como elemento natural da sobrevivência humana, para se tornar também, recurso (objeto) do capital. É quando o Brasil se insere em um modelo de desenvolvimento voltado ao capital industrial com a criação de

grandes parques industriais e de empresas estatais na área da mineração e produção de aço. Durante esse tempo a gestão política da água no Brasil se estabeleceu pelo centralismo na tomada de decisões e, com isso, coube à época, a Diretoria da Água e a Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS), ambas vinculadas ao Ministério da Agricultura³, serem os órgãos gestores da água, ao estabelecerem normas regulamentando o controle da propriedade da água. Em seguida, na década de 1960, a gestão da água se desliga do Ministério da Agricultura e vincula-se ao Ministério de Minas e Energia, quando ganha força o Conselho Nacional de Água e Energia Elétrica (CNAEE), órgão responsável para pôr em prática as disposições contidas no Código das Águas. Novamente é criado outro órgão de gestão energética, o Departamento Nacional de Água e Energia Elétrica (DNAEE), a existência de dois órgãos com finalidades análogas causaram problemas administrativos. As funções do CNAEE foram extintas em 1969, e adicionadas ao DNAEE cuja finalidade segundo a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANELL, 2012) está em ser o *Órgão Central de Direção Superior responsável pelo planejamento, coordenação e execução dos estudos hidrológicos em todo o território nacional; pela supervisão, fiscalização e controle dos aproveitamentos das águas que alteram o seu regime; bem como pela supervisão, fiscalização e controle dos serviços de eletricidade* (ANELL, 2012, acessado em janeiro).

É preciso refletir sobre o modelo de administração pública em que o país se viu “preso” durante a política de Estado centralista nos anos de ditadura militar. Época essa contemporânea à institucionalização da gestão das águas aos órgãos públicos, ou empresas de geração de energia elétrica pertencentes à estrutura política militar. Como a proposta econômica do governo militar de modernização do país era pela via da industrialização, é preciso que haja água, tanto para geração de energia para as indústrias como para o abastecimento humano no campo e nas cidades. Cresce assim, a demanda por água no país

³ A economia nacional do Brasil transitava da economia industrial agrícola para a indústria de base (aço e bens materiais duráveis), isso dava ao Ministério da Agricultura através do órgão chamado Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil, a importância para legislar sobre as águas. (ASSUNÇÃO NETA; BURSZTYN, 2001, s/p).

e, durante anos, os modelos de desenvolvimento industrial do campo e da cidade tornaram aquilo que parecia inacabável (a água), por tanta exuberância e disponibilidade, em um problema ao desenvolvimento caso seu consumo não seja atendido.

Como um reflexo da política de desenvolvimento capitalista, as consequências desse modelo de operação como o aquecimento da atmosfera e a falta de água potável levam a um questionamento em nível global. Como lidar com as consequências do desenvolvimento de forma a não consumir os recursos naturais do planeta? No ano de 1972, na conferência de Estocolmo para tratar assuntos referentes ao ecossistema global e a produção capitalista, já apontavam a água como uma questão problemática, devido aos maus usos e sua presumida “escassez”, deste ponto de vista destaca Vargas (2000)

A partir dos anos 70, a água passou a constar como um dos capítulos mais importantes da agenda internacional. Após a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano, realizada em Estocolmo, em 1972, a Conferência de Mar del Plata, em 1977, foi o primeiro evento multilateral genuinamente global a debruçar-se, sob os auspícios das Nações Unidas, sobre a problemática da água. O Plano de Ação então adotado reconheceu a conexão intrínseca entre os projetos de desenvolvimento de recursos hídricos e suas significativas repercussões físicas, químicas, biológicas, sanitárias e sócio-econômicas. (VARGAS, 2000, p. 178)

Neste contexto, ao problematizar os usos da água e sua relação com a degradação ambiental e o modo de produção capitalista, é que acontece no Brasil, 20 anos depois, a Rio 92 ou ECO 92. Um evento mundial que aconteceu na cidade do Rio de Janeiro de extrema importância para a questão ambiental, já que a demanda por matéria prima e o aumento na produção industrial no campo e nas cidades, já traziam para processo de acumulação capitalista problemas referentes aos usos demasiados dos elementos água, terra, florestas, ar, minerais. Não podemos deixar de destacar o aumento do consumo de água devido à lógica produtivista de consumo dos recursos naturais aos avanços tecnológicos e da engenharia, e ao crescimento da população, havendo assim um ambiente de disputa por acesso e controle da água.

Surgia nesta conjuntura à necessidade de preservação dos ecossistemas e, neste sentido, da vida na terra. Uma necessidade que se estruturasse uma participação que envolvesse os âmbitos sócio-político-econômico-ambiental, aos Estados e à União à condição de suporte à gestão, ou seja, na criação de Leis (ordenamento) e no planejamento participativo do território. No Brasil a abertura para este cenário aparece em primeira instância com a promulgação da Constituição de 1988. Neste momento o Estado reconhece a gerência do território de modo descentralizado e com a participação das comunidades na gestão dos bens públicos⁴, inclui-se nisto a gestão da água. Esta, porém, estava vinculada à geração de energia e às instâncias de decisões militares, durante esses 37 anos (início da década de 1960 a 1997), sempre centralizadas ao comando do Estado.

Somente no ano de 1997 é que se institui no Brasil uma política específica à gestão das águas, isso significa não estar vinculada à política de geração de energia como em outrora, uma política de cunho democrático por incluir no processo de decisão a participação da sociedade. Portanto, a trajetória política institucional de gestão da água no Brasil se concretiza com a Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH), a Lei 9.433 de 8 de janeiro de 1997. Sua base está estruturada à luz da Constituição de 1988, sendo, por isso, uma gestão fundamentada na participação social e na descentralização das ações administrativas.

Estamos diante do contexto histórico no qual nossa pesquisa se estrutura, um contexto de reformulação de produção do capital econômico e social, de “crise da água” que é uma das bases de produção deste modelo, e de uma sociedade adaptando-se a este novo modo de governança pública, tornando-se atores no processo de decisão política e, conseqüentemente, o sujeito político do ordenamento do espaço, se a Lei 9.433/97 fundamenta a participação social na gestão da água, esta sociedade se torna um sujeito político. As relações entre os atores da produção do espaço das águas apresentando-se enquanto

⁴ Constituição da República Federativa do Brasil de 5 de outubro de 1988. Seção 1. Art.194. Inciso VII.

conjuntura histórica, política, econômica e social, e se (co)relacionam expressando-se na ação (pensar e planejar o território) dos atores gestores nos comitês de bacia hidrográfica de sua região.

Desde que foi instituída, em 1997, a Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH), a União, os estados e municípios ainda passam por arranjos políticos e institucionais na tentativa de realização objetiva de execução, integração e funcionamento da política das águas. A PNRH tem sua estrutura adaptada aos estados, sendo que as Políticas Estaduais de Recursos Hídricos (PERH) aparecem, quase que exclusivamente, como uma cópia da PNRH relativa à sua área de atuação na gestão. Não obstante, o estado do Espírito Santo, que em sua Política Estadual de Recursos Hídricos Lei 5.818 de 29 de dezembro de 1998, abrange como princípios que a gestão das águas, neste estado seja, também, descentralizada e deve contar com a participação do poder público, da comunidade e dos usuários de água. Para a PERH, ao Comitê de Bacia Hidrográfica compete à gestão de conflitos e a articulação de entidades intervenientes no processo de gestão para a realização dos Instrumentos de Gestão propostos na PERH, bem como a representatividade de suas categorias institucionais.

Com a sanção da Lei das águas e a aferida participação da sociedade em três âmbitos (poder público, sociedade civil, capital privado) amplia-se a necessidade de uma reflexão sobre os territórios hidrográficos de gestão. Podemos então analisar a produção social do Espaço das águas enquanto uma ação objetiva de pensar, planejar e vivenciar as relações sociais que emanam da significação da água enquanto elemento ou recurso da sociedade. Destacamos ainda a concepção referente à condição da água no Brasil como um bem público, ou seja, como um elemento do espaço e um recurso necessário para sobrevivência, um objeto geográfico. Portanto, a produção social do espaço da água é uma atividade de existência, como também, de realização desta existência na “objetivação da natureza” que significa a utilização racional dos recursos naturais na manutenção da vida na terra.

1.1 – A GEOGRAFIA E A DISCUSSÃO SOBRE GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS.

A geografia ao discutir questões relacionadas à gestão das águas o faz normalmente, mas não especificamente, relacionado à perspectiva físico-natural-ambiental. Em grande parte, são assuntos referentes a metodologias de planejamento e ordenamento do território ou em descrição morfoclimática de áreas de estudo. Há, também, referências adotando a postura de análises sociais, quando os autores optam por colocar como fatores preponderantes assuntos discutindo políticas públicas, conflitos por usos e apropriação do recurso hídrico, relações entre atores gestores dos comitês de bacia, etc. São importantes contribuições por entender que a gestão de recursos hídricos, que tem como definidor de ações o Plano de Recursos Hídricos por Bacia Hidrográfica, será um documento composto por informações de caráter técnico/científico ao enlace da perspectiva físico-natural-ambiental. Como também conterà informações de caráter socio-espacial ao embarcar neste contexto informações sobre população, modos de usos da água e do solo, modelos de abastecimentos de água, etc. Observaremos algumas imersões da geografia na discussão sobre o tema água, como também, sua gestão político-social.

Citamos, por exemplo, autores como Ross e Del Prette (1998) que discutem a bacia hidrográfica como uma importante unidade de gestão da água e a importância da integração de outras políticas ambientais à gestão da água. Pois, para estes autores, a gestão da água perpassa a questão dos recursos hídricos e incluem outros conhecimentos sobre recursos naturais (água, solo, relevo, atmosfera, subsolo, fauna, flora) e, ainda, questões relacionados à sociedade e economia, tais como, abastecimento urbano e rural, o pagamento uso da água, dentre outros. Destacam a importância de entender a complexa relação entre os elementos do espaço na gestão de recursos naturais, mais precisamente os recursos hídricos, por desempenharem uma ação de “*planejamento global integrado*” (ROSS, DEL PRETTE, 1998. p. 98) baseado

não somente na área da bacia hidrográfica, mas em sua relação com o espaço total.

Uma perspectiva bastante detalhada sobre a análise geográfica na gestão de águas em um Centro Urbano pode ser encontrado em Ross (2004) de título “São Paulo: a cidade das águas”. Ross analisa a condição da água na cidade de São Paulo, seus mananciais e águas subterrâneas. Suas considerações neste artigo estão pautadas nas bacias hidrográficas pertencentes à Grande São Paulo, discorre principalmente sobre a estrutura geomorfológica da cidade, a ocupação urbana com base no uso do solo, e a condição das águas para o consumo. Suas análises concluem que a qualidade da água na cidade de São Paulo não apresenta boa qualidade para consumo, o que gera um gasto elevado para limpeza e redistribuição, isso ocorre principalmente “*no rio Tietê e de seus tributários de alto curso* (ROSS, 2004, p. 217)” área de urbanização mais densa na cidade de São Paulo. Discute também a formação institucional da Lei de gestão da água no Brasil e, na cidade de São Paulo. É importante que destaquemos do texto que o estado de São Paulo foi pioneiro em ter uma legislação específica sobre a gestão da água, tendo em vista um sistema integrado de gestão de águas. Outro avanço foi à operacionalização no planejamento da gestão que se *tornou descentralizada e participativa* (IMESP, 1989, apud ROSS, 2004. p. 190). Estas mudanças na estrutura política da gestão das águas, descentralizando as ações de gestão, proporcionaram a criação de Comitês de Bacia Hidrográfica. Uma proposta inovadora contida na Lei (7.663/1991) Estadual de Recursos Hídricos de São Paulo, tendo em vista que a homologação da PNRH, que determina o planejamento por bacias hidrográficas e a gestão descentralizada e participativa efetuada por Comitês de Bacia Hidrográfica, só aconteceria no ano de 1997.

Mendonça e Santos (2006) discorrem sobre a institucionalização do Sistema Nacional de Recursos Hídricos, destacando os principais atores e elementos do processo de gestão, dentre eles o comitê de bacia hidrográfica e os instrumentos legais da gestão.

Estes autores à luz do pensamento de Rebouças (2002) destacam que a água enquanto “*elemento da natureza desvinculado de qualquer uso ou utilização, donde um bem natural*”, Contrapondo-se a isso o “*termo recurso hídrico é a consideração da água como bem econômico passível de utilização como tal fim*” (REBOUÇAS, 2002 apud MENDONÇA, SANTOS, 2006. p. 104). Neste sentido os autores apontam para uma gestão holística dos recursos hídricos, uma gestão que considere todos os elementos físicos e sociais do espaço. Contudo, não abrangem a discussão para a análise desses elementos como importantes no processo da gestão social da água, remetendo-se a este contexto como problemático por suas inúmeras dúvidas em relação à constituição dos comitês gestores, usos e taxações da água, entre outros. Ressaltam que esse processo é, de certa forma, uma novidade para a sociedade que terá de se adaptar à “*gestão participativa e a cultura do compartilhamento*” (MENDONÇA, SANTOS, 2006. p. 110). Esses autores expõem considerações extremamente relevantes sobre a escala territorial da gestão ou, em outras palavras, a gestão por unidades em micro bacias. Questionam-se “*como fazer a gestão ideal da água a partir de bacias hidrográficas ante a esta variada superposição de delimitações do espaço/territórios*”? (MENDONÇA, SANTOS, 2006, p. 110).

Apresentam a escala da bacia hidrográfica como uma proposta condizente à gestão, pois consideram como uma boa opção simplesmente por “*sustentar-se devido à falta de uma delimitação mais apropriada e condizente para uma gestão holística e totalizante dos recursos hídricos*” (MENDONÇA, SANTOS, 2006, p. 110). A microbacia, portanto, é o caminho pelo qual estes autores destacam ser possível o envolvimento de todos os atores sociais para a gestão participativa, por se tratar de um espaço “*reduzido*”, não obstante do espaço total, mas que expressa de forma mais enfática as relações cotidianas do lugar.

Sobre outro ponto de vista, também é possível encontrar autores que discutem a água, ou a gestão das águas, nos territórios hidrográficos sobre o ponto de vista da geopolítica, relacionado principalmente à discussão os atores da água e as suas relações na tomada de decisão. Por exemplo, Del Prette (2002) que analisa os comitês de bacia hidrográfica considerando as suas formas de

atuação. No contexto geral, o autor faz sua reflexão sobre a discussão referente aos conflitos eminentes da apropriação da água, desde sua função social como elemento da natureza à função de recurso, característica que o autor considera surgir da multiplicidade de atores existentes no contexto da gestão hidrográfica. Del Prette (2002) considera que a dificuldade no avanço à gestão está na “*origem eminentemente social*”, como, por exemplo, “*garantir saneamento básico, e a recuperação de rios e córregos*” (DEL PRETTE, 2002, p. 138). Del Prette ressalta ainda a importância dos agentes legais da gestão que em situações de conflitos, exercerem um papel fundamental na mediação entre sujeitos sociais envolvidos, como também destacam Mendonça e Santos (2002)

sistema de gestão de recursos hídricos pode, em tese, fazer a mediação entre as diversas disputas sociais em torno do uso da água, colocar em negociação as demandas dos diversos usuários e, ‘racionalmente’, optar pelo melhor uso social, isto é, conjunturalmente coletivo, porém, pode apenas parcialmente, limitadamente, dar conta dos problemas sociais mais amplos e profundos, implicados na gestão. (MENDONÇA, SANTOS, 2006. p. 143).

A amplitude da problemática social à qual o autor se remete envolve não somente a multiplicidade de saber que se faz necessário à gestão da água, saberes de caráter técnico-científico, contudo é preciso incluir neste processo, como observado por Machado *et al.* (2004, p.12), os saberes “*sociotécnico*” uma forma de diálogo entre os saberes técnicos e social. Como à diversidade sociocultural existente nas bacias hidrográficas, o que revela variadas formas de entender e enxergar a água como o recurso hídrico e/ou como elemento da natureza na sua função social, cada grupo vê a natureza conforme sua “*organização de sociedade*” (MOREIRA, 2007, p.56).

Fracalanza (2005) que discute o uso e a apropriação da água na produção do espaço, tanto como elemento substancial à vida humana à categoria de recurso na utilização das águas para as atividades humanas. Para a autora a água enquanto recurso para atividade humana está envolvido numa relação que perpassa seus usos substanciais, como por exemplo, os diversos tipos de abastecimento e usos prioritários, a discussão avançou ao nível de questionamentos sobre “*os padrões de desenvolvimento e na proposição de*

estratégias de desenvolvimento ditas ambientais sustentáveis” (FRACALANZA, 2005. p. 22). Este modelo de sustentabilidade que hoje é aplicado ao meio ecológico está pautado no debate da Conferencia Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (1991), e segundo Faladori (1991) apud Fracalanza (2005) são dois os elementos, a saber: *“a garantia de um mundo natural para as futuras gerações; e um desenvolvimento com equidade para as gerações presentes”* (FRACALANZA, 2005. p.22). Por se tratar então de uma realidade de transformação do espaço, os recursos naturais tomados pela produção humana tende, de forma errônea, por necessitar de uma simbólica apropriação e resguardo pelos diversos atores deste espaço. Pensar a água enquanto elemento e recurso das atividades fundamentais de existência da sociedade, estamos nos apoiando na concepção de que há uma transformação no espaço por intermédio da ação humana, seja para a manutenção da vida e, também, enquanto um recurso apropriado pelo homem como estratégia política ou econômica.

Fracalanza (2005) nos faz questionar os tipos de envolvimento que são necessários, para uma gestão das águas associada à necessidade de preservação e desenvolvimento regional. Estes questionamentos se apresentam em nossa pesquisa visando uma discussão para a alteridade, ou seja, como levar em conta a diversidade de formas e ações de produção do espaço das águas envolvendo sua multiplicidade de relações.

Campos e Fracalanza (2010, p.366) trazem para discussão a noção de governança da água e a apropriação como conflito. Estes atores afirmam que para uma gestão descentralizada e participativa das águas, a busca na integração se faz pela noção do consenso. Para os autores, a gestão das águas envolve três vieses importantes, os quais destacarei:

- *“A organização político-administrativa de um determinado território-poder centralizado ou descentralizado”;*
- *O papel definido para o Estado nas diferentes etapas do processo - definição de prioridades, proposição, implantação, gestão, fiscalização, monitoramento e avaliação de políticas públicas -, bem como o nível de*

abertura do processo democrático para que seja possível negociar no interior dos espaços públicos e elaborar políticas que considerem os princípios de equidade, justiça social e sustentabilidade ecológica, além da própria eficiência econômica perseguida há algum tempo;

- *A abordagem adotada para tratar da questão hídrica, intrinsecamente ligada à organização político-administrativa, responsável pela definição das prioridades de uma determinada política e dos instrumentos e mecanismos a serem utilizados, bem como pela definição da unidade territorial a ser objeto da gestão e do planejamento.*

Se observarmos a bacia hidrográfica, escolhida como o território de gestão das águas, expõem-se elementos que transcendem sua área física estabelecida por divisores de águas. Existem, por exemplo, no território em que o PEEB se realiza⁵ contextos econômicos que, no mundo capitalista globalizado, estão sendo discutidos e idealizados fora daquele território hidrográfico. Apoiados na discussão feita por Mendonça e Santos (2006), acreditamos que as unidades de gestão não devem considerar o território bacia hidrográfica como uma “área fechada” para seu planejamento, esta etapa de trabalho, se considerada por áreas menores, ampliando as escalas e valorizando um contato mais direto com os múltiplos territórios hidrográficos, podem trazer melhores resultados e análises mais detalhadas dos modos de vida referentes aos usos da água e do solo. Esses argumentos embasam a ideia de uma gestão de águas abrangente, deve-se empoderar todos os atores de decisão, ou seja, fazer de cada um o elemento administrador da sua realidade cotidiana na produção de uma ação descentralizada. Entretanto, que esta gestão seja um servidor para subsídio da gestão do território, acrescentando qualitativamente informações ao Sistema Integrado de Gerenciamento e Monitoramento dos Recursos Hídricos (SIGMRH).

⁵ Bacia Hidrográfica do Rio Santa Maria da Vitória e Bacia Hidrográfica do Rio Jucu.

Neste mesmo sentido é pertinente aos Estados e à União elaborar mecanismos através de parcerias entre entidades civis de recursos hídricos⁶ e os gestores institucionais (CBH) garantidos pelas Leis federais e estaduais. O Estado se apresenta como um ente articulador de setores e promove relações de caráter coletivo, garantindo ao planejamento do território hidrográfico a proposta de consenso nos processos de decisão, fato importante para a *“capacidade legal, técnica e financeira para administrar as questões e os impasses verificados entre os grupos sociais pelo uso diferenciado da água”* (CAMPOS (2008) apud FRACALANZA, CAMPOS (2010)).

⁶Entidades de diferentes finalidades como consórcios e associações interessadas na preservação dos recursos hídricos e planejamento de bacias; Organizações técnicas e de pesquisa na área de recursos hídricos. (Lei nº 5.818. Cap. V. Art. 47. PERH-ES).

1.2 – PROCESSOS DE ALTERIDADE NA GESTÃO DAS ÁGUAS

O conceito de Alteridade entendido por nós nesta pesquisa está baseado na obra de Moreira (2007) que o define como “o olhar focado na diversidade” (MOREIRA, 2007, p.67). Esta Alteridade está posta na forma de organização da sociedade por se traduzir nos aspectos da coabitação, uma forma de pensar e organizar o espaço, primando pela “tensão da diferença e da unidade” (MOREIRA, 2007, p.63).

A discussão sobre o tema Alteridade vem sendo feita por diversas áreas do conhecimento como a Geografia, Educação, Psicologia, dentre outras. De forma geral, tem sua relação pautada nas diferenças sociais e no reconhecimento desta diferença para uma ação de coexistência entre povos. Moreira (2010) diz que a Alteridade é um elemento existente nas categorias espaciais de formação da sociedade baseada na tensão, um dos fatores da coexistência cuja alteridade revela-se um caminho para o planejamento do espaço por meio do “primado do múltiplo” (MOREIRA, 2010, p.89). Essa busca intensa ao reconhecimento da Alteridade tem como objetivo a organização social do espaço pelos atores gestores. Esta organização se compreendida pelo reconhecimento da diversidade de atores gestores presentes no planejamento do PEEPB dar-se-á sobre a perspectiva da estrutura dispersional, que nas palavras de Moreira (2007) caracteriza-se por instituir “o *olhar que constrói a relação a partir da referência na pluralidade do múltiplo*” (MOREIRA, 2007, p. 74).

Considerando a diversidade de atores que estão envolvidos no processo de gestão das águas acreditamos ser possível entender este planejamento como uma ação sócio-espacial de Alteridade, sendo os Comitês de bacia hidrográfica um ambiente de negociação, portanto, um ambiente de reconhecimento do outro como personagem de um espaço dividido ou coabitado.

Partindo desta pluralidade destacamos algumas formas de entendimento entre atores para a gestão compartilhada e participativa dos recursos hídricos no Brasil. Vamos destacar o Projeto Manuelzão⁷ e o Planejamento de recursos hídricos no Rio Grande do Sul.

O Projeto Manuelzão é realizado desde 1997, uma iniciativa dos professores da faculdade de medicina da UFMG. Tem como objetivo “lutar por melhorias nas condições ambientais para promover qualidade de vida, rompendo com a prática predominantemente assistencialista” (PROJETO MANUELZÃO, 2012). O projeto é realizado na bacia hidrográfica do rio das Velhas situado na Região Metropolitana de Belo Horizonte, uma “*forma de romper com a percepção municipalista das questões ambientais*” e as suas atividades de mobilização para a gestão das águas vêm sendo desenvolvidas em diversas instâncias. No ano de 2003 houve a navegação pela bacia hidrográfica no projeto a “*Expedição Manuelzão desce o Rio das Velhas*” que percorreu os 804 km da bacia hidrográfica, realizando atividades de cunho socioeducativo (ação de mobilização nas escolas e atividades em praças públicas) nas comunidades ribeirinhas. Saiu desta expedição a proposta de revitalização do rio das Velhas para o prazo de 2010, denominado *Meta 2010: navegar, pescar e nadar no rio das Velhas*, sendo este projeto hoje o estruturador para a gestão urbana do rio das Velhas na região metropolitana de Belo Horizonte (PROJETO MANUELZÃO, 2012). Segundo o sítio eletrônico do Projeto, no ano de 2005 é inaugurado uma nova agenda denominada “agenda cultural”, esta atividade se concretizou em Festivais culturais como o *Festivelhas Manuelzão: arte e transformação* (2005), *Festivelhas Jequitibá: arte e cultura na capital mineira do folclore* (2007), e a Expedição pelo Velhas 2009: encontros de um povo com sua bacia. Estes eventos contaram com a participação de diversos artistas anônimos e famosos pertencentes à bacia do rio das Velhas. O sítio é bastante interativo com o público da bacia hidrográfica, havendo espaço para participação com comentários sobre a bacia (uma forma de atualização de dados), histórias e histórias relacionados ao pertencimento (mobilização e

⁷ www.manuelzao.ufmg.br

articulação social), conceitos importantes para o fomento do Sistema de Informação de Gestão. Sobre a mobilização o projeto mantém o Grupo de Educação e Mobilização (GEM), que buscam envolver os atores da bacia hidrográfica no processo de gestão atuando principalmente por oficinas, palestras e minicursos para a comunidade e em escolas, tanto em áreas da sub – bacias como no leito principal, o rio das Velhas.

Houve uma adaptação dos Comitês de bacia do rio das Velhas para *Núcleos Manuelzão*, devido à grande participação dos atores pertencentes à bacia hidrográfica foram necessários a criação de núcleos que subsidiados pelo Projeto Manuelzão, formam o núcleo de gestão das águas daquela bacia hidrográfica. Contando, portanto, como uma equipe multidisciplinar que atuam no *Núcleo Transdisciplinar e Transinstitucional pela Revitalização da Bacia do Rio das Velhas* (NuVelhas), agregando atividades de pesquisa de diversas áreas como o biomonitoramento, o geoprocessamento e a recuperação de matas ciliares (PROJETO MANUELZÃO, 2012).

Outro lugar que podemos destacar que vem trabalhando formas de reconhecimento funcional da participação social na gestão das águas é o estado do Rio Grande do Sul. Sua iniciativa por melhorias na qualidade das águas se dá em 1994 com a aprovação da Lei estadual 10.350, de onde se institucionaliza um núcleo colegiado gestor das águas como: Conselho Estadual de recursos hídricos, Comitê de gerenciamento de bacia hidrográfica, Departamento de recursos hídricos. No início dos anos 2000, o estado do Rio Grande do Sul começa a planejar uma política integrada para a gestão dos recursos hídricos, uma iniciativa parecida com a do PEEPB, em que a participação social foi ampla e contando com diversos setores da sociedade envolvidos na gestão dos recursos naturais. Sua conclusão se dá no Plano de recursos hídricos, que se realiza desde 2003. As atividades referentes ao Planejamento estão registradas no documento denominado Termo de Referências aprovado em 2004, salientando a necessidade da participação da sociedade no processo de gestão. As atividades realizadas até 2007 (1ª etapa do Plano Estadual) contava com a mobilização da sociedade para o planejamento, a contratação da empresa de consultoria, o desenvolvimento de

cenários para Enquadramento de corpos de água. Na segunda etapa do Plano de recursos hídricos, que perdurou até 2010, contava com a elaboração, contratação e finalização do projeto, contudo destaca o Termo de Referência (TdR/RS, 2005) que o planejamento da gestão *“deverá ser constantemente aprimorado, atualizado, corrigido e aprofundado, na medida das possibilidades e das demandas, constituindo-se em um processo permanente de planejamento”*.

Este planejamento realizado no Rio Grande do Sul está pode ser entendido como uma ação de Alteridade, pois não se constrói uma gestão de águas baseada na individualidade. Sendo assim, utiliza da mobilização como m objetivo para o planejamento atuando em diversas frentes áudio e visuais (televisão, rádio e outdoors). A participação dos elementos do Espaço no processo de gestão sulista faz da diversidade uma oportunidade de melhor entendimento do viver o território hidrográfico, contando com reuniões periódicas e capacitação da comunidade com o entendimento dos processos de enquadramento (o que é, e para que é necessário o enquadramento de corpos de água) em diversas áreas do estado gaúcho.

1.3 – OS ELEMENTOS DO ESPAÇO E A GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS.

Ao propor o estudo da relação entre os elementos do espaço geográfico como conceito central desta uma pesquisa, é preciso estar atento à relação dos espaços múltiplos que são, às vezes, delineados por espaços políticos (fronteiras, territórios) e, em outros momentos, apontam como signos (territorialidades) ou outras relações de vivenciar o mundo.

Para Moreira (2007) o espaço geográfico apresenta-se em relação entre forma e conteúdo, em que a forma se realiza na representação da paisagem e o conteúdo na dinâmica social que estrutura o espaço geográfico, duas categorias que não agem no ato da produção do espaço de forma dissociada. A esta realidade do espaço⁸ nos remete a importância de se considerar sua *indivisibilidade*, ou a sua *totalidade*, para não correremos o risco de dizer que nossa análise se dará de forma igual em qualquer objeto de pesquisa. Iremos nos basear em Santos (2006) que se refere sobre a totalidade expondo, “*não é a simples soma das partes*” ela é um processo de renovação para tornar-se “*denovo, outro todo*” (SANTOS, 2006, p.115).

A forma como os elementos que compõem o espaço se apresentam nesta estrutura social, não necessariamente será igual em todos os lugares. O esforço nesse sentido será analisar como os elementos do espaço se amalgamam no espaço geográfico de modo a inferir sobre a sociedade realidades distintas. Daí ergue a importância de entender a forma e o conteúdo expressos no espaço no processo de gestão das águas, de modo a entender a produção do espaço não somente na sua racionalidade científica, como também, em símbolos do cotidiano expressos através do território Bacia

⁸ Tratei o termo “realidade do espaço” dando ênfase a característica do espaço escrita por Milton Santos em “Por uma Geografia Nova” que é a autonomia do espaço no processo de produção, ou seja, a produção do espaço é um processo social constante e que não se realiza somente por ações políticas administrativas.

Hidrográfica, uma relação conjunta no processo de produção do espaço das águas.

Para Santos (2008) o espaço socialmente produzido, o espaço geográfico, pode ser considerado em sua análise sobre o ponto de vista político, por se tratar de um lugar de coexistência. Revela-se no ambiente de gestão das águas a proposta do consenso, uma forma de reconhecimento do espaço múltiplo, posto na aceitação ou rejeição de outras formas de se viver o mundo. Estas relações são muitas vezes mediadas pelo Estado como aponta Santos (2008) na tentativa de assegurar à sociedade a “*mediação entre as forças externas e as forças internas de modelagem da sociedade e do espaço*” (SANTOS, 2008, p.226).

A esta realidade contemporânea do espaço geográfico reflete Lefebvre (2009) sobre a existência de uma diferença no modo como a sociedade enxerga o “espaço da representação (percebido, concebido, representado)” e a “representação do espaço (construído, produzido, projetado)”. Esta concepção do espaço levada ao processo de gestão das águas caminha em concordância aos princípios da articulação dos saberes tecno-científico e social que regem a proposta da PERH, ou seja, é preciso entender o espaço sobre a ótica do território, e assim, articular junto à sociedade o planejamento participativo deste território na elaboração do Plano de bacia hidrográfica. Isto elenca ao processo de planejamento o reconhecimento das forças presentes no ato de gerir este espaço. Levanta também, duas propostas capazes de potencializar a gestão das águas: primeiro trata-se de uma esfera política em que o consenso se torna palavra-chave para uma administração pautada no reconhecimento de saberes; e segundo, por expor ao planejamento da “representação do espaço”, uma diferenciação do modo como se pensa e se age sobre o mesmo, considerando as individualidades de cada segmento da sociedade e suas inter-relações presentes na gestão da água.

Toda essa diversidade de elementos e atores sociais que se relacionam de forma a produzir o espaço, impõe que o espaço seja considerado em sua

totalidade, Milton Santos no livro “*Espaço e Método*” adverte a possibilidade de dividi-lo para sua análise. Para isso, alguns critérios metodológicos devem ser considerados, dentre estes destacam-se os Elementos do Espaço, conforme poderemos observar. O objeto de estudo da geografia para Santos (2008), Moreira (2010), em essência, é de âmbito social e, para sua análise, é preciso rigor metodológico para caracterizar a pesquisa como estritamente geográfica e, ainda, representar a diversidade que compõe a sociedade. Nossa metodologia lança mão aos elementos do espaço, tal como proposto por Milton Santos (2008), e a composição destes (identificação e caracterização) no processo de produção do espaço das águas.

A gestão de recursos hídricos no Brasil conforme regulamenta a Lei 9.433/97 propõe como fundamento que a gestão seja descentralizada e participativa e atue por um ente político denominado Comitê de bacia hidrográfica. O Comitê de bacia hidrográfica é formado pela estrutura social composta, a saber, pelo: o **Estado** representado pelo poder público das áreas referentes à gestão das águas nos estados, municípios, e na Federação; a **Comunidade**, muitas vezes representada pela sociedade civil organizada em ONGs, Associações Cívicas, Sindicatos, Centros Comunitários de bairros, Movimentos Sociais, etc; e os **Usuários de Água**, representado por detentores da outorga⁹ do direito de uso da água.

Podemos começar a entender, pela diversidade de atores envolvidos na gestão da água, que a escala de atuação dos Comitês de bacia hidrográfica, na perspectiva da análise dos elementos do espaço, expressam características que transcendem à composição do par relevo-hidrografia (bacia hidrográfica), como observa Ganzelli (1991) apud Del Prette, Ross (1998) ao relacionarem assuntos referentes às atividades econômicas pertencentes à bacia hidrográfica destacam que esta “*não deve jamais impor limites ao planejamento*

⁹ Ato administrativo mediante o poder público outorgante (o estado) faculta ao outorgado o direito de uso do recurso hídrico que dá ao pagador direito de uso por prazo determinado mediante publicação sistemática das solicitações e dos extratos das Resoluções de Outorga no Diário Oficial. (ANA, 2012).

e à gestão de recursos hídricos, pois como se sabe, as atividades econômicas não respeitam, na maioria dos casos, os limites divisores de água” (DEL PRETTE, ROSS, 1998, s/p). As formas de atuação dos atores gestores no processo de planejamento do território podem está carregados de ações cujo valor à sociedade transpassa a realidade do vivido no cotidiano da bacia hidrográfica muitas vezes sem nenhum benefício a este território, e se transforma em realização do capital para elementos exógenos a este espaço. Portanto, os Elementos do Espaço de proposto por Milton Santos é nossa base metodológica de análise, por considerarmos estar diante de uma variedade de elementos capazes de direcionar a gestão do território nos Comitês de bacia hidrográfica, e pela sociabilidade no processo de produção do espaço presente neste ente político.

Nas palavras de Santos “os elementos do espaço seriam: os *homens*, as *firmas*, as *instituições*, o *chamado meio ecológico* e as *infra-estruturas* (SANTOS, 2008, p. 16). Segundo este autor todos atuam no e sobre o espaço de forma “intercambiáveis e redutíveis uns aos outros” (SANTOS, 2008, p. 18). Podemos diagnosticar esse entrelaço na distinção destes elementos, ainda que, alguns se confundam com outro em determinadas ações. Iremos caracterizar estes elementos conforme sua definição e modos de atuação para, no momento de sua análise e discussão nesta pesquisa, conseguirmos tomar ciência de sua ação no processo de gestão das águas.

Os homens são toda a população ativa, na qualidade de “fornecedores de trabalho” como também a população inativa na qualidade de “candidatos ao trabalho”. Os jovens e adultos empregados são caracterizados como população em estágio produtivo, já as crianças, desempregados ou idosos se caracterizam como população em estágio improdutivo. Santos ao se referir à esta demanda da população adverte que estes “*não participam diretamente da produção, mas o simples fato de estarem presentes no lugar tem como consequência a demanda de um certo tipo de trabalho para outros*” (SANTOS, 2008 p. 16).

O importante a considerar é a necessidade da população ativa e inativa de serem condição e condicionantes no processo de produção do espaço. Nossa analogia se baseia no modo como a população ativa ou população capaz de realizar trabalho em seu sentido institucional para o processo de produção e o modo como a população inativa se apresenta como um “consumidor” destes espaços como nos orienta Santos (2008)

Os homens são elementos do espaço, seja na qualidade de fornecedores de trabalho, seja na de candidatos a isso, trata-se de jovens, de desempregados ou de não empregados. A verdade é que tanto os jovens quanto os ocasionalmente sem emprego ou já aposentados não participam diretamente da produção, mas o simples fato de estarem presentes no lugar tem como consequência a demanda de um certo tipo de trabalho para outros. (SANTOS, 2008. P.16).

A primeira parcela da população citada atua no processo de produção propriamente dito, sejam na forma de serviços, bens e objetos; já a segunda parcela da população citada atua na demanda por certo tipos de trabalhos realizados pela população ativa. Desse modo, surgem demandas para tipos diferenciados de trabalhos, demandas essas que se apresentam como “a base de uma classificação de um dado espaço” (SANTOS, 2008, p.16). As demandas da sociedade ou, aquilo que se torna uma preocupação seja no âmbito político institucional ou político social é respondida “em partes pelas firmas, e em partes pelas instituições” (SANTOS, 2008, p.16).

As firmas se instituem na função objetiva de produção de “bens de serviço, e ideias” (SANTOS, 2008, p.16), agindo para a manutenção do sistema de produção capitalista. Se analisada com bastante intensidade, irá expor alguns dos aspectos desses processos de produção do espaço, permeados por imperativos sociais de sobrevivência como o emprego, por exemplo, uma forma de produção resguardada pelo pagamento ao trabalhador, dando a este o poder de pagamento de suas despesas. Outro mecanismo importante desse elemento é a capacidade de realização junto ao Estado. As firmas, no processo relacional entre funções e ações de ordem políticas, torna-se parceiro do Estado (e outras instituições) no planejamento de ações e execução destas ações nas porções dos lugares. Contudo, somos notificados por Pires do Rio (2004) para o “*modo como os elementos (naturais) são transformados em*

*recursos, o que implica na definição dos mecanismos de apropriação e de acesso” (PIRES do RIO, 2002, s/p. **grifo nosso**). Podemos entender como a fluidificação destes elementos, ou o modo como se adaptam ao contexto em um tempo-espaço específico, são apropriados por eles. Isso normalmente atendendo a relação que faz com que os elementos do espaço sejam variáveis, cujo valor “*não é função dela própria, mas do seu papel no interior de um conjunto*” (SANTOS, 2008, p.17).*

As **Instituições** são os mecanismos da sociedade na produção de “normas, ordens e legitimações” (SANTOS, 2008, p.17). As instituições que ao nos referirmos à gestão das águas, vamos considerar como o Estado (em suas instâncias políticas de ação) e em outras instâncias sociais de pesquisa sobre a água como, por exemplo, Universidades públicas e particulares, podem ser considerados nas palavras de Santos como um mediador ao exercer

um papel de intermediário entre as forças externas e os espaços chamados a repercutir localmente essas forças externas. O Estado não é, entretanto, um intermediário passivo; ao acolher os feixes de influências externas, ele os deforma, modificando sua importância, sua direção e, mesmo, sua natureza. Isto significa que a reorganização de um subespaço sob a influência de forças externas depende sempre do papel que o Estado exerce. (SANTOS, 2008, p.226)

Este cenário composto entre as firmas e as instituições, às vezes, podem se confundir se não examinados em sua essência, digo para o fato de no momento atual, as áreas de influências e negociações políticas se tornarem tão “abertas” que firmas podem exercer funções de instituições, direta ou indiretamente, na “produção de normas”, como as instituições realizarem, como o Estado, a “produção de bens e de serviços” (SANTOS, 2008, p.16).

O **meio ecológico** se institui primeiramente como categoria primordial da existência humana, que para Moreira (2004) exerce função na conjunção realizadora do processo metabólico entre a esfera inorgânica e orgânica de produção da fotossíntese, e no trabalho como um conjunto de relações técnicas para a realização da produção do espaço via humanização da natureza. O meio ecológico nas palavras de Santos é identificado pelo

“conjunto de complexos territoriais que constituem a base física do trabalho humano” (SANTOS, 2008, p.16).

Este elemento do espaço nesta pesquisa será à base de nossa estruturação das funções entre os elementos analisados, pois nosso objeto de estudo, as ações realizadas pelo PEEPB, tem como função gerir o território hidrográfico levando em consideração o desenvolvimento do capital social desta região. Isto significa incluir os saberes locais e a atuação social no planejamento do enquadramento de corpos de água para os rios Sta. Maria da Vitória e Jucu. E ainda, suas ações estão baseadas na perspectiva da água com qualidade e em quantidade para esta e futuras gerações. O consenso, expressão utilizada como primordial no processo de gestão descentralizada como ferramenta para o planejamento igualitário de gestão de águas, dá peso à proposta de reconhecimento das diferenças como uma ação de “consonância” ao raciocínio da gestão participativa.

Este elemento do espaço – o meio ecológico – é a base estruturante da reprodução da vida, é um elemento do complexo da produção de “coisas em objetos” (SANTOS, 2006, p.65). Podemos considerar este elemento do espaço como base orgânica da existência humana na terra. Outra via, o meio ecológico no discurso do desenvolvimento virou recurso, e começa a ser “disputado” em todas as instâncias políticas. Devemos entendê-lo como algo primordial no processo de produção de bens para o capital.

Sobre a produção econômica uma das formas atual de renda deriva-se da retirada de fontes naturais como a água, solo, ar, e outros componentes naturais ou de fabricação artificial. Estas atividades tem como base para produção o consumo dos elementos do meio ecológico base de funcionamento da sua estrutura, por exemplo, as grandes empresas de extração mineral e as latifundiárias monocultoras no uso excessivo dos solos e das águas. Faz-se importante relacionar ao Elemento do espaço *meio ecológico*, a água enquanto elemento natural e como recurso hídrico, para então refletir ações no sentido de pensar e agir sobre o território hidrográfico, e relativizar sua escala de influência no processo de produção do espaço.

As **infra-estruturas** aparece como um elementos do espaço promovido pela ação humana. Este elemento tem função essencial no pensamento sobre o espaço, sendo possível, em muitas vezes, contar a historicidade do espaço ou, segundo Santos (2006) as “rugosidades” presentes pelas estruturas. Esse elemento não se qualifica somente pela historicidade do espaço, ele ainda se faz presente. Toda ação de modificação de uma paisagem é uma ação estruturante, seu resultado é uma nova realidade na paisagem, ou podemos considerar uma nova infra-estrutura posta no espaço. Espaço que condiciona essas ações e, outras vezes, são condicionadas por ela.

A infra-estrutura para a gestão das águas tende a se realizar como uma ação futura, mais precisamente no planejamento e realização do Enquadramento de Corpos de Água em Classes. Não estou excluindo outros processos referentes a atividades que se materializam e passam a agir como fator de mudança na qualidade ou quantidade da água da bacia hidrográfica. O que estou a precisar é, no planejamento para os instrumentos de gestão das águas, em muitos casos, a projeção da materialidade estará presente na forma de prognósticos e mapeamento de corpos de água em classes, e na execução deste instrumento de gestão se tornará visível como “próteses” ou “arranjos estruturais” na forma de estruturas como encanamento de esgoto ou na qualidade da cor ou do cheiro da água.

Vimos quais são os elementos do espaço e como estão postos no processo de produção social do espaço, consideramos ainda, a forma como estas categorias podem ser exploradas nas pesquisas referentes à política de gestão das águas. Contudo, algumas observações devem ser feitas e a primeira versa para a análise das interações entre os elementos do espaço.

Os elementos do espaço podem ser analisados de maneira particular (um a um), podemos enumerar dezenas de funções referentes a esta relação entre cada elemento de produção do espaço. O espaço geográfico, ou espaço socialmente construído, é uma totalidade que se realiza entre atores, formas e

ações, e assim devemos considera-lo nas propostas metodológicas. Contudo, Santos considera ser necessária à análise de suas partes, para que consigamos apreende-lo como um todo.

A forma acima citada de análise dos elementos como parte do processo de produção do espaço, não poderá ser entendida se não for acompanhada do contexto social ali apresentado, pois, como já observamos, o espaço é uma aglutinação de forma e conteúdo, e estes não se dão de forma igualitária nos lugares. Devemos, ainda, levar em consideração que o Comitê de bacia hidrográfica, se apresenta como uma combinação no qual as ações e funções dos elementos do espaço se amalgamam umas nas outras, tornando este processo como uma unidade. Isso significa dizer que a gestão pública da água realizada pelo Comitê de bacia hidrográfica é, definida por lei, como parte integrante de um contexto de outras políticas preventivas como Saneamento Básico, Código Florestal, Plano Diretor Municipal, cabendo uma análise detalhada do envolvimento de cada instância no processo de decisão coletiva. Entretanto, nossa proposta é entender a produção do espaço das águas através da análise dos elementos do espaço e suas “intercambialidade” no planejamento realizado para as atividades subsequentes do PEEPB.

Santos (2008) também relaciona a classificação como algo importante a se fazer no estudo dos elementos do espaço, à luz de suas ideias vamos narrar o porquê de se atentar para a classificação destes elementos. O simples fato de lugares apresentarem estruturas sociais e modos de vida diferentes é que condicionam a produção social do espaço a se realizar de forma diferencial, em cada porção deste espaço, sendo assim, *“cada uma dessas parcelas ou frações de um determinado elemento formador do espaço exerce uma função diferente e também relações específicas com outras frações dos demais elementos”* (SANTOS, 2008 p.23).

Segundo Santos (2008) a forma como se classificam os elementos também deve ser capaz de propor uma quantificação e qualificação destes elementos. Alguns elementos aparecerão na forma de valores, por isso, é preciso entender

sua relação com os demais elementos na forma de variáveis no espaço. Neste sentido a classificação numérica se interpõe à classificação qualitativa

O espaço/tempo em que se examinam estas variáveis deve ser considerado no intuito de absorver o modo como agem e se relacionam para, assim, poder classifica-los. Santos (2008) na tentativa de mostrar-nos a importância de se perceber os elementos como variáveis nos resguarda, *“a quantificação que correspondente a cada elemento não pode ser feita de modo apriorística, isto é, antes de captarmos o seu valor qualitativo”* (SANTOS, 2008 p.21). Cada elemento do Espaço que se apresente na forma de valores (quantidade) congregam outras variáveis que, se observadas na conjuntura do planejamento do espaço, podem significar a intencionalidade de sua ação na gestão do território hidrográfico.

Caminhamos agora ao passo de apreender o espaço por seus elementos que, são classificáveis, são relacionais e podem apresentar-se analisados de forma a não considerar/relacionar os adjetivos anteriores, certas adversidades no modo como os classificamos e, assim, uma inverdade sobre a produção do espaço.

1.3.1 – AS VERTICALIDADES E HORIZONTALIDADES NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO DAS ÁGUAS.

Ao nos referirmos a análise do espaço geográfico e ao rigor metodológico que deve ser ponderado nos estudos referentes a este objeto de pesquisa, estamos primeiramente reconhecendo a diversidade social que compõe os lugares, as formas de relações humanas reconfigurando o pensar, entender e apreender a sociedade contemporânea.

Nossa pesquisa, mais precisamente, se não considerar esta fluidez das relações do e no espaço torna-se restrita à ação da gestão do território à denominação bacia hidrográfica. Foi observado por Quarentei (2010) que a gestão da água pensada somente pelo par relevo-hidrografia, não abrange a escala de atuação dos atores sociais que se relacionam direta ou indiretamente ao recurso hídrico na bacia hidrográfica. Isto explica nossa diferenciação em território hidrográfico, cuja abrangência está na relação entre usos dos recursos hidrográficos referentes a uma bacia hidrográfica e os atores sociais que atuam sob esta perspectiva, ressaltando que estes atores não vivem necessariamente na área da bacia hidrográfica.

E o território Bacia Hidrográfica, cujos atores estão diretamente relacionados à área da bacia hidrográfica, e agem utilizando formas diretas e variáveis o território bacia hidrográfica. Os modos de atuação neste caso podem variar da simples exploração, de modo a não variar a disponibilidade física e espacial da água, para o uso agrícola de pequeno porte, turismo, recreação, piscicultura, etc. Como também, podem ter utilização da água em grande porte, na irrigação de monoculturas, transposição de cursos de água, Hidroelétricas, etc. Essas atividades produtivas atuam de forma direta, digamos que atuam de forma “endógena” na área de captação de água para as bacias hidrográficas formadas pelo par relevo-hidrografia, levando o entendimento da água como um recurso essencial na estrutura de produção do modo capitalista. Do que foi apresentado observa-se que a horizontalidade está nas formas de usos que os atores sociais tendem a fazer do e no território bacia hidrográfica. Já quando

nos referimos às verticalidades estamos referindo ao território hidrográfico, cujos limites de atuação política, social e econômica perpassam pelos atores do lugar, por simbologias locais, e inclui também os atores externos que pautam suas relações em outras essências.

As formas como a produção do espaço das águas se originam pela institucionalidade política, explicitam este modo de organização entre atores intra e extra territórios da gestão da água, expondo formas de horizontalidades e verticalidades nas relações. O modo como os atores do processo de gestão se organizam e atuam com e sobre os Comitês de bacia hidrográfica são capazes de impor certas racionalidades do ponto de vista do capitalismo hegemônico aos lugares. Contudo, estas racionalidades também exprimem novas *contra racionalidades*, o que de fato, criam um ambiente de tensão nas tomadas de decisões capazes de contradizer essa racionalidade hegemônica por meio do cotidiano dos lugares. Se for analisar os elementos do espaço como formas de organização relacional, a perspectiva da horizontalidade e da verticalidade no planejamento do território podem camuflar ações de interesses coletivos, ao interesse particular. Os Elementos do Espaço são passíveis de cooptação, como nos adverte Santos

os elementos (**do espaço**) dispõem, então, de uma inércia, pela qual eles podem permanecer nos seus próprios lugares, enquanto, ao mesmo tempo, existem forças que buscam deslocá-los ou penetrar neles (SANTOS, 2008, p.16, **grifo nosso**)

A esta realização dos elementos do espaço como produto do espaço total, podemos, à luz do pensamento de Moreira (2007) defini-la por uma *relação de ordem* (MOREIRA, 2007, p. 75), por se tratar de macroatores cuja capacidade de organização do trabalho acontece por intermédio da regulação aos demais atores envolvidos, caminhando para um processo de relação de verticalidades na ação. Como também, essas realizações podem ser imprevisíveis ao se tratar das horizontalidades, quando se agrupam atores sociais cujo valor está na relação cotidiana, ou seja, na reafirmação do lugar como ponto de resistência aos valores trazidos ao território pela economia capitalista.

Desse ponto de vista, podemos deduzir que as propostas de gestão das águas não serão possíveis senão pela articulação desses elementos que compõem os espaços múltiplos, ou seja, que leve em consideração as propostas advindas do capital (empresarial, industrial, estado) e da sociedade organizada (ONGs, associação de bairros, associações e câmaras técnicas, autarquias, etc.).

Consideramos então, à luz do pensamento de Santos (2006) que esta porção social da produção do espaço tem de ser considerada segundo a noção de *“espaço banal, espaço de todas as pessoas, de todas as empresas e de todas as instituições, capaz de ser descrito como um sistema de objetivos animado por sistema de ações”* (SANTOS, 2006, p.283). Neste sentido, conseguimos pensar a produção do espaço das águas, a partir do método de análise dos Elementos do Espaço, uma relação cujos princípios são a “inseparabilidade do “funcional” e do “território”” (SANTOS, 2006, p. 284). As formas como se pensa e se atua no espaço, considerando aqui o espaço das águas, estão de alguma forma correlacionando as ações e intenções com as estruturas políticas e econômicas que correspondem aos Elementos do Espaço.

As estruturas sociais que trabalham com a proposta do consenso remetem à ideia da alteridade. Essa forma de reconhecimento de ser ator no processo de produção do espaço e, ainda, reconhecer-se no outro, remetida aos atores sociais da gestão da água, capacita a análise de um processo democrático quando levado em consideração as horizontalidades, ou o território bacia hidrográfica. Essa talvez seja uma análise limitada do processo de envolvimento dos atores sociais, contudo podem significar o que para Santos (2005) seria uma expressão de contra hegemonia, uma identidade territorial capaz de formar uma nova hegemonia. Igualmente, os atores da gestão nos processos de verticalidades expandem a lógica da gestão das águas, é preciso pensar para além dos sujeitos locais. Isso significa tentar reconhecer o espaço total, uma qualificação da análise dos Elementos do Espaço na proporção da produção do espaço global. Estes dois pontos de vista, de certa forma, acontecem e caminham simultâneos na historicidade e geograficidade da

produção do espaço, são unidades que atuam separadamente e conjuntamente, de forma autônoma. Essa diferenciação tem como consequência a luta por direitos da sociedade na função de gestor do espaço público e a manutenção de um sistema econômico-social que deve ser repensado para um processo de alteridade.

1.3.2 – O ESPAÇO DAS ÁGUAS E AS RELAÇÕES DE (RE)PRODUÇÃO DO ESPAÇO

Estamos argumentando sobre a proposta de pensarmos os Comitês de bacia hidrográfica enquanto um ente responsável pela produção do espaço das águas através das ações desenvolvidas pelo PEEPB. Para isso, é preciso que consideremos a diversidade social existente neste ambiente de gestão. Ao integrar este ente (CBH) ao “Projeto Executivo de Enquadramento corpos de Água em Classes e Plano de Bacia (PEEPB)”, passamos a entender a amplitude política desta relação, ao abranger não somente a sociedade pertencente à bacia hidrográfica, como outros atores cuja relação está “camuflada” nas representações dos atores nos Comitês de bacia hidrográfica.

Moreira (2007) afirma que “*o modo de produção da sociedade é o modo de produção do seu espaço*”, e que esta relação está estabelecida de “*de Lefebvre (1973) a Santos (1978)*” (MOREIRA, 2007, p.73). Essa relação é dialética, pois dela também emergem funções cuja sociedade, em um espaço – tempo, responde às demandas internas e externas de produção do espaço. Quando nos referimos aos Comitês de bacia hidrográfica, estamos ponderando sua relação com os atores expostos no PEEPB, mais precisamente, no que a sua relação interna enquanto ente gestor pode significar no processo de representação destes membros à sua comunidade. Isso demonstra que podem acarretar em interesses privados para uma determinada área definida para o planejamento, capacitado pela importância econômica que este ente gestor possa ter ao estado, as ações serem acordadas sem muita reflexão. O exemplo exposto traduz a fragilidade nas decisões referentes às propostas de gestão das águas.

Essa diversidade deve ser entendida não somente na relação de coexistência entre atores gestores, mas pensada, sobretudo, na intencionalidade da ação. Lefebvre (2009) nos alerta para as novas armas do capitalismo no mundo moderno que se “defende num front mais amplo” e, em uma de suas teses, ao se referir sobre a produção do espaço o autor expõe “*a representação do*

espaço sempre serviria a uma estratégia, sendo ao mesmo tempo abstrata e concreta, pensada e desejada, isto é, projetada” (LEFEBVRE, 2009, p.44) uma relação capaz de explorar instituições internas como o Comitê de bacia hidrográfica para a defesa de seus interesses.

A produção social do espaço ganha novos contornos, está baseada também na “*re-produção das relações de produção*” (LEFEBVRE, 2009, p. 48), isto porque a produção do espaço não se dá somente na sociabilidade, e sim nas relações capitalistas internalizadas e processadas no cotidiano (nas empresas, nas universidades, no lazer, etc.). Para Santos (2006) o espaço também é produzido pela sociedade que o habita. Se relacionarmos esta função ao modelo de produção do espaço que nos expõe Lefebvre, veremos que esta técnica torna-se uma ferramenta de ação do capital no processo de gestão da água. A cobrança pelo uso da água (Outorga), o processo de Enquadramento de corpos de água (ordenamento do território), e o Sistema de Informação e Gerenciamento dos Recursos Hídricos são mecanismos de controle técnicos, o que facilita a reorganização da produção do espaço sob o ponto de vista do capital.

Portanto, deve-se estar atento ao modo como as relações técnicas irão ser planejadas no ambiente de gestão da água, principalmente na implementação dos Instrumentos de Gestão, uma etapa de caráter técnico-social para o Plano de Bacia se concretizar.

2 – A GESTÃO DAS ÁGUAS NOS RIOS SANTA MARIA DA VITÓRIA E JUCU: O HISTÓRICO DA CONSTRUÇÃO PARTICIPATIVA

A procura por uma gestão participativa das águas dos rios Santa Maria da Vitória e Jucu vêm ocorrendo desde 1991 com a criação do Consórcio Intermunicipal de Recuperação das Bacias Hidrográficas dos rios Sta. Maria da Vitória e Jucu. Porto e Porto (2008) relata que o aparecimento do consórcio Sta. Maria – Jucu é instituído de “*maneira a negociação entre usuários, num período de grande estiagem ocorrida no Estado, e, portanto, com dificuldades de gerir seus conflitos*” (PORTO, PORTO, 2008, p.44). A proposta era para que o consórcio atuasse enquanto uma figura jurídica capaz de reunir os municípios pertencentes à bacia em torno de um problema comum.

Os consórcios atendem a demanda de atuarem de forma cooperativa e associativa e de esta relacionada a entes federativos de mesmo nível de governo. Pires do Rio (2004, s/p) destaca como atua este modelo de gestão para a PNRH, que tem por atribuição “implantar políticas públicas para a gestão dos recursos hídricos, e os principais atores envolvidos como sendo Prefeituras, Associações de Usuários, órgãos de pesquisa e estudo”. Uma característica que para Pires do Rio (2004, s/p) é importante ser levada em consideração no consórcio Sta. Maria da Vitória – Jucu são a contemplação de atores que se subsidiam de alguma forma das águas destes rios, elevando o grau de participantes e, não incluindo somente entes federativos do mesmo nível do governo como mencionado anteriormente, destaca a autora

Consórcio Intermunicipal para Recuperação Ambiental das Bacias dos rios Santa Maria da Vitória e Jucu, Espírito Santo, criado em 1991. Além do governo estadual que passa a atuar através da Secretaria de Meio Ambiente, agentes como a Companhia Espírito Santense de Saneamento (CESAN) e da Companhia Espírito Santo Centrais Elétricas S.A. (Escelsa), foram incluídas empresas do porte da CVRD e da Companhia Siderúrgica de Tubarão (RANGEL et al s/data apud PIRES DO RIO, 2004, s/p).

De modo geral, já era possível admitir que o governo do estado já se preocupava em incluir um maior número de usuários no processo de gestão da água, uma medida que induzia para o diálogo no planejamento e para o pacto

de recuperação das águas daquelas bacias. Contudo, suas ações na realização da recuperação ambiental das bacias hidrográficas não tiveram grande eficácia em critérios importantes como: mobilização da sociedade e atividades integradoras de políticas ambientais. O que se pode identificar segundo o instituto ECOBACIA¹⁰ (2009) é que as ações foram “tópicas e geograficamente restritas, deveriam se dedicar a uma tarefa que pudesse abranger todos os temas desejados, num espaço geográfico mais amplo” (ECOBACIA, 2009, p.11).

O Consórcio para Recuperação Ambiental dos rios Sta. Maria da Vitória e Jucu é extinto no ano de 2008, o que para o Instituto ECOBACIA pode-se traduzir em duas formas que vieram a dificultar a mobilização da sociedade. A primeira é o prolongamento de suas atividades, tendo em vista que a institucionalização da PERH, que traz como território de gestão a bacia hidrográfica aconteceu em 1998. Para o instituto “*a necessidade de criação dos Comitês destas bacias não foi sentida com tanta intensidade, pois havia um suposto atendimento às necessidades ambientais da região por este organismo*” (ECOBACIA, 2009, p.10), e isto propiciou uma inação para institucionalizar a PERH. E a segunda foi às atividades cujo objetivo do consórcio (recuperação ambiental das bacias hidrográficas) não se efetivaram o que estava “deixando de corresponder às expectativas da sociedade capixaba quanto à recuperação das duas bacias” (ECOBACIA, 2009, p.10).

Neste contexto o Governo do estado do Espírito Santo se organiza para implementar a PERH, o IEMA que fazia parte do grupo técnico do Estado no Consórcio Sta. Maria-Jucu, começa a fomentar a criação dos Comitês de bacia hidrográfica para todo o Estado. Surgem assim, no ano de 2007 o Comitê de bacia hidrográfica do rio Santa Maria da Vitória e, no ano de 2008, o Comitê de bacia hidrográfica do rio Jucu. Ambos seguiram o mesmo passo, sendo o

¹⁰ Instituto de Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Desenvolvimento Sustentável é uma Organização Não-Governamental sem fins lucrativos, situada no Estado do Espírito Santo. Criada em agosto de 1989 atua desde 2005 com ações ligadas ao planejamento e gestão de recursos hídricos

primeiro a mobilização dos três segmentos da sociedade referidos na PERH: o poder público, a sociedade civil e os usuários; uma proposta de diálogo para criação tripartite da gestão das águas, e que inclui o envolvimento de diversos atores. O Segundo é redigir uma proposta de Diretoria e de propostas de mobilização social que é encaminhada para o Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH), neste caso representado pelo IEMA devido a não existência de um CERH no Espírito Santo, e deste para o Governador que decreta a Criação do Comitê de bacia hidrográfica.

Cabe ao Comitê de bacia hidrográfica ser o responsável pela articulação social e execução das necessidades de usos da água a serem realizadas por meio dos Instrumentos de gestão da água. Os instrumentos de gestão funcionam como medidas de controle sobre a qualidade e quantidade da água para esta e futuras gerações, sendo que é necessária à busca pelo planejamento do uso racional da água e de medidas que venham minimizar problemas a ela relacionados. O instrumento da gestão da água, o Enquadramento de corpos de água em classes, do ponto de vista de nossa análise é a etapa do processo de gestão das águas onde se deve ter a participação ampla da sociedade no planejamento e execução das ações para o território hidrográfico.

O instrumento de gestão da água Enquadramento de Corpos de Água em Classe deve ser entendido como uma norma que irá definir os usos preponderantes de cursos de água de uma bacia hidrográfica. Esta normatização, que dispõe sobre a classificação dos corpos de água em classe e as diretrizes ambientais para o seu enquadramento, é imposta pelo Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA, Resolução 357/2005). Ela define os usos preponderantes, ou seja, o uso que se deve ter naquele curso de água depois de definido os padrões de enquadramento. Os padrões para o enquadramento seguem uma classificação que variam da Classe Especial (a mais potável ao consumo humano) à Classe 4 (de uso restrito devido a impurezas). O processo do Enquadramento é basicamente entender qual o diagnóstico do território hidrográfico referente aos cursos de água das bacias hidrográficas, o que se assemelha à pergunta *Qual o rio que temos?*. Esse

diagnóstico é de caráter físico-social, pois é preciso entender as formas de usos das águas, as formas de pertencimento local em relação ao elemento água e ao recurso hídrico, usos do solo, quantidade de população nas regiões, etc., como também, a vazão de água nos cursos dos rios, tipo de drenagem e captação, componentes químicos por cursos de água, etc.. Em seguida, deve ser discutido pelo Comitê de bacia hidrográfica as propostas de mudanças na e para o território, uma negociação baseada no consenso de manter a qualidade e a quantidade da água para os usos desta e das futuras gerações. O resultado desta discussão das negociações referentes aos usos preponderantes dos cursos de água da bacia hidrográfica é denominado de prognóstico. O prognóstico é realizado por uma empresa contratada, esta contratação é realizada via CERH e o critério é ser uma empresa comprometida com a realização de trabalhos relacionados ao meio ambiente, ou seja, que a empresa contratada tenha realizado algum tipo de atividade relacionado ao planejamento ambiental que será apresentado junto a sua candidatura a realização do Plano de Bacia para os rios Sta. Maria da Vitória e Jucu. No prognóstico a empresa realiza uma espacialização dos usos preponderantes discutidos e decididos no Comitê de bacia hidrográfica.

Seguindo este raciocínio o governo do Estado (IEMA) articula-se em parceria com entidades de pesquisa voltadas à gestão das águas, com intuito de pensar formas de implementar os Instrumentos de gestão das águas. Isso é mais do que simplesmente criar metodologias baseada em modelos matemáticos para classificar os usos preponderantes para as águas de um rio, é entender a sociedade e sua forma de ser/estar para convidá-la a atuar juntos no pensar o território. Neste sentido o Laboratório de Gestão de Recursos Hídricos e Desenvolvimento Regional (LABGEST) se firma como parceiro do IEMA, o objetivo é pensar ações e colocar em prática os Instrumentos de Gestão da água.

Esta parceria se justifica por ser o Labgest um laboratório de pesquisa que prioriza a relação dos saberes social e técnico na gestão das águas, e, ainda, por atuar de forma técnica e científica propondo metodologias de

Enquadramento de Corpos de água. Desta perspectiva o laboratório realizou no ano de 2007 um projeto piloto referente à proposição metodológica de aplicação do Instrumento de Gestão referente a PNRH e a PERH, o Enquadramento de Corpos de água em classes denominado: *Enquadramento de Corpos D'água como Instrumento de Planejamento para o Desenvolvimento Sustentável Regional – DES-ÁGUA*, ou simplesmente projeto DESÁGUA (LABGEST, 2008). Esta pesquisa caracterizava-se por introduzir ao processo de gestão das águas a parceria entre gestão institucional das águas IEMA (representante da área de meio ambiente do Estado), a ciência (Universidade Federal do Espírito Santo), agregando ao tema gestão de recursos hídricos o *duo* tecnologia e informação. Os pesquisadores do LabGest Gonçalves, Paim, Marinato (2011) conseguem identificar a perspectiva que envolve as pesquisas do laboratório relacionadas à idealização do Enquadramento como “*o primeiro passo do processo de planejamento dos usos das águas, instrumento capaz de promover a gestão participativa dos recursos hídricos*” (Gonçalves, Paim, Marinato, 2011, s/p). Atividade caracterizada como essencial no processo de Enquadramento de corpos de água em classes, um processo técnico-científico e social. O projeto tinha como objetivo contribuir para o estabelecimento de metodologias de enquadramento de corpos d'água, através de estudos de simulação do processo de enquadramento do *Rio Santa Maria da Vitória/ES e Região Estuarina Adjacente*, contando com a participação de membros do Comitê de bacia hidrográfica na perspectiva de entender os aspectos socioeconômicos, ambientais, legais, políticos e institucionais de uma gestão de águas. (DESÁGUA, 2008).

Este projeto foi o primeiro realizado com apoio de parcerias institucionais entre órgãos públicos, os Comitês de bacia hidrográfica do rio Sta. Maria da Vitória, entidades e Institutos de pesquisa relacionados aos recursos hídricos. Com a proposta do Estado em aprofundar pesquisas relacionadas a metodologias de implementação dos Instrumentos de gestão da água, é que se verifica a necessidade de testar novas formas de realização principalmente envolvendo o Enquadramento de corpos de água. Dessa realidade surge o Projeto Executivo de Enquadramento de corpos de água em classe e Plano de Bacia, um projeto

que atenderá a demanda da execução do Enquadramento de corpos de água para as bacias hidrográficas dos rios Sta. Maria da Vitória e Jucu. O projeto *“Enquadramento de Corpos D’água como Instrumento de Planejamento para o Desenvolvimento Sustentável Regional – DES-ÁGUA”* se diferencia do PEEPB por ter sido testado em caráter de simulação, ou seja, a tentativa de compreender os processos metodológicos de um Enquadramento e a importância de contemplar os atores gestores. O PEEPB tem por finalidade a construção do Plano de Bacia, o Instrumento da gestão das águas para a regulação das ações executadas pelos Comitês de bacia hidrográfica no planejamento do Enquadramento de corpos de água, e de constante atualização, definindo e avaliando as atividades destinadas pelos Comitês de bacia hidrográfica. Sendo assim, o PEEPB irá ser efetivado na prática e isso implica em entendimento da realidade local (em cada curso de água) para a definição dos usos preponderantes dos cursos de água, implica também, em muitos casos, em mudanças na paisagem e no cotidiano das áreas da bacia hidrográfica. A proposta de integração de políticas públicas é idealizada no planejamento do Enquadramento de cursos de água em classe quando, por exemplo, se define que o curso de uma determinada área será de classe especial, deve-se executar ações (eliminar o esgoto lançado no rio, reflorestamento às margens, etc.) capazes de tornar possível esta realidade, modificando assim a paisagem que outrora se apresentava na bacia hidrográfica.

O PEEPB ocorre, portanto, como um projeto que irá dotar o estado do Espírito Santo de um suporte teórico e técnico para ações metodológicas de aplicação do Enquadramento de corpos de água, uma forma de capacitar a implementação dos Instrumentos de gestão da água em outras bacias hidrográficas do Estado. Pensando na proposta de expansão dessa metodologia para outras bacias hidrográficas é que se torna importante a presença do representante do Fórum Estadual de Comitês de bacia, tendo em vista a continuidade da qualificação dos atores nas bacias hidrográficas que utilizaram da metodologia usada no PEEPB em sua região.

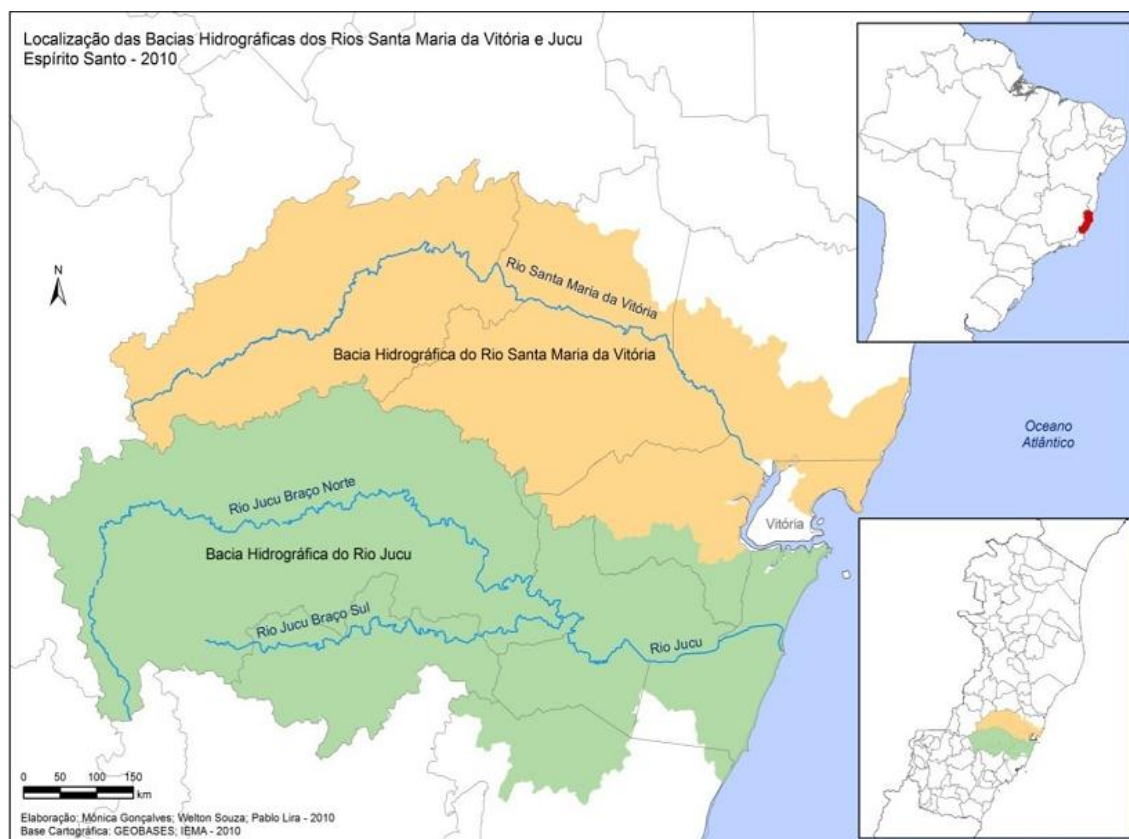
2.1 – DESCRIÇÃO DO TERRITÓRIO DE GESTÃO DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DOS RIOS SANTA MARIA DA VITÓRIA E JUCU.

Até agora nos preocupamos em aprofundar a proposta de entender o planejamento dos instrumentos de gestão da água como uma moção de produção do espaço, sendo sua relação baseada no trabalho e na forma de relações sociais entre os atores nos territórios. Pensando o trabalho exercido na forma de capacitação social para a gestão das águas e a proposta de planejar o espaço, sobretudo com a condição de entender a diversidade dos elementos que permeiam a gestão do espaço das águas.

Neste capítulo nossa proposta está embasada na apresentação do Projeto Executivo para o Enquadramento de Cursos de água e Plano de Bacia (PEEPB) e a sua relação no processo de análise pelo escopo metodológico dos elementos do espaço geográfico. Entretanto, é necessário localizarmos a nossa área de pesquisa de forma a caracterizar este espaço que propomos a estudar. Entendo que, mesmo sendo nosso objeto de estudo as ações provenientes de um projeto político, suas relações sociais, portanto, a produção social do espaço pensada e projetada no PEEPB, está diretamente associada ao território bacia hidrográfica, como também ao território hidrográfico. Ambos indissociáveis, sendo sua relação posta na produção do espaço das águas. Isto significa dizer que a gestão das águas envolve fatores sociais como, por exemplo, as formas dos usos consultivos (recreação, dessedentação de animais, abastecimento público, etc.) da água e, envolve também, a gestão da água como plataforma estrutural da paisagem (elementos fisiográficos do espaço). Do ponto de vista da diversidade de atores gestores, é preciso incorporar elementos da ordem do território hidrográfico ou, dito de outra forma, as horizontalidades sociais do cotidiano da bacia. Como também, é preciso incorporar a verticalidade imbricada nas formas transitórias dos elementos do Espaço que compõem a gestão das águas, suas categorias formais de representatividade pelo Comitê de bacia hidrográfica e sua atuação seja pela sociedade civil ou por usuários de água, deve-se buscar entender a relação com o recurso hídrico e o território.

Vejamos na figura 1, a forma como se apresenta a bacia hidrográfica na sua proporção territorial, e o modo como ela se distribui no Estado do Espírito Santo.

Figura 1 – Área das Bacias Hidrográficas dos rios Santa Maria da Vitória e Jucu

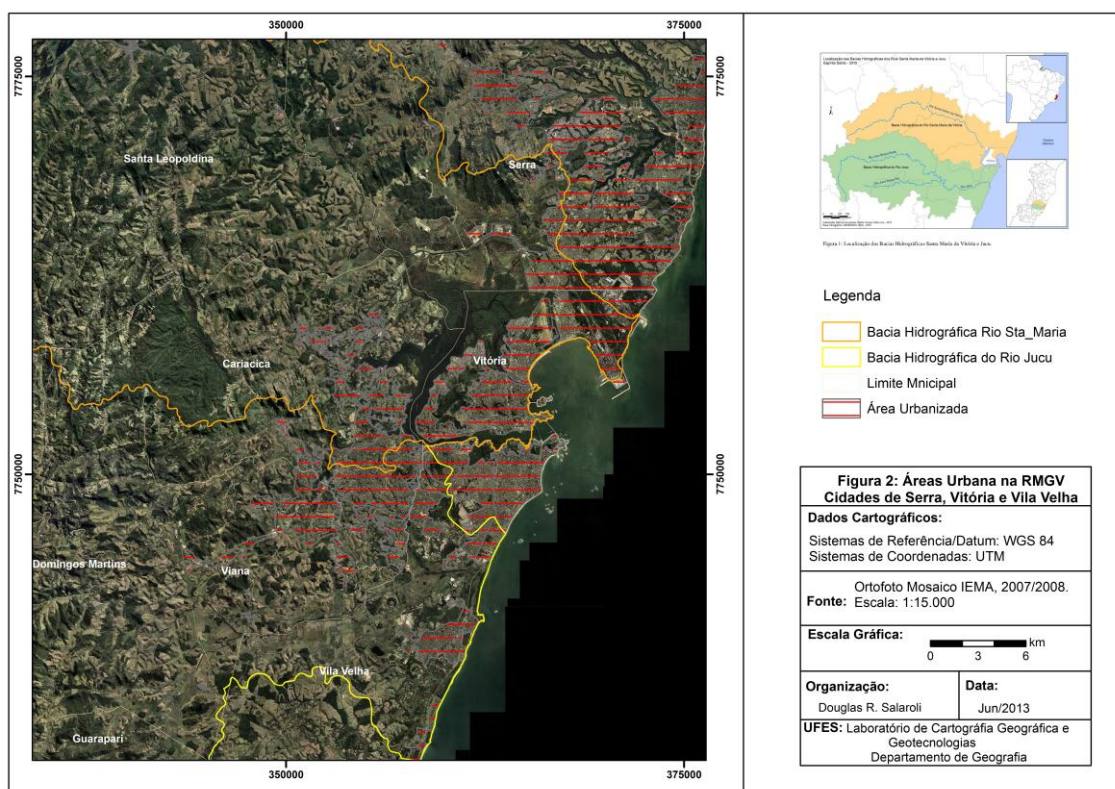


Fonte: Gonçalves, Paim, Marinato. 2011.

O rio Jucu possui 2.220 km² em seis municípios. Suas nascentes estão situadas na região serrana do estado, em altitudes de até 1.800m e sua foz no município de Vila Velha, junto ao Oceano Atlântico, na Região Metropolitana, totalizando 166 km de extensão. Os principais usos das águas na bacia incluem o abastecimento público, irrigação, pesca, atividades de turismo e lazer e a proteção dos recursos naturais em Unidades de Conservação. Entre os principais problemas destacam-se o assoreamento, desmatamento, despejo de efluentes, queimadas, processos erosivos, uso de agrotóxicos e ocupação desordenada das margens (SILVA, 2009 apud TEIXEIRA, PAIM, MARINATO, 2011).

O rio Santa Maria da Vitória ocupa área de 1844 km² abrangendo cinco municípios. Suas nascentes também se localizam na região serrana e sua foz no complexo estuarino “Baía de Vitória”, Região Metropolitana, percorrendo 122 km de extensão. As principais atividades econômicas da bacia incluem a geração de energia elétrica, abastecimento humano, pesca, irrigação, agropecuária, turismo e Unidades de Conservação. Os principais problemas são queimadas, ausência de mata ciliar, estradas mal planejadas, desmatamento, despejo de efluentes e ocupação desordenada (SILVA, 2009 apud TEIXEIRA, PAIM, MARINATO, 2011).

Figura 2 – Área Urbana da Região Metropolitana da Grande Vitória



Em ambos os territórios a atividade econômica de destaque é a agropecuária, se constitui como a principal abastecedora de alimentos da Região Metropolitana com entregas diárias no CEASA de olericulturas, fruticulturas, avicultura, verduras e legumes em geral, produção de energia. O destaque para a produção de Energia é que a Escelsa realiza esta atividade desde a

década de 1920 (AVIDEPA, 2002, p.5), transformando a dinâmica natural das águas dos rios com alagamentos de áreas rurais e o alinhamento de corpos de água para maior drenagem de água para o rio principal.

As principais aglomerações urbanas estão localizadas nos municípios de Domingos Martins e marechal Floriano pela bacia hidrográfica do rio Jucu. E na bacia hidrográfica do rio Santa Maria da Vitória as principais aglomerações estão em Santa Maria de Jetibá e Santa Leopoldina além, em ambas é claro, da Região Metropolitana da Grande Vitória. Para a Associação Vila-velhense de Proteção Ambiental (AVIDEPA, 2002, p.5).

A grande preocupação com a qualidade da água nestas bacias hidrográficas vem, em grande parte, relacionado ao sistema econômico-social à qual ela está envolvida. Temos uma relação de abastecimento humano e econômico, com destaque para a Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV). Segundo IBGE (2010) a economia desta região gira em torno 58% da riqueza produzida no estado, estando incorporadas a este território grandes empresas como Vale, CST (Arcelor Mittal), Cesan, Escelsa, Petrobrás, dentre outras. O território bacia hidrográfica dos rios Sta. Maria da Vitória e Jucu são entendidos, em termos de gestão de águas, como primordial para o estado por abastecer em 98% de água e 25% da energia elétrica a Região Metropolitana da Grande Vitória (IDAF, acessado em novembro de 2012).

Tabela 1 – População Residente nos Municípios Pertencentes às Bacias Hidrográficas dos Rios Sta. Maria da Vitória e Jucu.

POPULAÇÃO	
Município das Bacias Hidrográficas	1.763.206
Espírito Santo	3.514.952

Fonte: Censo IBGE 2012.

As atividades econômicas desenvolvidas no território de gestão destacam-se por apresentar características secundárias (usos para irrigação e consumo), como terciárias (produção de bens em indústrias, energia elétrica) do modo de produção. Sendo assim, é possível identificar dois modos de se relacionar com o território – por uso, ou por abrigo (SANTOS, 2000, p.12). Se utilizado da primeira forma deve-se entender a gestão do território via verticalidades dos sujeitos gestores em que, de uma forma superficial, estão imbricados naquele território na condição de Instituições e ou Firms, que se apropriam do elemento água em sua produção. A concepção da área gestora deve comprometer-se com a noção do território hidrográfico, por transcender a proposta fisiográfica que define a Bacia hidrográfica. A segunda forma (território abrigo) deve-se compreender pelas relações internas e cotidianas à área de gestão, uma forma de interiorização no objeto de análise (a bacia hidrográfica) e que valorize as relações de usos e significação do elemento água enquanto parte da vida.

2.2 - CONTEXTUALIZANDO O ROTEIRO GERAL METODOLÓGICO (RGM)

Reconhecemos o território das Bacias Hidrográficas dos rios Santa Maria da Vitória e Jucu, podemos agora seguir o passo a passo da proposta do Roteiro Geral Metodológico (RGM, 2009). O RGM é um documento referente a um plano de trabalho para realização do PEEPB aprovado pelo IEMA e pelo LABGEST_UFES. Este documento é composto por Metas e etapas de desenvolvimento (ações voltadas ao planejamento e execução de atividades), cujo objetivo final é uma integração técnica e social para que o planejamento dos instrumentos de gestão da água se realize de forma descentralizada e participativa.

É preciso reconhecê-lo como um projeto que se construiu devido à união entre o poder público e as instituições de pesquisas em recursos hídricos, com intuito de pensar e planejar metodologias referentes aos Instrumentos de gestão da água. Isso requereu dos participantes certos esforços para conseguir por em prática este projeto. Por exemplo, o Labgest como importante colaborador na área de pesquisa em gestão de recursos hídricos no Espírito Santo, através do interesse em metodologias para proposição de Enquadramento de corpos de água e gestão participativa das águas, encontrou no Rio Grande do Sul uma proposta de Roteiro Metodológico utilizado como base da gestão participativa das águas daquele estado. É neste momento também, que se conhece Paulo Paim¹¹ que era o técnico responsável pela execução da proposta no Rio Grande do Sul.

Desta conversa com o técnico Rio-grandense é apresentado ao Labgest o Roteiro Geral Metodológico (RGM), que é aceito retrabalhado pelo laboratório e adaptado às Bacias hidrográficas dos rios Sta. Maria da Vitória e Jucu. Concomitante a isso, o Governo do Estado do Espírito Santo por meio do órgão responsável pelo meio ambiente e gestão das águas, recomeçava a pensar

¹¹ Paulo Renato Paim foi diretor do Departamento de Recursos Hídricos da Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Rio Grande do Sul. Foi presidente da ABES-RS onde atualmente exerce função como membro do conselho Consultivo

formas de minimizar os impactos e de melhorias da qualidade nos cursos de água. Estas formas de controle (qualidade e quantidade) da água são adotadas como políticas de Estado, e na parceria IEMA com o Labgest incluem o RGM para ser discutido nos comitês de bacia e com o Governo do Estado. Essa negociação se concretiza com a aceitação do poder público para realização do projeto, e dos Comitês de bacia dos rios Sta. Maria da Vitória e Jucu como base de realização territorial do PEEPB. Este reunião de movimentos em comum sendo a gestão participativa da água o elemento agregador foi importante para realização dos tramites Institucionais ao qual o PEEPB está inserido. Como medida política o Estado adota o tema recuperação e preservação da biodiversidade que tem como base ser uma linha de investimento do Banco Mundial em países em desenvolvimento com grandes áreas conservadas de florestas e biodiversidade. O Estado escolhe o Projeto Florestas para Vida que é gerido pelo IEMA e que trabalha ações relacionadas ao tema como a representante entre o governo do Estado e o Banco Mundial. O que é apresentado ao Banco Mundial pelo estado via projeto Floresta para a Vida é o Projeto Executivo de Enquadramento de Cursos de Água em Classe e Plano de Bacias para os rios Santa Maria da Vitória e Jucu (BM, acessado em junho 2012).

É importante ressaltar algumas características que levaram o PEEPB a ser aceito na linha de investimento do Banco Mundial. Uma delas é o Termo de Referência que foi realizado pelo Labgest em forma de discussão com o consultor em recursos hídricos do Rio Grande do Sul Paulo Paim, os Comitês de bacia hidrográfica, como forma de adequação à realidade das bacias hidrográficas em questão. O Termo de Referência traz importantes considerações a respeito do processo participativo de enquadramento referente à participação da sociedade, e ao diagnóstico da realidade local. A necessidade da empresa em conhecer o território para pensar e propor formas de enquadramento e a ampla participação de todos os segmentos da sociedade neste processo são fatores que contribuíram para se manter a essência do Roteiro Geral Metodológico (RGM). Sendo assim, a garantia da participação social no planejamento para se definir metas progressivas para a

melhoria da qualidade da água, e de outras formas de usos do território de forma responsável, objetivando ao desenvolvimento da região hidrográfica garantiu ao Governo do Estado a parceria e investimento do Banco Mundial. Com o projeto acordado veio o período da Licitação para contratação da empresa responsável para realização do planejamento do PEEPB. As empresas tiveram que seguir um rigoroso processo para garantir a realização integra do projeto em suas etapas de planejamento, entre estas estão: a. ser uma empresa que trabalhe com a área de planejamento em meio ambiente; b. ser empresa brasileira ou com sociedade no Brasil; c. já ter realizado projetos envolvendo sociedade e gestão de recursos naturais, entre outras. Foi um processo demorado de contratação com prazo inicial de 8 meses entre a licitação e contratação - de março de 2012 a novembro de 2012 –, contudo houve um grande atraso devido a burocracias institucionais entre as instâncias internacionais e locais.

2.2.3 - O ROTEIRO GERAL METODOLÓGICO (RGM)

A experiência obtida com o projeto DESAGUA, e pesquisas envolvendo metodologias de mobilização e capacitação técnico-social para gestão das águas integram as ações praticadas pelos membros do laboratório no planejamento do PEEPB. O que diferencia o PEEPB do DESAGUA é que este foi pensado e realizado a base de simulações de Enquadramento de corpos de água, já aquele tem como característica ser pensado e realizado em situação real. Sendo assim, vejamos como se organiza o RGM base de execução dos trabalhos para realização do PEEPB.

Das Metas propostas no RGM iremos nos ater a “**META 01 – Roteiro Geral Metodológico, definido**” cujas atividades são a “*Apresentação, discussão, definição e apropriação do Roteiro Geral Metodológico que servirá de base para a construção do **Projeto Executivo para o Enquadramento dos Corpos de Água em Classes e Plano de Bacia para os Rios Santa Maria da Vitória e Jucu***” (RGM, 2009).

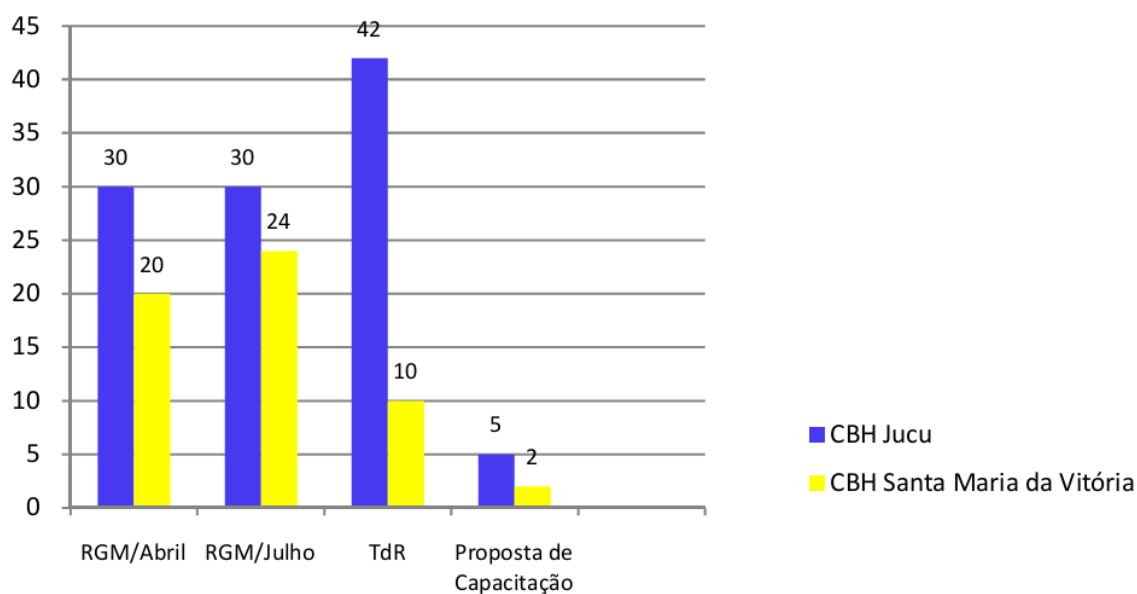
A discussão teórica do RGM perpassa a representação dos atores gestores nos comitês de bacia hidrográfica, o que tem sido apontado em algumas literaturas como “*Reflexões e Dicas para a Implementação do Sistema de Gestão de Recursos Hídricos no Brasil*” do grupo WWF-Brasil (2005) e Dalpiaz (2000) como um processo prioritário que compete ao gestor de um bem público. Uma real sintonia entre o interesse da sociedade, dos usuários e a gerência e ordenamento do estado, uma ação de reconhecimento, por entender que o outro também expõe sua necessidade ao planejamento para se chegar a um consenso de como agir no território.

Para a realização deste processo de mobilização dos atores gestores existem três pilares que regem o RGM, são eles: “*A construção coletiva da informação (diagnóstico participativo); A clareza do objeto em torno do qual se mobilizar (definição dos usos futuros das águas); A existência de um espaço institucional decisório bem definido (o Comitê de Bacia)*” (RGM, 2009). Estas perspectivas abrangem todo o procedimento da Meta 1 do Roteiro Metodológico, pois

garante sempre que o grupo gestor se organize de forma coletiva, abrangendo um maior número de pessoas para ampliar a informação referente a área de planejamento, e a formação técnica e social para se entender o PEEPB como uma ferramenta no processo de gestão e, por fim, a funcionalidade dos comitês de bacia para o planejamento e na realização do PEEPB.

Segundo Gonçalves, Paim e Marinato (2011) os comitês de bacia dos rios Santa Maria da Vitória e Jucu tinham em 2010, 24 e 27 membros, respectivamente. A figura 3 “*mostra o número de participantes nas oficinas realizadas em abril e julho de 2010, na reunião final para definição do TdR e na última reunião para discussão da Proposta de Capacitação*”(GONÇALVES, PAIM, MARINATO, 2011). Os números apresentados na Figura 3 incluem membros dos comitês das acias hidrográficas e representantes da UFES e do IEMA.

FIGURA 3 – Participação dos Representantes na Capacitação para o PEEPB.



Fonte:Gonçalves, Paim, Marinato, 2011.

O gráfico apresenta certa dificuldade do comitê de bacia hidrográfica do rio Sta. Maria da Vitória em manter a quantidade de pessoas nos fóruns de

capacitação, se pensarmos, de forma geral, diríamos que o comitê de bacia hidrográfica do rio Jucu está “a frente” no processo de planejamento. Uma proposta do PEEPB é não permitir que este exemplo se concretize de fato, tendo em vista a realização do planejamento em conjunto, as ações são estudadas e realizadas em conjunto. O que está posto é a preocupação da Comissão de Acompanhamento e Coordenação em seguir com as atividades somente quando entendida e idealizada por todos os atores envolvidos, mesmo que para isso, tenha que ser repetidas as ações de capacitação ou de planejamento já realizadas.

Há, também, a dificuldade de entender o sentido de representatividade, outrora apresentado por Oliveira (2011) em entrevista realizada com a representante do IEMA, que expõe

existe um problema de representatividade dentro do Comitê, pois os representantes das instituições não elaboram relatório para as instituições sobre o que foi discutido nas reuniões. Por sua vez, as empresas e as prefeituras, muitas vezes, não estão cientes até mesmo das datas das reuniões e não exigem um retorno de seus representantes, ou seja, existe uma lacuna entre o representante e a instituição (OLIVEIRA, 2011, p. 285).

A proposta do PEEPB é de ser ampla tanto no sentido da participação para a gestão (mobilização da sociedade), para caminhar na proposta de representação dos interesses das pessoas que utilizam das águas dos rios Sta. Maria da Vitória e Jucu. O que estamos analisando são atores e ações, e a consciência na relação destes mecanismos, uma tentativa de classificação e de relação dos elementos do espaço geográfico atuantes no Projeto Executivo de Enquadramento de corpos de água em classe e Plano de Bacias. Desta forma discorreremos sobre a atividade de relacionar e categorizar estes elementos enquanto atores gestores, e nisso envolvemos não só *o homem*, mas *as firmas*, e *as instituições* e o *meio ecológico*. Não entraremos na discussão das *infras-estruturas* propriamente, pois não há no PEEPB uma atividade ou ação cujo valor de variável possa ser considerado, para esta pesquisa, uma adição em termos da mudança na paisagem das bacias hidrográfica estudadas neste tempo de análise, entre o ano de 2009 a 2011. Contudo, as *infras-estruturas* enquanto elemento do espaço estará sempre permeando nossas considerações. Acredito que mais precisamente na atividade do planejamento

para Enquadramento de corpos de água em classe é que iremos poder idealizar e, quem sabe, conferir alguma atividade desta natureza, tendo em vista a atividade de “definição das unidades de planejamento, como podemos observar do escopo do RGM (2009)

Por PLANO DE BACIA entende-se um PROCESSO político de base técnica contendo três fases interdependentes:

- *A definição dos objetivos e metas - Aonde se quer chegar ou O RIO QUE QUEREMOS ou ainda, a definição dos usos futuros das águas por trecho da bacia hidrográfica – ENQUADRAMENTO;*
- *A identificação do conjunto de ações estratégicas e as condições técnicas necessárias para sua execução ou O RIO QUE PODEMOS;*
- *A viabilidade social, cultural, ambiental, econômica e financeira.*

O ENQUADRAMENTO, como primeiro passo de qualquer processo de planejamento dos usos das águas, é o instrumento por excelência de gestão participativa dos recursos hídricos.

Tudo isso, tendo em vista a função do planejamento do PEEPB para a gestão das águas, uma função de pensar o território tanto na ação social política de planejamento participativo, como na reorganização da paisagem com obras de drenagem, reflorestamento, etc. Como podemos observar, esta pesquisa busca uma forma de entender as relações expostas no PEEPB de atores no trabalho de pensar/planejar um território hidrográfico.

O processo metodológico do RGM para a formação política dos atores gestores e a mobilização social para o processo de gestão da água é adaptado do trabalho de Matzenauer (2003), de sua proposta o que permaneceu no RGM foi apenas a parte da metodologia, deixando de utilizar os algoritmos (TEIXEIRA, et al. 2011). A orientação do trabalho é composta por três etapas, a saber: a. Identificação do Contexto Decisório; b. Estruturação do Problema; c. Construção dos Resultados. As duas últimas são atividades que pelo prazo e tempo nossa pesquisa não abarcará, contudo as destacamos no quadro abaixo para se entender o desenho do processo metodológico proposto ao RGM.

TABELA 2 – Atividades de Realização do Roteiro Geral Metodológico

<p>Identificação do Contexto Decisório</p>	<ul style="list-style-type: none"> a. Identificação das relações de causa e efeito que caracterizam o cenário atual das condições de qualidade e quantidade das águas da bacia hidrográfica sob o ponto de vista técnico – Diagnóstico; b. Identificação dos atores estratégicos (decisores - categorias do Comitê) e das melhores condições de circulação da informação. Intercâmbio entre o saber técnico e o saber social. Condições e graus de representatividade dos integrantes do Comitê; c. Identificação de elementos complementares do diagnóstico a partir do olhar dos decisores e de seus representados
<p>Estruturação do Problema</p>	<ul style="list-style-type: none"> a. Apropriação pelos decisores, do significado do processo de planejamento dos usos das águas e das consequências estratégicas e práticas do ENQUADRAMENTO; b. Validação e apropriação do diagnóstico e construção definitiva do cenário atual da bacia. c. Identificação de parâmetros (físicos, sociais, econômicos e culturais) com os quais serão avaliadas a(s) alternativa(s) de ENQUADRAMENTO. Estabelecimento da hierarquia e do valor relativo entre eles. Por exemplo: “ <i>gerar emprego</i> é mais importante que <i>tomar banho</i>? <i>Proteger a saúde</i> é mais importante que <i>gerar empregos</i>? <i>Produzir alimentos</i> é mais importante que <i>abastecer a população</i> ?”
<p>Construção dos Resultados ENQUADRAMENTO E PLANO DE AÇÕES</p>	<ul style="list-style-type: none"> a. Definição de um PRÉ-ENQUADRAMENTO a partir das consultas realizadas na sociedade pelos decisores e de sua própria atuação; b. Avaliação técnica das consequências do PRÉ-ENQUADRAMENTO, segundo os parâmetros definidos e hierarquizados anteriormente; c. Construção da versão final do ENQUADRAMENTO; Consolidação do rol de necessidades, definição das prioridades e prazos.

Fonte: Roteiro Geral Metodológico. Labgest_DEA_UFES, 2010.

A metodologia na qual o estudo realizado pelos parceiros IEMA e Labgest utilizam como base para plano de trabalho do PEEPB, já foi explicada, por isso, o que realizaremos agora será uma análise na proposta de como se está realizando as atividades do Roteiro Geral Metodológico. As atividades são partes integrantes das Metas, são pensadas para a relação sociedade e tecnologia/informação, pode-se interpretar como uma forma de capacitação política, pois abrange a necessidade da mobilização da sociedade a participar do processo de produção e gestão do território hidrográfico, e ainda, como forma de empoderamento que inclui os saberes técnicos e sociais, um processo político (relações de coexistência) de onde emana a conscientização do homem na e com a sociedade.

Vejamos como estão expostas as atividades no RGM para entender o processo de sua realização: 1. Instalação da comissão de acompanhamento e Coordenação. Esta etapa consiste na realização da escolha de uma equipe que irá Coordenar as atividades referentes ao PEEPB junto aos representantes no fórum de discussão em seus respectivos comitês de bacia. Esta equipe também é formada por integrantes do IEMA e do Labgest, esse acompanhamento técnico e científico atua na capacitação de gestores, na realização de mobilização social, político institucional e na decisão do planejamento e ordenamento do território, é por isso, portanto, que se denomina Comissão de Acompanhamento e Coordenação. Suas atividades já estão em realização desde o ano de 2009, quando as instituições parceiras deram os primeiros passos na tentativa de implementar o PEEPB. A equipe é formada por representantes do Labgest que atuam na formação e capacitação dos membros desta comissão. O Fórum Capixaba de Comitês de Bacia Hidrográfica representado na pessoa do seu presidente Sr. Elio de Castro, atua na condição de suporte político à gestão das Bacias hidrográficas, e exerce a função como membro difusor de um planejamento para outras regiões hidrográficas no estado. O IEMA que atua como corpo técnico, exerce função do organizador do planejamento, atuando junto ao Labgest na coordenação do planejamento de ações referentes à capacitação de gestores, como na interlocução entre instituições do poder publico Federal, Estadual e Municipal.

Importante ressaltar que os representantes do IEMA na Comissão de acompanhamento e coordenação estão representando os Comitês de bacia hidrográfica, sendo 2 representantes (um para cada CBH).

2. Lançamento do Processo de ENQUADRAMENTO - O quê, como, resultados, consequências, esta atividade é pautada na divulgação com objetivo de atrair a sociedade em geral para o processo de planejamento e execução do PEEPB. Caracteriza-se por “ser um processo de divulgação, de informação e de mobilização corpo-a-corpo” (RGM, 2009) e sua execução é pensada em três aspectos, sendo a mídia (tv, rádio, carros de som, banner e panfletos, etc.) um importante elemento para a sociedade tomar ciência do processo de planejamento do PEEPB. O comitê de bacia hidrográfica, através da apresentação da Comissão de acompanhamento e coordenação, poderá discutir e fechar de forma participativa o RGM. E pelas categorias dos comitês de bacia, uma atividade de mobilização da sociedade e cumprimento de uma Meta do plano de trabalho que apresentada como

META 04 – *Plano Geral de Informação, Mobilização e Participação Social, elaborado e aprovado.*

4.1- Com base no conhecimento que o Consultor já dispõe da estrutura dos Comitês capixabas, nas diretrizes emanadas do IEMA, na experiência acumulada no LABGEST/UFES e na experiência do próprio Consultor em trabalhos semelhantes desenvolvidos no Rio Grande do Sul, será apresentado um Plano de Informação, Mobilização e Participação Social. O Plano terá como centros estratégicos os Comitês de Bacia, valorizará o binômio representação-representatividade nas categorias que compõem os Comitês e tratará, em especial, das formas e das estratégias pelas quais o saber técnico será transposto para a sociedade e o saber e a vontade social incorporado tecnicamente pelo planejamento.

Desenvolvimento: para desenvolver esta atividade, o Consultor preparará uma proposta detalhada e submeterá às equipes do IEMA e da UFES e, aos representantes do Comitê, para debate e construção coletiva do Plano.

*O Plano Geral de Informação, Mobilização e Participação Social conterá a descrição de cada uma das atividades que o comporão, indicando responsáveis e o momento que cada uma deverá acontecer ao longo do desenvolvimento do processo de planejamento. Também listará os materiais e suas **características** específicas necessários ao apoio de cada atividade quando for o caso (LABGEST, 2009).*

3. Definição das Unidades de Planejamento, esta atividade tem como propósito as formas de planejamento da gestão, para efeito de Diagnóstico, de Enquadramento e de Proposições, a bacia hidrográfica será subdividida em trechos menores que poderão, ou não, se confundir com sub-bacias perfeitas sob o ponto de vista técnico. Entra nesse processo a empresa contratada responsável para a execução do planejamento e execução do processo de Enquadramento e Plano de Bacia juntamente aos atores gestores dos comitês de bacia hidrográfica e à parceria IEMA e Labgest. Estão previstos para sua realização oficinas de caráter metodológico para a definição das unidades de gestão e apresentação de proposta técnica de enquadramento de corpos de água em classe. Esta última, pautada nos saberes técnico (informações sobre o meio físico, meio social e meio econômico, internet e mídia, entre outros) e popular (hábitos cotidianos, histórias de vida, imaginário popular, entre outros).

4. Identificação e Definição das Variáveis a serem Utilizadas no Diagnóstico, esta atividade consiste numa proposta conjunta com a atividade 3, por serem realizações de cunho técnico e cooperativo com os saberes da sociedade, e por envolver uma empresa que será contratada para atuar juntamente com os outros elementos da gestão das águas, na escolha das variáveis e a avaliação da qualidade atual dos usos da água nos territórios de gestão.

5. Levantamento de Dados e Informações sobre a Situação Atual da Bacia Hidrográfica – Diagnóstico. Esta atividade de diagnóstico compreende o levantamento e a avaliação integrada da situação atual dos recursos hídricos, englobando os aspectos relacionados às disponibilidades hídricas e às suas demandas, bem como sua interface com a dinâmica social e com a articulação de diferentes áreas do conhecimento. Tem um caráter importante para as ciências sociais devido à sua execução pautar a realidade da bacia hidrográfica, inclui-se nisso a dinâmica social da bacia hidrográfica, aspectos históricos da ocupação, organização social, aspectos institucionais, educacionais e de mídia. Aspectos relacionados ao uso e ocupação do solo, da água e, ainda, aspectos relacionados às características socioambiental da bacia hidrográfica. Nesta atividade serão envolvidos programas, ações e

intervenções que serão realizadas nas bacias hidrográficas nos próximos 20 anos.

6. Determinação do Cenário de Pré-Enquadramento, esta atividade é uma etapa crucial do PEEPB, sendo o momento de discussão dos representantes dos Comitês de bacia hidrográfica com seus representados sobre as melhores possibilidades de Enquadramento de corpos de água em classe e Plano de Bacia. É posto em prática a necessidade de se debater com os representados as propostas, a fim de garantir a instrumentalização da política das águas de forma consensual, base da realização social da gestão das águas no PEEPB e que optamos por chamar nesta pesquisa de alteridade, ou o reconhecimento da diversidade na multiplicidade.

7. Avaliação dos Graus de Dificuldade de Cumprimento do Cenário de Pré-Enquadramento, esta atividade é a definidora do processo de Enquadramento de corpos de água em classe. Caracteriza-se por envolver a capacitação que receberam os atores gestores em todo processo metodológico e a equipe técnica, na formulação de cenários ou mapeamentos do instrumento de enquadramento de corpos de água. A parte técnica fará uso de modelos matemáticos computacionais (hidrológicos, de qualidade da água, de análise multicritério, econômicos, etc), e a parte dos atores gestores virão compor com propostas que, serão analisadas pelos técnicos e discutidas na instância de decisão, o comitê de bacia hidrográfica. As propostas técnica e social serão avaliadas pela empresa responsável pelo planejamento, gerando um modelo viável à condição dos usos das águas, e que abarque ambas as propostas condizentes ao projeto de Enquadramento, para ser levado novamente à discussão em plenário dos Comitês de bacia hidrográfica dos rios Sta. Maria da Vitória e Jucu para aprovação.

8. Elaboração das Propostas de Ação - Plano de Bacia, esta atividade ficará a cabo da empresa contratada na formulação de ações necessárias ao cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos nos cenários de Enquadramento de corpos de água. A realização desta atividade será

apresentada e discutida juntamente aos atores gestores nos Comitês de bacia hidrográfica, tendo em vista que a realização dos acordos representados pelas ações e prazos compete aos próprios atores/decisores.

9. Divulgação dos Resultados, esta atividade tem como objetivo publicitar as informações envolvidas no Plano de Bacia Hidrográfica. A proposta é fazer uso de todas as mídias para que a sociedade, em geral, tome consciência da realidade à qual aquela bacia hidrográfica passará a ter e a exercer com a apropriação dos Instrumentos de gestão da água.

Poderemos observar como se estrutura as atividades do RGM na Tabela III (Descrição e Objetivos das Atividades Propostas no RGM), contudo é preciso salientar a responsabilidade dos envolvidos no PEEPB sobre a necessidade de estar ciente do processo em que a atividade que está sendo proposta, a consciência dos objetos de cada etapa, pois a gerência, realização e efetivação do Plano de Bacia se faz pelo Comitê de bacia hidrográfica. E ainda, podemos destacar a forma complementar dos objetivos do RGM em que cada etapa, não havendo um total entendimento por parte dos responsáveis, não avançará, isso significa que o avanço se dá conforme o entendimento das ações pelos atores gestores.

TABELA 3 – Descrição e Objetivos das Atividades Propostas no RGM

Proposta de Roteiro Metodológico		
Nº Atividade	Descrição	Objetivo
1	Instalação da Comissão de Acompanhamento	Orientar e Coordenar as tarefas do processo de planejamento
2	Lançamento do Processo	Divulgar e Mobilizar a sociedade para envolvimento no processo
3	Definição das Unidades de Planejamento	Criar uma noção de pertencimento e envolver os membros dos Comitês de Bacias no processo
4	Definição das Variáveis do Diagnóstico	Conhecer a realidade e estabelecer relações de causa e efeito das condições de qualidade e quantidade de água
5	Diagnóstico	Levantar e Avaliar de forma integrada a situação atual dos recursos hídricos na bacia hidrográfica

6	Cenário de Pré-Enquadramento	Conhecer a vontade da sociedade para a bacia hidrográfica
7	Avaliação dos Graus de Dificuldade	Avaliar os graus de dificuldades para o cumprimento do cenário de Pré-Enquadramento proposto
8	Plano de Bacia	Apresentar um rol de ações necessárias para o cumprimento das metas de Enquadramento propostas
9	Divulgação dos Resultados	Informar a sociedade sobre o Enquadramento e suas consequências e o acordo social e político do Plano de bacia

Fonte: Gonçalves et al., (2010).

Sendo encerradas todas as atividades do RGM podemos considerar que o processo de gestão cumpre sua função de ser, ao mesmo tempo, descentralizada e participativa, ao abranger todos os atores sociais à qual se refere o fundamento da gestão das águas, Lei 9.433/97, e por incorporar estes atores em todo o processo de planejamento e execução nas ações do PEEPB.

3 – OS ELEMENTOS DO ESPAÇO E SUAS VARIÁVEIS

As formas como os elementos do espaço aparecem em nossa pesquisa muitas vezes são caracterizadas por suas funções, isto é, a sociedade de forma organizada principalmente em ações voltadas ao meio ecológico relacionado aos recursos hídricos e que estão preocupadas com a sua gestão. Os usuários de água que detêm o direito de uso e apropriação da água, concebido através da outorga, e o Estado que atua como mediador de *agentes externos e internos* (SANTOS, 2008, p.226) do espaço, neste caso a bacia hidrográfica no processo de planejamento e ordenamento daquele território de gestão.

Contudo, quando observamos as formas como se correlacionam, os atores gestores ganham novas funções ou até funcionalidade. Para entender melhor esse processo é preciso conceber os elementos do espaço como variáveis qualitativas no processo de articulação e produção do espaço das águas. Para Santos “o valor da variável não é função dela própria, mas do seu papel no interior de um conjunto” (SANTOS, 2008, p.22) isso torna a ação dos representantes dos Comitês de bacia hidrográfica de elementar em algo amplo, com novos elementos na amplitude do tempo de execução dos processos de gestão que estão sendo analisados.

As variáveis que estamos analisando como componentes dos elementos do Espaço são partes de um processo relacionado à gestão das águas para o estado do Espírito Santo, e hoje atendem a uma lógica para o PEEPB pensada pelo parceiro consultor do IEMA o Sr. Paulo Paim, o próprio IEMA como agente técnico em gestão de água do estado do Espírito Santo, e o Labgest atuando como entidade de pesquisa e desenvolvimento tecnológico, e os representantes dos Comitês de bacia hidrográfica.

3.1 – CARACTERIZAÇÕES DOS ELEMENTOS DO ESPAÇO NO PEEPB

Para Santos (2008) os elementos do espaço atuam com e na sociedade se relacionando e se correlacionando conforme a significação da sua variável no objeto estudado e sua ação no espaço-tempo. Sendo assim, iremos caracterizar os elementos do espaço no PEEPB, dando-os sentido no processo de planejamento da gestão das águas das bacias hidrográficas dos rios Sta. Maria da Vitória e Jucu. A nossa proposta pretende dividi-los em categorias, cujas variáveis serão qualitativas.

As variáveis usadas são atores, função exercida, objetivo da ação e a correlação com os demais elementos, tentando assim, facilitar a compreensão metodológica ao classificar os elementos estudados no PEEPB. A primeira tarefa será identificar os elementos do espaço externos às bacias hidrográficas em questão, atuantes de forma a planejar o território hidrográfico. São muitos os sentidos de atores externos, mas estamos considerando àqueles que diretamente estão participando de uma atividade do PEEPB. Podemos considera-los uma espécie de “macroatores” o que Santos denomina como “àqueles que de fora da área (**de alguma forma**) determinam as modalidades internas de ação” (SANTOS, 2005.p.108, **grifo nosso**).

A segunda categoria será contemplada pelos representantes dos Comitês de bacia hidrográfica, aqueles da atuação política nos ambiente de decisão. A identificação dos elementos do espaço que atuam no interior do território e, assim, representam a parcela decisiva no ambiente deliberativo. A sequência desta atividade é compreender as ações que se realizam no PEEPB como mecanismos de consenso, cujo princípio está na interação conceitual referente aos objetivos de haver garantia de água em quantidade e qualidade a nossa e às futuras gerações.

Os processos de realização do PEEPB vêm sendo construído desde o ano de 2009, quando o IEMA e o Labgest, firmaram a parceria para estudar formas práticas de instalação dos Instrumentos de gestão contidos na Lei das Águas (Lei 9.433/97) como na Política Estadual de Recursos Hídricos (Lei 5.818), o

Enquadramento de cursos de água em classe e o Plano de bacia hidrográfica. Até este momento foram feitas as apresentações do plano de trabalho para a realização do PEEPB, e a parceria formalizada entre IEMA e Labgest, acompanhado do Consultor em gestão participativa de recursos hídricos Paulo Paim. É importante ressaltar o caráter estrutural desta atividade, como uma forma de organização das etapas de planejamento para produção do documento guia para as ações metodológicas do PEEPB, e se apresenta ainda como uma organização institucional de composição estrutural para o trabalho das atividades do PEEPB.

Assim nasce o PEEPB, com a participação de representantes da Agência Nacional de Águas (ANA), Instituto de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Espírito Santo (IEMA), pesquisadores do Laboratório de Gestão de Recursos Hídricos e Desenvolvimento Regional (Labgest), representantes dos Comitês de Bacia Hidrográfica dos rios Sta. Maria da Vitória e Jucu, e o consultor Paulo Paim na reunião de apresentação do PEEPB realizada no auditório do IEMA em 2009. Conseguimos, a partir de então, começar a identificar personagens que serão primordiais na execução do PEEPB.

Foram analisadas atas das reuniões desde o primeiro encontro realizado em 2009, o que me faz compreender que houve nesse processo 2 etapas complementares, sendo a primeira o processo de organização dos parceiros no planejamento do PEEPB. Já a segunda, é a atuação desta parceria na formação do núcleo base composto pela Comissão de Acompanhamento e Coordenação, incluindo neste processo o Fórum de Comitês de Bacia Hidrográfica do Espírito Santo. Apresentamos então, na próxima página, os sujeitos de ação no PEEPB:

TABELA 4 – Parceiros de Planejamento do PEEPB

Ator	Função	Objetivo da ação
Banco Mundial	Doação dinheiro para projetos de conservação da biodiversidade.	<ul style="list-style-type: none"> • Conservação da Biodiversidade. • Manutenção da qualidade da água e do ar no planeta.

Projeto Floresta para a Vida	Ação do Governo do Espírito Santo para recuperação de nascentes e cursos de água, e florestas nativas.	<ul style="list-style-type: none"> • Receber a doação do Banco Mundial. • Coordenar o uso do dinheiro no PEEPB.
IEMA	Coordenar e apoiar a implementação dos instrumentos de gestão da PERH. Estudos referentes a participação social e metodologias de aplicação dos instrumentos de gestão da água.	<ul style="list-style-type: none"> • Coordenação do planejamento do PEEPB. • Atuação na Comissão de acompanhamento e Coordenação.
Labgest	Apoio ao Governo do Espírito Santo em pesquisas de metodologias de gestão participativa da água, e planejamento participativo para realização dos Instrumentos de Gestão da água.	<ul style="list-style-type: none"> • Coordenação do PEEPB; • Apoio na capacitação dos Comitês de bacia; • Apoio ao IEMA na execução do planejamento para a implementação dos Instrumentos de Gestão de águas no PEEPB. • Apoio técnico e operacional nas atividades do PEEPB.

Vamos agora entender as relações entre estes Elementos do Espaço, para isso será necessário discorrer sobre suas atividades e suas inter-relações. O Banco Mundial segundo o Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo (IDAF, 2012) por meio de uma atividade denominada Fundo Mundial de Meio Ambiente (GEF), está investindo cerca de 4 milhões de dólares no Programa do Governo Estadual cujo nome é *Florestas Para a Vida*. Ainda, segundo o sitio do IDAF (2012), este programa tem como objetivo a recuperação do bioma da Mata Atlântica no Espírito Santo. O IEMA é o executor desse projeto, sua atuação de forma geral se define pela gestão dos recursos naturais na articulação e na gestão das atividades referentes à preservação do meio ambiente (diversidade de fauna e flora, como também, a recuperação e a manutenção de mananciais). Neste contexto aparece o PEEPB, aparece como uma forma de articulação entre projetos idealizados pelo IEMA na perspectiva da gestão de águas, e o Labgest como uma entidade

de pesquisa relacionada à gestão de águas e ao desenvolvimento regional. Parte-se agora para uma aposta mais aprofundada daquela primeira, o projeto DESÁGUA, mas que de certa maneira apresenta características bem distintas como, por exemplo, a proposta de pensar o Enquadramento de Corpos de Água em Classe para os rios mais importantes da Região Metropolitana da Grande Vitória.

Esta parceria concretizada e a busca por novas formas de articulação trouxeram ao IEMA e Labgest uma função – coordenar as ações para dar empoderamento referente a questões sociais, técnicas e científicas existentes no planejamento e execução do Enquadramento de Corpos de Água. Foi então que se programaram e realizaram a atividade de criação da Comissão de Acompanhamento que destacamos.

Tabela 5 – Núcleo Base da Comissão de Acompanhamento do PEEPB

Ator	Função	Objetivo da ação
Comitês de Bacia Hidrográfica	Responsáveis pela realização do planejamento e execução dos Instrumentos de Gestão Enquadramento de corpos de água em classe e Plano de Bacia para os rios Sta. Maria da Vitória e Jucu.	<ul style="list-style-type: none"> • Cumprimento da Lei estadual nº 5.818/98; • Atuar de forma representativa referente às atividades do PEEPB; • Elaborar o planejamento em conjunto com as entidades parceiras e a empresa contratada. • Organizar e atuar de forma consensual junto aos atores no processo de gestão da água no PEEPB.
Consultor Paulo Paim	Apresentar suas experiências em gestão participativa de processo de decisão sobre recursos hídricos no Rio Grande do Sul. Apoio no planejamento do RGM e do TDR para realização do PEEPB.	<ul style="list-style-type: none"> • Instrumentalizar os parceiros IEMA e Labgest para atuação no PEEPB. • Apoio na compreensão do planejamento referente às atividades do PEEPB. • Instruir sobre as propostas de parceria e consenso na tomada de decisão.

Fórum Estadual de Comitês de Bacia Hidrográfica	Fórum de decisão colegiado entre Comitês de Bacia hidrográfica e Prós-Comitês.	<ul style="list-style-type: none"> • Fortalecimento dos comitês de bacias hidrográficas legalmente instituídas e em processo de instituição. • Formulação e articulação das políticas públicas de recursos hídricos.
Comissão de Acompanhamento e Coordenação	Atuar no apoio e no planejamento das atividades proposta no RGM.	<ul style="list-style-type: none"> • Apoio operacional ao PEEPB; • Orientar e coordenar o planejamento das atividades e na capacitação aos gestores.

Neste momento da pesquisa as relações entre os elementos do espaço podem ser confundidas devido às atividades desenvolvidas pelos atores gestores, nisso destacam-se a sua representatividade (ou a quem se está representando) e a relação entre os entes gestores do território hidrográfico presentes no Comitê de bacia hidrográfica. Vejamos alguns exemplos das formas como esta confusão pode se apresentar. Nas atas de aprovação dos representantes dos Comitês das bacias hidrográficas dos rios Sta. Maria da Vitória e Jucu é notada a presença de usuários de água, mesmo sabendo que, em muitos casos, as pessoas que os representam não trazem consigo nenhum valor de pertencimento junto ao território hidrográfico. Sendo necessário distinguir se estamos trabalhando com a concepção, neste caso específico, de um elemento do espaço na expressão de *homem* ou de *firmas*. Pela Lei federal e estadual existem apenas três tipos de representantes nos Comitês de Bacia hidrográfica que são o poder público, a comunidade (sociedade civil organizada) e os usuários de água, sendo que este último é onde se enquadra a participação da Cesan, como a Escelsa, alguns produtores rurais, ou seja, atores que usam do direito de outorga para uso dos recursos hídricos.

Diante do exposto podemos observar as formas de relação e (co)relação entre os elementos do espaço, começamos a entender como são tênues as formas com que estes elementos compõem o espaço das águas. A diversidade está

presente e as relações de coabitação entre elas se dá nas práticas que, até o momento foram realizadas, pela Comissão de Acompanhamento junto aos participantes do PEEPB. Mas até mesmo essa Comissão de Acompanhamento pode cair na armadilha de confundir atores com instituições. Vejamos, por exemplo, a função exercida pela representante do IEMA nesta comissão. Ela está presente representando o órgão público de gestão dos recursos hídricos do Espírito Santo, entretanto ela também faz parte do Comitê de bacia hidrográfica do rio Sta. Maria da Vitória representando sua região, a cidade de Vitória.

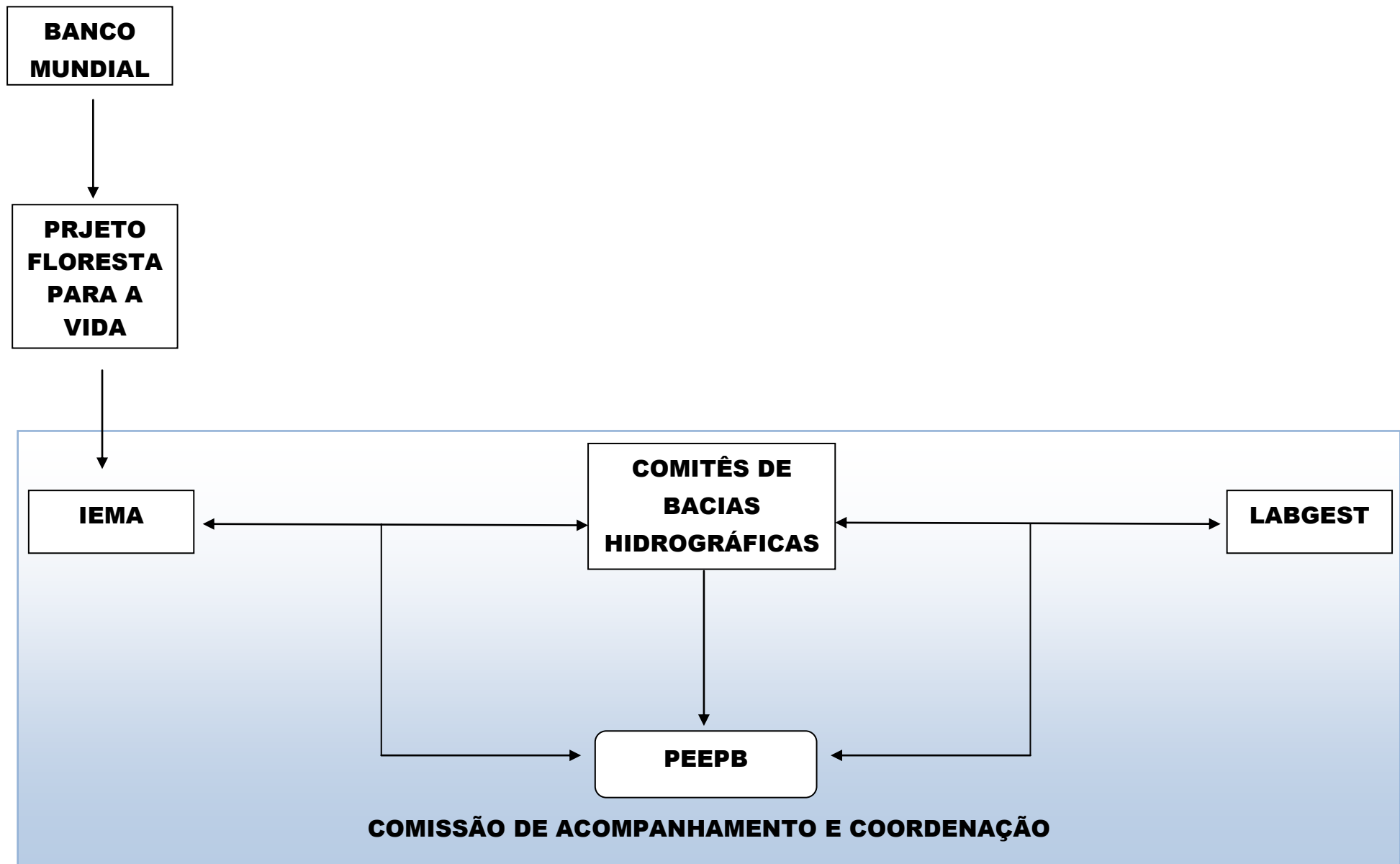
Dentre as críticas a este tipo de envolvimento, precisamos destacar que o trabalho da Comissão de Acompanhamento está fornecendo subsídios para a participação ampla na gestão, empoderando os atores gestores para a tomada de decisão, ou como destacam Gonçalves, Paim e Marinato (2011) um “*poder ser*” na realização dos Instrumentos de Gestão. As ações que esta Comissão desenvolve agem como indutor para uma gestão qualificada das águas, no sentido de formação técnico-social dos atores dos Comitês de bacia hidrográfica, na organização para uma mobilização ampla e participativa da comunidade pertencentes ao território das bacias hidrográficas.

Estes são os principais atores que na forma de agir estão relativamente ocasionando uma reação ao PEEPB, e isto significa que suas relações são primordiais para que as etapas se construam e se realizem de forma a contemplar a diversidade dos atores gestores na tomada de decisão. Relatamos somente as entidades presentes no PEEPB, podemos integrar suas ações de forma a torná-las visíveis em nossa pesquisa. Para isso, é necessário observar a Figura 2 – Mapa de Relações entre os Elementos do Espaço do PEEPB, assunto discutido neste capítulo, e que apresentamos em destaque na forma de imagem. Por este mapa conseguimos realizar as formas de integração entre os elementos do Espaço, facilitando a organização do processo relacional entre planejamento e ação discutidos nesta pesquisa.

Observamos, por exemplo, o distanciamento existente nas relações entre o BM e o Projeto Florestas para a Vida das atividades desenvolvidas e presenciadas pelos demais elementos do Espaço. O BM e o PFV estão numa relação externa às atividades de planejamento e organização do espaço, contudo existe uma ligação formal que é o investimento e, conseqüentemente, a gestão desse investimento no PEEPB, atividades que perpassam por suas deliberações.

Percebemos também a importância da Comissão de Acompanhamento e Coordenação, sua área de atuação está para todos os entes envolvidos no planejamento do PEEPB. As formas de atuação desta comissão envolvem ações que estão relacionadas aos elementos do espaço, principalmente quando se refere à capacitação sobre o tema “gestão de recursos hídricos” e “mobilização social”. É o PEEPB o centro destas atividades, ou seja, as oficinas, minicursos, Workshop, reuniões institucionais, planejamento de integração de políticas públicas, e todas as outras atividades que culminam para o propósito do empoderamento dos entes gestores para a realização efetiva do Enquadramento de corpos de água em classe e o Plano de Bacia Hidrográfica dos rios Sta. Maria da Vitória e Jucu.

FIGURA 5 - RELAÇÃO DOS ATORES INTERNOS E EXTERNOS DO PEEPB



3.2 – OS ATORES DOS COMITÊS DE BACIA HIDROGRÁFICA NO PLANEJAMENTO DO PEEPB

Os Elementos do Espaço seguirá a proposta de Santos (2008) para os que foram sendo identificados nas atas de reuniões, em oficinas de capacitação, e em pesquisa documental. Dividiremos em categorias entendida pela sua ação¹² ou atuação no PEEPB. Dentre os elementos do espaço da proposta de Santos (2008) destacamos para análise: *os homens; as firmas; as instituições; e o meio ecológico.*

As firmas: Banco Mundial; Projeto Floresta para a Vida;

Destacamos esses dois entes da pesquisa sobre o PEEPB tendo em vista a ação de investimento (doação) do Banco Mundial, e o governo do Espírito Santo na intenção de criar uma autarquia para atuar na proteção da biodiversidade e na proteção de fontes de água. Um processo político importante na ajuda às questões referentes à implementação dos Instrumentos de Gestão, e um passo importante para desenvolvimento de ações de suporte técnico, científico, e social em gestão participativa das águas.

Precisamos ficar atento à forma como outras firmas podem aparecer nesse processo. Empresas como Vale, Cesan, e outras de produção agrícola, fazem parte dos Comitês de bacia hidrográfica das áreas de nossa pesquisa. Devemos desta forma, detalhar os atores presentes nos Comitês de bacia hidrográfica para entender melhor as representações presentes no fórum de decisão. Iremos retomar essa questão mais à frente.

As instituições: Labgest; IEMA; Comitê de Bacia Hidrográfica; Fórum Estadual de Comitês de Bacia Hidrográfica.

¹² Entendemos a ideia de ação como uma atividade com um propósito de pensar e ou agir sobre o território. A concebemos conforme a noção de atuação, pois esta “*liga-se diretamente a ideia de práxis e as práticas são atos regularizados, rotinas ou quase rotinas que participam da produção de uma ordem*”. (SANTOS, 2006.p 78-79).

Correspondem aos elementos da organização política estatal, Fóruns civis de assuntos relacionados à gestão de águas e instituições de pesquisa pertencentes à UFES. O primeiro tipo de organização (política estatal) corresponde às empresas do estado que trabalham na proteção ao meio ambiente estatal e privadas que fazem parte do planejamento do PEEPB e os Comitês de Bacia Hidrográfica cuja institucionalização está pautada em lei Federal e Estadual. O comitê de bacia hidrográfica receberá um subcapítulo no intuito de destrinchar seus atores atuantes no PEEPB. O segundo tipo (Fóruns civis e instituições de pesquisa) são entidades de discussão de gestão de águas em bacia hidrográfica, de suporte político para criação e execução de comitês de Bacia hidrográfica e técnico no planejamento e realização do Plano de Bacia Hidrográfica, em outras palavras, exerce função de pesquisa e formação de referências para a ação do estado através de experiências e experimentações de caráter técnico/científico/social. Entramos num momento importante das correlações entre os elementos pertencentes ao PEEPB, neste caso o IEMA é o órgão competente à administrar à gestão dos recursos hídricos pelos Comitês de Bacia Hidrográfica, não existe um Conselho Estadual de Recursos Hídricos. A doação do Banco Mundial vai para um ente denominado “*Projeto Floresta para Vida*” que pertence ao Instituto de Meio Ambiente do Espírito Santo. Não devemos confundir estes entes como sendo a mesma coisa, pois o IEMA é um ator importante na construção do PEEPB, isto é, no seu planejamento, coordenação e execução das atividades do RGM.

Os homens: Comissão de Acompanhamento e Coordenação.

Este elemento no PEEPB tem uma função primordial na busca por uma produção do espaço de alteridades, sendo capaz de integrar a busca por uma mobilização e, desta forma, de uma participação no planejamento e execução do PEEPB e, ainda, a capacidade de equiparar as formas de entendimento sobre o projeto com as oficinas de capacitação. Suas atividades estão integradas a atitude dos comitês de bacia em atuar perante seus representados, ou seja, propor à sociedade um diálogo direto no para atuar na gestão do território.

O Meio Ecológico: PEEPB.

Este elemento irá ser apresentado como uma ação da sociedade à demanda política da gestão da água na implementação dos Instrumentos de Gestão, é também um mecanismo de integração entre a sociedade e a organização social do espaço, tendo como pano de fundo o elemento água. Para isso, não podemos considerar o PEEPB com um projeto político de demanda organizacional, mas como um conceito de prosperidade nas formas de usos da água, tanto como mecanismo para desenvolvimento social como atendendo à demanda de um capitalismo menos usurpador.

3.3 – A RELAÇÃO ENTRE OS ELEMENTOS DO ESPAÇO E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO DAS ÁGUAS NO PEEPB

Pensar o espaço das águas com intenção de amarrar os seguintes agentes: os elementos do espaço atuantes no PEEPB e a formas de articulação entre eles no planejamento deste projeto, é importante para a gestão de águas por demandar algumas reflexões. A primeira delas é o processo/tempo que para o PEEPB é uma relação conflitante, haja vista que o prazo de planejamento e desenvolvimento deste projeto durará por 20 anos, e isso acarreta em mudanças de pessoas nos Comitês de bacia hidrográfica e outros entes Federativos.

Este projeto, se dividido, é parte integrante de diversas entidades Internacionais, Federais, Estaduais e Municipais, amarrando a estrutura da gestão às burocracias e diferenças econômicas e funcionais em cada instituição. Isto nos remete ao espaço total posto por Santos (2006) e que entendemos como as várias formas de vida e de viver o espaço geográfico, *“cada coisa nada mais é que parte da unidade, de todo, mas a totalidade não é uma simples soma das partes”* (SANTOS, 2006, p. 115). Essas partes são divididas pelo autor em A e B, onde cada qual é uma totalidade que se representa em $(a^1, a^2... a^n)$ e $(b^1, b^2... b^n)$, para Santos (2006) *“as partes correspondentes à Totalidade B já não são as mesmas partes correspondentes à Totalidade A. São diferentes. [...] não são as partes $a^1, a^2, a^3 ...$ que se transformam em $b^1, b^2, b^3 ...$, mas a totalidade A que se transforma em totalidade B”*. (SANTOS, 2006, p. 116).

Partindo deste ponto de vista observaremos como alguns elementos do espaço geográfico podem ser considerados de forma ampla, ou seja, não somente por sua representação no PEEPB como fruto da atuação nos Comitês de bacia hidrográfica. Podemos destacar as palavras da representante da empresa Companhia Espírito Santense de Saneamento (CESAN) no Seminário de Enquadramento proposto pelo Labgest e IEMA em 2009, que destacou ser necessário atentar ao tipo de natureza da atividade da empresa, já que para

ela “a Cesan não quer ser tratada como indústria”. Estamos nos referindo a uma pessoa que naquele momento da gestão estará expondo sua intenção na preservação das águas e mananciais dos Rios Sta. Maria da Vitória e Jucu. Ou ainda, será sua opinião uma vontade da Empresa que ela representa cujos valores se apresentam como não sendo os mesmos dela. A pessoa que vive em área do território hidrográfico existe, para ela, uma relação para a gestão daquele território importante, que é o significado das águas do rio para esta pessoa. Seria, portanto a Totalidade A, representada no cotidiano. Contudo a Totalidade B, que é a da funcionária da Cesan e que também responde como responsável técnica na gestão, representando a empresa Cesan. Neste caso devemos pautar as análises sobre a função da funcionaria enquanto representante de um Usuário de águas como forma de avaliação nesta pesquisa. Isso se deve ao fato da representatividade, ou seja, a pessoa se interessa pelo assunto e, em seguida, se insere nas discussões, e participa do planejamento da gestão das águas dos rios Sta. Maria da Vitória e Jucu via Comitês de bacia hidrográfica devido ao trabalho que exerce na empresa CESAN. No discurso que apresentado pela representante da Companhia (CESAN) o que se percebe é a forma como os demais entes gestores absorvem a participação da CESAN, uma empresa de saneamento e abastecimento de água. A presença da empresa no cotidiano das pessoas, devido principalmente à forma como aparece na mídia, está relacionada às formas de atuação citadas, naquilo que Lefebvre (2009) se remete como as novas formas de resguardo do capitalismo na era moderna. Induz-nos a percebê-la, portanto, como uma empresa prestadora de serviço, sendo estes serviços resguardados pelo pagamento das contas de água. Relaciona-se a atuação da Cesan no planejamento do PEEPB em duas realidades, sendo uma a totalidade do território hidrográfico ou a maneira como é posta nos diálogos entre atores as formas de pensar da pessoa que vive o território (a pessoa não a funcionária) e o representa no Comitê de bacia. Já em outra, verificamos a atuação da Cesan em como empresa nossos cotidianos, como empresa que atuará na captação de água da bacia hidrográfica e na distribuição de água para o território. Cabe, em outro momento, portanto, uma avaliação mais detalhada nas formas como a empresa Cesan será inserida nas ações do

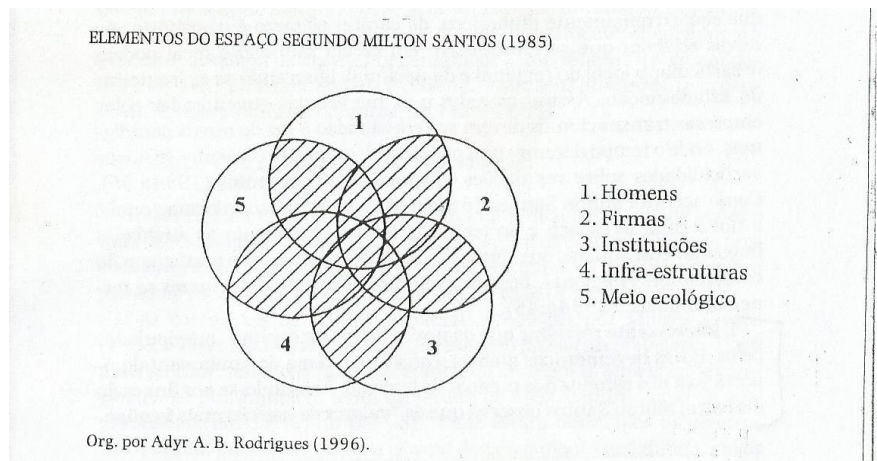
PEEPB. Visualizar sua proposta enquanto concessionária de serviços de águas e saneamentos, uma deriva à produção humana e para sobrevivência humana, uma linha tênue entre a relação do território hidrográfico com o Território Bacia hidrográfica.

Podemos retomar ao Caso da representante do IEMA no Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Sta. Maria da Vitória que também faz parte da Comissão Técnica de Acompanhamento do PEEPB representando novamente o IEMA. Estes dois processos de envolvimento são parecidos, contudo, se observarmos sobre o ponto de vista dos elementos do Espaço vamos identificar outras formas de compreender esta relação. A pessoa (representante do IEMA) que vive o território da bacia pode entrar na categoria dos elementos do espaço compreendida como *Homem*, devido principalmente, mas não exclusivamente, por realizar sobre o território hidrográfico sua forma de *ser e estar* no mundo. E sob esta perspectiva proporciona ao espaço a “*qualidade de fornecedora de trabalho [...] e uma demanda de certo tipo de trabalho para outros*” (SANTOS, 2008, p. 17). Sendo assim, sua atividade enquanto representante no PEEPB se contempla pela forma que existe na relação de vida e cotidianidade com o território hidrográfico.

Já a sua relação funcional com cargo técnico no IEMA a coloca em outra concepção na categoria dos elementos do espaço, cuja variável é *Instituições*. Sua atuação frente à Comissão de acompanhamento e coordenação é fruto da sua função referente à categoria *homem*, sendo sua participação garantida por viver naquele território, mas a serviço da sua função *Instituição* (IEMA). Neste momento da relação entre funções é que devemos destacar as formas de sua relação com o espaço das águas, tendo em vista que para a representante do IEMA, em algum momento as Totalidades A e B podem caminhar juntas. Toda atividade que esta representante participa está imbricada na relação institucional, até mesmo quando responde pela categoria *Homem* está exercendo um direito concebido pela *Instituição* IEMA, ou seja, ser funcionária da instituição e morar na cidade de Vitória/ES área pertencente à Bacia Hidrográfica do rio Sta. Maria da Vitória. Conseguiremos entender melhor estas

formas de relacionar os elementos do Espaço se observar o diagrama feito por Rodrigues (1996) baseado nos Elementos do Espaço de Milton Santos, buscamos assinalar as relações existentes em si, e entre si nos elementos do Espaço.

FIGURA 5 – DIAGRAMA DAS RALÇÕES ENTRE OS ELEMENTOS DO ESPAÇO



Fonte: RODRIGUES, A.A.B. 1996.

Pode-se observar que os elementos do Espaço em suas formas de ação contêm funções próprias, como também estão contidos uns nos outros, proporcionando assim sua *intercambialidade*.

Disso tudo que foi destacado até o momento, sobre as diversas formas de se viver e vivenciar o espaço geográfico, formaram-se um quadro de ações que não são explicitadas para a gestão das águas. As ações dos atores de gestão se confundem, entretanto se observarmos a importância dos atores *Institucionais* ao serem partes integrantes do território hidrográfico da gestão de águas, valendo-se do tempo que demanda o PEEPB, esta presença subsidiaria a segurança do envolvimento a longo prazo, e também, tornaria mais fácil a compreensão da importância da mobilização da sociedade no trabalho conjunto aos Comitês de bacia hidrográfica.

Se a gestão das águas envolve os Comitês de bacias hidrográficas e, assim sendo, uma diversidade de atores cuja classificação enquanto elementos do

espaço são variáveis, outros aparecem de forma mais clara como, por exemplo, o BM e o Projeto Florestas para a Vida (PFV). Estes dois elementos do Espaço não estão presos ao território hidrográfico enquanto ente gestor daquele espaço. Exercem funções objetivas no projeto (PEEPB) que são o planejamento, e a gestão financeira, cada um com sua especificidade. O BM atua como um *mecenas* no financiamento de Planos de pesquisa e ações práticas para a recuperação dos Ecossistemas no mundo (BM, 2012). Sua concepção enquanto um elemento deste Espaço está na *Instituição*, tendo que passar por esta autarquia todas as ações referentes à contratações de serviços e parcerias para a efetivação financeira do empréstimo ao Governo do Estado do Espírito Santo. Sendo assim, sua ação para o PEEPB se define por “*produzir normas, ordens e legítimações*” (SANTOS, 2008, p. 17), ao passo que sua avaliação se realiza nas atividades institucionais a qual o PEEPB está presente.

Já o projeto Florestas para a Vida é um projeto de governo do estado responsável pela administração dos recursos trazidos pelo BM para a realização do PEEPB. Sua função no PEEPB enquanto elemento do espaço está caracterizado pela “*produção de bens, serviços e idéias*” (SANTOS, 2008, p.17), trata-se de um articulador capaz de exercer um papel fundamental na gestão dos recursos naturais que é a mobilização da sociedade no planejamento e gestão desses recursos, como também no planejamento e gestão de áreas urbanas e rurais. Sua presença no PEEPB é resguardada ao IEMA, corpo técnico que atua na gestão do meio ambiente e dos recursos hídricos do estado do Espírito Santo. O Laboratório de gestão de recursos hídricos e desenvolvimento regional (LABGEST) caracteriza-se também enquanto elemento do espaço na concepção de *Instituição*. O Labgest vem exercendo um papel importante para a gestão de águas no Estado do Espírito Santo, pode-se destacar as pesquisas na área de gestão de águas em micro bacias hidrográficas como o Projeto Sossego em Itarana/ES. Este Projeto desenvolve pesquisa na área de melhorias na irrigação, usos da água e do solo, territórios hidrográficos, conflitos por usos da água, etc., todas com intuito de fornecer condições sócio-técnica para as pessoas da bacia hidrográfica do

Córrego do Sossego poder exercer a gestão do território. Outra pesquisa importante, considerando-a um processo até o PEEPB, foi o projeto *Enquadramento de Corpos D'água como Instrumento de Planejamento para o Desenvolvimento Sustentável Regional* (DESAGUA, 2009), já mencionado anteriormente. Destacamos estas pesquisas por dois motivos, a primeira (Projeto Sossego) por resguardar um fundamento importante da gestão das águas que é “*gestão deve ser descentralizada e participativa*”, objetivo das pesquisas realizadas na bacia hidrográfica do Córrego do Sossego. Um fato importante é que o território hidrográfico da bacia do Sossego é pesquisado como um *laboratório vivo*, cujo significado está na ação do planejamento com a comunidade em um processo criativo e experimental de caráter constante, ou seja, sempre buscando formas e ideias junto à comunidade e em parcerias públicos-privados para a gestão das águas. Já o segundo exemplo o projeto DESAGUA pela iniciativa do laboratório em pesquisar formas de operacionalização dos Instrumentos de Gestão das Águas, no caso específico do projeto o Enquadramento de Corpos de Água em Classes. Um fator positivo para a realização do PEEPB por tratar do mesmo tema – Enquadramento de Corpos de Água em classes seguindo a Resolução do CONAMA (357/2005).

Sobre a concepção de *Instituição* para o Fórum de Comitês de bacia Hidrográfica do Espírito Santo ocorre por sua atuação nas ações políticas de apoio aos Comitês de bacia hidrográfica na gestão dos territórios hidrográficos. Este apoio refere-se principalmente a subsidiar de forma institucional o debate para formação de Comitês de bacia hidrográfica em todas as bacias hidrográficas do estado. Em conjunto, realizam e participam de Fóruns de discussões sobre temas relacionados à gestão das águas, como por exemplo: Comitês de Bacia Hidrográfica, Instrumentos de Gestão, Cobrança pelo uso da água, etc. Destacamos sua participação no PEEPB por está inserido na Comissão de Acompanhamento e Coordenação do projeto. Sua presença torna-se um importante elemento articulador devido à sua capacidade de dialogar com as regiões hidrográficas de gestão das águas e a sua condição de representante estadual para discussão referente à gestão das águas pelos Comitês de bacia hidrográfica.

A produção social do espaço das águas é um elemento de observação importante na condição que a água enquanto elemento e recurso, é provida de valor sentido e vivido no território hidrográfico, como também, tem preço na sua condição de mecanismo de produção do capital. Os elementos do Espaço envolvidos neste planejamento e gestão do território, sob o ponto de vista da nossa análise, não são estáticos na perspectiva da ação. São estáticos no exercício de sua função política (poder público, usuários, comunidade), contudo, as inter-relações entre elementos os fazem transitar e, assim, torna a gestão das águas uma relação substancial entre o território bacia hidrográfica e o território hidrográfico da gestão.

Nossa intenção de mapear estes elementos do Espaço e suas inter-relações está para além de mencionar sua amplitude em termos de participação e ação na gestão das águas. O que buscamos demonstrar é como é importante compreender a diversidade de elementos atuantes na gestão das águas, como forma de busca de uma alteridade, posta por Moreira (2010) como um ambiente onde não se configura o discurso da centralidade.

4 – O PEEPB E AS AÇÕES DE ALTERIDADE

A proposta de se pensar uma gestão das águas com fundamento baseado na participação social, caracteriza a importância de se compreender a multiplicidade de atores que podem ser inseridos na administração do bem público. Partindo deste princípio, o da diversidade, como se organizar para que o ente gestor (Comitê de bacia hidrográfica) trabalhe para realizar ações que incluam o pensar e o agir da diversidade, posta na diversidade social encontrada nos territórios hidrográficos?

Portanto, se estamos diante de uma proposta de inclusão da sociedade no planejamento da gestão das águas, a identidade enquanto mecanismo de reconhecimento social (de classe) deve ser trabalhado para atender à política do consenso, uma realidade que supera “o *olhar da referencia*” (MOREIRA, 2007,p. 63), em outras palavras, uma gestão das águas baseada no reconhecimento das diferenças.

O *Projeto Executivo para o Enquadramento de Cursos de Água e Plano de Bacia para os rios Santa Maria da Vitória e Jucu (PEEPB)*, no que tange os fundamentos da gestão das águas, vem realizando atividades capazes de traduzir a proposta da Alteridade como ação importante no planejamento do território hidrográfico da gestão de águas. Algumas atividades de caráter metodológico para caminhar com o projeto, tendo em vista seu prazo de realização, já outras estão relacionadas à formação e empoderamento social para os Comitês das bacias dos rios Sta. Maria da Vitória e Jucu. No que tange às atividades relacionadas à realização do Projeto devemos destacar: as reuniões realizadas para concluir o Termo de Referência; Mapeamento dos atores; Proposta de capacitação aos Comitês de bacia hidrográfica, os quais destacaremos agora.

A PEEPB tem como um dos objetivos o empoderamento dos atores gestores para o processo de planejamento das ações provenientes para execução dos

Instrumentos de gestão da água. Estamos usando o conceito de empoderamento trazido por Gohn (2004) que o definiu como sendo um

“processo de mobilizações e práticas destinadas a promover e impulsionar grupos e comunidades - no sentido de seu crescimento, autonomia, melhora gradual e progressiva de suas vidas (material e como seres humanos dotados de uma visão crítica da realidade social)”. (GOHN, 2004, p.23).

Sendo assim, as atividades relacionadas estampam este caráter de impulsionar a sociedade, tanto no conhecimento técnico exigido para o planejamento dos Instrumentos de gestão como para a realização social da gestão das águas como um processo cotidiano no resguardo deste recurso para várias gerações. A necessidade deste conhecimento técnico é primordial no entendimento e compromisso que os gestores devem assumir ao participar deste projeto, sendo assim, o diálogo e a busca para o melhor entendimento do Termo de Referência nas reuniões de planejamento e realização do PEEPB são ações que caracterizam a necessidade da procura por uma gestão uniformemente compartilhada. O que estamos colocando como reflexão é a postura de não avançar com o processo se não for compreendido e internalizado por todos os atores gestores como observado por representantes dos Comitês das bacias hidrográfica dos rios Sta. Maria da Vitória e Jucu nas reuniões para discutir o Termo de referencia com os representantes dos Comitês.

Outro ponto importante para o reconhecimento da Alteridade no planejamento do PEEPB é o Mapeamento (ANEXO I) dos atores com potencial de mobilização social para a gestão das águas. Este mapeamento foi uma proposta surgida na reunião da Comissão de Acompanhamento e Coordenação do PEEPB, e sua principal função era clarificar os potenciais atores gestores capazes de contribuir na execução do PEEPB. Era para ser uma ação realizada entre os Comitês de bacia hidrográfica e os representantes do IEMA na Comissão de Coordenação, vimos que a organização e o empenho do Comitê de Bacia do rio Jucu trabalhando junto ao IEMA conseguiram fazer este mapeamento, o Comitê do rio Sta. Maria da Vitória não o realizou, mas o Labgest havia começado um mapeamento, então nossa análise será feita por este material.

O mapeamento está dividido em municípios e institucionalização dos atores na gestão, ou seja, poder público, a sociedade civil e os usuários. Este mapeamento serve como base para a mobilização social, uma demanda sempre presente no planejamento é o envolvimento social. Em geral os nomes contidos no mapeamento são dos órgãos do poder público relacionados às esferas ambientais, sociais e da saúde. Aos usuários da água, podemos perceber o cuidado em incluir atores com interesses múltiplos sobre a água, como pousadas e parques, a empresas de água em garrafas e refrigerantes, outros como centrais de tratamento de resíduos e frigoríferos. Já a sociedade civil está representada pelas Associações e sindicatos civis do campo, também em ONGs e Agências de desenvolvimento do meio ecológico. Fato percebido é que não havia presença de Movimentos do Campo presentes na região da bacia hidrográfica, como o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) que realizam atividades ecológicas de produção agrícola e preservação e usos da água em áreas de mananciais. Tendo em vista uma proposta de inclusão da sociedade e seus saberes para um diagnóstico sociocrático (saberes sociais tradicionais e técnico-científico) referente a informações locais das bacias hidrográficas, notamos uma indiferença com movimentos sociais tradicionais de luta pela reforma agrária e preservação do meio ecológico.

E identificamos também como Alteridade as Proposta de capacitação aos Comitês de bacia hidrográfica, isto porque está sob a conduta deste ente gestor ser o responsável pela gerenciamento do território hidrográfico a sua intensidade e compromisso com o planejamento deve ser entendido de forma completa: empoderamento e compreensão das etapas de planejamento. Sendo assim, o que está proposto nesta capacitação são Seminários ao corpo técnico, cujo objetivo está no entendimento de planejamento e metodologias de recursos hídricos; Fóruns de discussão para integração da equipe e trocas de experiências entre membros dos Comitês de bacia hidrográfica, IEMA, UFES; etapas que estão sendo realizadas e assistidas pela Comissão de Acompanhamento e Coordenação.

Já as atividades relacionadas à formação e empoderamento social para os Comitês das bacias dos rios Sta. Maria da Vitória e Jucu são experiências formadoras no sentido de compreender processos e dialogar propostas. São por elas que os atores dos Comitês das bacias hidrográficas tiveram acesso ao que seria este Projeto de Enquadramento, ou melhor, começaram a perceber como se trabalha uma gestão participativa. Foram realizadas Oficinas em diversas cidades de ambas as bacias, estas oficinas trabalhavam informações referentes à atuação dos atores na gestão. O objetivo era que todos entendessem que o planejamento de bacia hidrográfica é um documento que tem sua realização pautada em instruções de caráter técnico-social, em que a aplicação dos instrumentos de gestão terá uma proposta técnica avaliada pelo comitê, não sendo o comitê de bacia o responsável pela proposta.

Assim, o que se põe em questão são os interesses de cada categoria representada e que estes interesses estejam pautados na qualidade da água e da vida naquele território hidrográfico. Segundo o consultor em recursos hídricos Sr. Paulo Paim “a responsabilidade política do processo é do Comitê de bacia hidrográfica”, neste sentido trabalhou-se a ideia do consenso que para o consultor é primordial por ser o Comitê de bacia hidrográfica um ambiente de negociação, onde nem sempre a melhor proposta irá agradar a todos, por isso a importância da *pluralidade*. Destas oficinas destaco as que trabalharam a proposta do Consenso e da Participação com dois textos: “A história de Marlene” e “A máquina registradora”, ambos realizados respectivamente com membros das bacias dos rios Jucu e Sta. Maria da Vitória.

No primeiro texto cada participante individualmente deveria escolher os personagens por ordem de afeição, em seguida deveriam em grupo tentar qualificar os mesmos personagens por ordem de afeição. No segundo texto os participantes deveriam individualmente responder alguns questionamentos existentes no texto, para em seguida responderem estes mesmo questionamento em grupo. Ambas atividades teve como objetivo o procedimento sobre a negociação e o consenso, se entendermos a palavra consenso de forma simples como o dicionário propõe uma “manifestação a

favor de algo” verificamos assim uma conduta de reconhecimento da *pluralidade*, em outras palavras, o reconhecimento da Alteridade. Quando questionados sobre o que cada um entendia como sendo algo pessoal não teria tanta importância ao coletivo. Se a proposta for entendida e posta em prática nos Comitês de Bacia Hidrográfica há de respaldar uma proposta de Alteridade, contudo a lógica quando referida a um recurso natural de manutenção do sistema econômico industrial coloca-nos diante de um objeto de desejo do capital e, portanto, um objeto de luta entre o capital e a sociedade. Podemos observar que a Alteridade tem uma fronteira que é a forma como se entende a gestão pública de um recurso natural de um lado e a função deste recurso para a organização da sociedade de outro.

CONSIDERAÇÕES

Nossa caminhada nesta pesquisa esteve calcada naquilo que está proposto como fundamento da gestão das águas no Brasil: a gestão deve ser descentralizada e participativa. Neste sentido buscamos aprofundar a necessidade de expor a forma como os atores estão envolvidos nesse processo. Para isso, usamos os Elementos do Espaço como método por sua capacidade de se apresentar enquanto unidade e diversidade e, também, por sua capacidade de se inter-relacionar causando, por assim dizer, dúvidas quanto à legitimidade da representatividade desses atores no processo de gestão.

Diante da diversidade de atores que compõe a gestão das águas dos rios Santa Maria da Vitória e Jucu, destacamos as formas como o espaço está pautado de relações intra e extra bacia hidrográfica. Para isso destacamos a necessidade de gerir o território bacia hidrográfica uma relação que transpõe a sua delimitação físico territorial, ou seja, as ações pertinentes ao espaço das águas das bacias hidrográficas analisadas estão sujeitas a realidades vindas de “fora” deste território. Isso ocorre principalmente pela verticalização inserida pelo sistema do capital moderno, fato este que para Santos (2005) se impõe ao espaço da Horizontalidade. São ações de agentes externos ao território mas que usa deste território como base de sua produção e que estará presente quando discutido o Plano de bacia hidrográfica. Sendo assim, as formas de Horizontalidade do espaço atuam como uma resistência a esta Verticalidade, formando “espaços autônomos”. Posto assim fica-nos claro a importância de se entender a Alteridade como um processo importante no contexto da gestão das águas, ao passo que a discussão está assentada no consenso, ou na negociação para uma ação coletiva.

Propomo-nos a analisar como atuam estes elementos do Espaço no planejamento do “Projeto Executivo de Enquadramento corpos de Água em Classes e Plano de Bacia para os rios Santa Maria da Vitória e Jucu”, uma iniciativa que julgamos contemplar a proposta de Alteridade. A Alteridade é um

elemento primordial para a gestão das águas por envolver principalmente o “reconhecimento da diversidade” existente nestas bacias hidrográficas. Estas diversidades sendo consideradas e reconhecidas comportam informações de caráter sócio-técnico, e são importantes para a realização de um Sistema de Informação de Gestão de Recursos Hídricos (SIGRH), como podem assegurar uma forma de espacialização/mapeamento de suas atividades para fomento de informações qualitativas e quantitativas para o SIGRH.

Podemos está junto nas ações da Comissão de Acompanhamento e Coordenação, cuja finalidade está no planejamento para a realização das etapas proposta no plano de trabalho do PEEPB. Esta Comissão tem buscado pelo mapeamento de atores potenciais, iniciar uma ação propositiva para a mobilização destes, inferindo a eles formas de responsabilidade com a gestão do território, e a preocupação com a preservação dos recursos naturais. Exercendo a função de *Instituição* como elemento do Espaço o IEMA e o Labgest, nesta etapa, atuam como agentes indutores para o planejamento amplo em termos de participação social, as parcerias entre entidades públicas municipais e estaduais é de grande relevância para uma gestão compartilhada da água (que envolve outros setores como saneamento, planejamento urbano e rural, saúde, etc.). Estas Instituições colaboram na condição de articuladores por terem um corpo técnico especializado em gestão de recursos naturais e por desenvolverem pesquisas em parceria público-privada para a gestão de águas no estado do Espírito Santo, já pressupõe uma afinidade e capacidade para desenvolver esta conexão entre atores gestores.

Ao relacionar estes elementos uns com os outros, vimos que se apresentam como categorias facilmente reconhecidas, tanto por sua condição institucional como pelo fato de pertencerem ao território hidrográfico. Assumindo funções no PEEPB, os elementos do Espaço das águas tornam-se ou passam a atuar de formas variáveis, exercendo muitas vezes outras funções no planejamento para o PEEPB, quando destacamos a necessidade de clarificar atores e ações para se ter noção da amplitude da participação. Essas formas transitórias dos elementos do Espaço podem ocorrer na gestão das águas devido ao tempo de

planejamento e execução dos Instrumentos de Gestão, as etapas de planejamento do território são divididas em curto, médio e longo prazo, trabalhadas de forma progressiva. Sendo assim, os elementos do Espaço presentes hoje no planejamento do PEEPB, pode encontrar-se exercendo outra função que não aquela pensada por nós nesta pesquisa. Essa análise foi realizada para este momento de planejamento do PEEPB (2009 – 2013), para que seja possível identificar os atores cujos valores enquanto ente na produção do espaço das águas se revelem proporcionador de uma gestão participativa na busca por um desenvolvimento regional. A diversidade dos elementos do Espaço expõe a fragilidade que é o ambiente de decisão sobre a gestão de águas, são muitas as instâncias que se envolvem no planejamento sem sequer entender o cotidiano das relações sociais de produção e pertencimento atuantes no território das bacias hidrográficas dos rios Santa Maria da Vitória e Jucu.

Este reconhecimento da diversidade é uma forma de se acentuar as discussões nos fóruns de decisão. O planejamento de recursos hídricos se mostra, por meio de literaturas referente à mobilização social para gestão das águas, como um caminho essencial para se conseguir ampliar as estratégias para a ação. No nosso país existem formas de compreender isso, o Projeto Manuelzão, por exemplo, destaca-se pela inserção ampla das comunidades pertencentes à bacia, para isso, usou da comunicação e da aproximação com a sociedade através de visitas, sempre colocando como primordial a participação de todos na administração da água. Um planejamento de cunho plural participativo em todas as instâncias (órgãos e secretarias do estado de Minas Gerais, empresas de saneamento e extração mineral, instituições de pesquisa, e a sociedade). No estado do Rio Grande do Sul temos aquele que é o suporte para a instalação do PEEPB no Espírito Santo. A parceria entre o consultor Sr. Paulo Paim que trabalhou no processo de planejamento e execução do Plano de bacia daquele estado, contribuiu para que os coordenadores do planejamento capixaba entendessem que o processo é social-político-técnico e que se valerá das discussões entre processo/metabolismo de realização do PEEPB,

para se resguardarem de um apoio amplo, sendo firmado na negociação social nos Comitês de bacia hidrográfica.

A proposta de empoderamento nesta pesquisa, como medida importante para a gestão das águas, está amparada na condição do planejamento do PEEPB que se realiza com os Comitês de bacia hidrográfica de forma parelha, sendo necessário o processamento por igual de todos os gestores na realização e entendimento das atividades do PEEPB. As atividades previstas para alcançar as metas que estão estabelecidas no Roteiro Geral Metodológico terá continuidade se todos os Comitês de bacia hidrográfica conseguir absorver as realizações que serão efetuadas pelo planejamento (enquadramento de corpos de água em classe) e, conseqüentemente, as novas formas de entender e vivenciar o território da bacia hidrográfica definido no planejamento do Plano de Bacia Hidrográfica.

Alguns pontos devem ser considerados nesta pesquisa como essencial para dar continuidade ao processo de ampla participação da sociedade no processo de gestão.

- A capacitação deve fazer-se itinerante;

É preciso ampliar as oficinas e capacitações para áreas do interior do Estado, a RMGV é uma área importante porque é estratégica do ponto de vista econômico e plural devido à grande concentração populacional. Contudo, esta Região (RMGV) não tem condições estruturais e ecológicas para “produzir” água para toda a população. Os produtores rurais são pessoas envolvidas em políticas de governo como “Plantadores de Água”, de onde recebem dinheiro para preservar nascentes, mas não concebe a noção integradora da política das águas, ou seja, a garantia de água em qualidade. A falta de viabilidade para se deslocar, e não ter como bancar a alimentação são empecilhos que ainda contribuem para a não participação das pessoas que, em muitos casos, querem participar ou que de alguma forma já se organizam em ações deste tipo em sua localidade.

- As diferenças técnica entre atores gestores;

As assimetrias existentes entre os gestores ainda fazem parte daquilo que impede uma gestão calcada na Alteridade. A proposta de capacitação conforme prevista no RGM tem por objetivo diminuir essas assimetrias, sendo uma reorganização do pensamento para a gestão do território com linguagem acessível e de fácil acesso. E aos Comitês de bacia hidrográfica, deverão ser submetidos à palestras e diálogos com técnicos do Labgest e IEMA com a proposta de esclarecimento de conceitos básicos como, por exemplo: *O que é Enquadramento de corpos de água? Como se faz o Enquadramento? Qual a minha função como gestor?*; No intuito de qualifica-los para as negociações no planejamento do PEEPB. Estes são alguns pontos neste projeto que devem ser considerados como primordial nesta etapa de realização do PEEPB, este é um momento integrador.

Sendo assim, a gestão das águas nesta pesquisa foi entendida como um fenômeno social de produção do espaço, uma ação de caráter plural emergindo daí a necessidade de conceber esta gestão pela Alteridade. A organização do espaço das águas está posta pelos elementos do Espaço, donde buscamos entender as funções exercidas por estes elementos, como a realização das ações de planejamento conforme o princípio para uma gestão descentralizada, no reconhecimento de uma multiplicidade de atores, portanto, pensadores e idealizadores envolvidos no PEEPB.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, F. G.; PEREIRA, L. F. M. O papel da distribuição e da Gestão dos recursos Hídricos no Ordenamento do território. In: ***Ordenamento Territorial: coletânea de textos com diferentes abordagens no contexto brasileiro***. Org: ALMEIDA, F. G.; SOARES, L. A. A. Ed. Bertrand. 2009. p.: 85 – 110.

AVIPEDA. Associação Vila-velhense de Proteção Ambiental. **Zoneamento Ambiental Reserva Ecológica de Jacarenema – Vila Velha/ES**. 2002, 25p.

BURSZTYN, M. A. A. ASSUNCAO NETA, F. **As políticas das Águas do Brasil**. In: _____. Anais XII Encuentro de Las Aguas. Santiago do Chile: Governo do Chile, 2001. v. 1.

BRASIL. Governo Federal. **Lei Federal 9.433 de 8 de janeiro de 1997**. < www.planalto.gov.br/leis/L9433.htm > acesso em maio 2012.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Agenda 21**. < www.mma.gov.br/agenda-21 > acesso em maio 2012.

BRASIL. Governo Federal. **Constituição Federal da República**. < www.planalto.gov.br/ > acesso em maio 2012.

BRASIL. Governo Federal. **Agência Nacional de Energia Elétrica**. < www.aneel.gov.br/ > acesso em maio 2012.

BROWN, JULIA. **Assuming too much? Participatory water resource governance in South Africa**. The Geographical Journal, 2010.

BM. **The World Bank Group**. <<http://worldbank.org/projects/P094233/espírito-santo-biodiversity-watershed-conservation-restoration-project?lang=en>> acesso em junho 2012.

CAMPOS, Valéria Nagy de Oliveira ; FRACALANZA, A. P. **Governança das águas no Brasil**: conflitos pela apropriação da água e a busca da integração como consenso. Ambiente e Sociedade (Campinas), v. 13, p. 365-382, 2010.

DALPIAZ, L.H. 2000. **A pesquisa como problema**: elementos de um método de pesquisa-formação no serviço social. VII Encontro Nacional de pesquisadores em Serviço Social. Brasília: ABEPSS. 1, 240-246.

DEL PRETTE, M. E. **Gestão de Recursos Hídricos e Conflitos Sociais**. Espaço e Geografia (UnB), v. 5, p. 135-151, 2002.

MASSEY, Doreen. **Geographies of responsibility**. Geografiska Annaler: Series B, Human Geography, 86(1), pp. 5–18. 2004.

DRUMMOND, H. R. **Modificações Institucionais na Política de Águas Brasileira: Como Se Constrói Um Espaço de Gestão?**. *Espaço Aberto*, v. 1, p. 125-140, 2011.

ESPÍRITO SANTO. 1998. **Lei Estadual nº 5.818, de 31 de dezembro de 1998**.

ECOBACIA. Instituto Ecobacia. **Documento Agenda das Bacias Hidrográficas Estratégicas rios Jucu e Santa Maria da Vitória**. IEMA, 2009, 61p.

ESPÍRITO SANTO. Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal. < www.idaf.es.gov.br/WebForms/wfNoticia.aspx > Acesso em agosto de 2012.

FRACALANZA, A. P. **Água: de elemento natural a mercadoria**. In:____. *Sociedade & Natureza*. Uberlândia, v. Ano 17, n. 33, p. 21-36, 2005.

GIRARDI, G.; CURTO, G. C.; TESCH, P. C. N. **Análise das repercussões do Projeto Sossego na escala do cotidiano: uma contribuição geográfica**. FAPES, 2011. (Relatório de pesquisa).

GODOY, P. R. T. **A Produção do Espaço: uma reaproximação conceitual da perspectiva lefebvriana**. *Geosp*, v. 23, p. 125-132, 2008.

GOHN, M. G. M. Empoderamento e Participação da Comunidade em Políticas Sociais. In: _____. **Saúde e Sociedade**. São Paulo: Faculdade de Saúde Pública da USP, 2004. v. 13. p. 20-31

GONÇALVES, M.A. PAIM, P.R., MARINATO, C.F., TEIXEIRA, E.C., SOUZA, W.F. **Definição de Roteiro Metodológico para implantação conjunta e participativa do Enquadramento e Plano de Recursos Hídricos nas bacias hidrográficas dos rios Santa Maria da Vitória e Jucu-ES**. In:____. *Anais II Simpósio PCJ "Experiências em Gestão de Recursos Hídricos por Bacia Hidrográfica"*. Atibaia-SP: Consórcio PCJ, 2010. 1 CD-ROM

GONÇALVES, M. A.; PAIM, P. R.; MARINATO, C. F. **Participação dos comitês de bacias hidrográficas na implementação conjunta do enquadramento e plano de recursos hídricos nas bacias dos rios Santa Maria da Vitória e Jucu-ES**. In:____. *Anais XI Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais*, Salvador, 2011.

GOVERNO FEDERAL. **Política Nacional de Recursos Hídricos**. Lei 9.433 de 1997.

GOVERNO FEDERAL. **Agência Nacional de Energia Elétrica (ANNEEL)**. Histórico da ANEEL. < <http://www.aneel.gov.br/area.cfm?idArea=8> > acesso em maio 2012.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Secretaria de Meio Ambiente**. Termo de Referência para Elaboração do Plano Estadual de Recursos Hídricos. 2005.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Dados Socioeconômicos. Censo 2010.

LABGEST_DEA_UFES. **ROTEIRO GERAL METODOLÓGICO**. Projeto Executivo para o Enquadramento dos Corpos de Água em Classes e Plano de Bacia para os Rios Santa Maria da Vitória e Jucu. 2009.

LABGEST_DEA_UFES. **TERMO DE REFERÊNCIA**. Projeto Executivo para o Enquadramento dos Corpos de Água em Classes e Plano de Bacia para os Rios Santa Maria da Vitória e Jucu. 2009.

LEFEBVRE, HENRI. **Espaço e Política**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008. 190p.

LEFF, ENRIQUE. **Ecologia, Capital e Cultura. A territorialização da racionalidade ambiental**. Ed. Vozes. 2009. 239 p.

MACHADO, C. J. S. MIRANDA, N. PINHEIRO, A. A. . A Nova Aliança entre Estado e Sociedade na Administração da Coisa Pública: Descentralização e Participação na Política Nacional de Recursos Hídricos. In:____. Org: MACHADO, C. J. S. **Gestão das Águas Doces**. Editora Interciência. Rio de Janeiro, 2004, p. 3 – 38.

MATZENAUER, H. B. **Uma Metodologia Multi-critério Construtivista de Avaliação de Alternativas para o Planejamento de Recursos Hídricos de Bacia Hidrográfica**. Porto Alegre. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 669p. 2003

MENDONÇA, F. SANTOS, L, J, C. **Gestão das águas e dos recursos hídricos no Brasil**: avanços e desafios a partir das Bacias Hidrográficas – uma abordagem geográfica. Revista Geografia. V. 31. Rio Claro, 2006, p. 103 – 117.

MOREIRA, R. Da Região à Rede e ao Lugar (A nova realidade e o novo olhar sobre o mundo). In:____. **Revista Ciência Geográfica**. AGB-Bauru. São Paulo, v. III, n.6, p.1-11, 1997.

------. **A Diferença e a Geografia (o ardil da identidade e a representação da diferença na Geografia)**. GEOgraphia (UFF), Rio de Janeiro, v. 1, n.1, p. 25-42, 1999.

------. **Marxismo e Geografia**: a geograficidade e o diálogo das ontologias. GEOgraphia, Niterói, v. 6, n.VI, p. 21-38, 2004.

------. **O espaço e o contra-espaço**: as dimensões territoriais da sociedade civil e do Estado, do privado e do publico na ordem espacial burguesa. In:____.

Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial. Rio de Janeiro. 3ª ed. Editora Lamparina, 2007.

----- . **Pensar e Ser em Geografia**. 1ª ed. São Paulo: Editora Contexto, 2010. 198 p.

MOURA, V. P. ; RIO, Gisela Aquino Pires Do . **Gestão de Recursos Hídricos: Dificuldades de Articulações Territoriais**. In:____. Anais em Cd-Rom do 2º Simpósio de Recursos Hídricos da Região Centro-Oeste, 2002.

OLIVEIRA, R. M. L. **A criação dos Comitês de Bacias Hidrográficas dos Rios Jucu e Santa Maria da Vitória: perspectivas e desafios da Gestão Hídrica Capixaba**. Dissertação de Mestrado. PPGG – UFES. Ano de Obtenção: 2011

NASCIMENTO, Flávio Rodrigues Do ; CUNHA, Sandra Baptista da ; SOUZA, M. J. N. ; CRUZ, L. B. **Diagnóstico Geoambiental da bacia hidrográfica semi-árida do Rio Acaraú: subsídios aos estudos sobre desertificação**. Boletim Goiano de Geografia, v. 28, p. 4-62, 2008.

PIRES DO RIO, G. A. ; PEIXOTO, Maria Naíse de Oliveira . **Superfície de regulação e conflitos de atribuições na gestão de recursos hídricos**. Território, Rio de Janeiro, n.10, p. 51-65, 2001.

PIRES DO RIO, G.A. *et. al.* **Gestão de Recursos Hídricos: Aspectos Metodológicos**. In:____. Anais em CD-ROM do II Encontro Nacional da ANPPAS. Indaiatuba, 2004, s/p.

PIRES DO RIO, G. A. **Recursos Hídricos e Território: tensão e cooperação**. In:____. Anais do III Encontro da ANPPAS. Brasília. 2006.

UFMG. **PROJETO MANUELZÃO**. Projeto de Pesquisa UFMG. <www.manuelzão.ufmg.br. > Acesso em novembro 2012

QUARENTEI, Laura Mariano. **O uso de escalas de análise para compreensão de dinâmicas sócio-espaciais na bacia hidrográfica do Córrego do Sossego - Itarana/ES**. Dissertação de Mestrado, PPGG-UFES, 2010.

RAIMUNDO, S. ; FRACALANZA, A. P. **Conflitos no uso dos recursos hídricos e na gestão das águas: uma proposta metodológica de análise**. OLAM (Rio Claro), v. 8, p. 338-367, 2008.

DESAGUA. **Relatório Final Projeto DESAGUA - Enquadramento de corpos d'água como instrumento de planejamento regional sustentável**. LABGEST/UFES, 2008.

RIBEIRO, W. Gestão das águas metropolitanas. In:____. Org: CARLOS, A. F. A.; OLIVEIRA, A .U. **Geografias de São Paulo: a metrópole do século XXI**. Contexto, 2004, v 2, p. 165 – 182.

RIBEIRO, W. C. Gestão das águas metropolitanas. In:____. Org: CARLOS, A. F. A.; OLIVEIRA, A .U. **Geografias de São Paulo: a metrópole do século XXI**. São Paulo: Contexto, 2004, v. 2, p. 165-182.

RODRIGUES, A. A. B. . Natureza e Método de Análise do Espaço do Turismo. In: Maria Adélia Aparecida de Souza. (Org.). **O MUNDO DO CIDADÃO. UM CIDADÃO DO MUNDO**. 1ed. SÃO PAULO: HUCITEC, 1996, p. 318-330.

ROSS, J.L.S. ; DEL PRETTE, M. E. . **Recursos Hídricos e Bacias Hidrográficas: âncoras do planejamento e gestão ambiental**. Revista do Departamento de Geografia (USP), v. 12, p. 89-121, 1998.

ROSS, J. L. S. São Paulo: a cidade e as águas. In:____. Org: CARLOS, A. F. A.; OLIVEIRA, A .U. **Geografias de São Paulo: a metrópole do século XXI**. São Paulo: Contexto, 2004, v. 2, p. 185 – 219.

SANTOS. M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 12ª edição. Rio de Janeiro: Editora Record, 2005. 174 p.

SANTOS. M. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo. Razão e Emoção**. 4ª edição. 2. reimpressão. HUCITEC. São Paulo, 2006. 367 p.

----- . Espaço e seus Elementos: Questões de Método. In:____. **Espaço e Método**. 5º ed. São Paulo. EDUSP. 2008, p. 15 – 34.

----- . **Por uma Geografia Nova. Da Crítica da Geografia a uma Geografia Crítica**. 6ª ed. 1ª. Reimpr. EDUSP. São Paulo, 2008.

SILVA, C. A. **Da gestão dos recursos hídricos ao desenvolvimento rural: uma reflexão metodológica**. Geografia (Londrina), Rio Claro, v. 29, n.1, p. 101-110, 2004.

SILVA, A.F.P. Documento agenda das bacias estratégicas, rios Jucu e Santa Maria da Vitória. Vitória/ES: Instituto Ecobacia. Cariacica/ES: IEMA. 60p.

STRAFORINI, R. Alteridade Territorial: uma leitura geohistórica do território colonial brasileiro. In: Paulo Roberto Albuquerque Bomfim; Manoel Fernandes de Sousa Neto. (Org.). **Geografia e Pensamento Geográfico no Brasil**. 1 ed. São Paulo: Annablume, 2010, v. 1, p. 141-158.

TEIXEIRA, E.C., PAIM, P.R., TEDESCO, A.N.S., MENDONÇA, A.S.F., PEREIRA, C.B. **Simulação do processo de enquadramento do Rio Santa Maria da Vitória/ES com participação do comitê de bacia**. In:____. Anais XVII Simpósio Brasileiro de Recursos Hídricos. ABRH Local. São Paulo, 2007.

VARGAS, Éverton Vieira. Água e relações internacionais. In: **Revista Brasileira de Política Internacional**. Vol. 43, nº 1. 2000.

WWF-Brasil. Fórum Nacional de Comitês de Bacia Hidrográfica. **Reflexões e Dicas para a Implementação do Sistema de Gestão de Recursos Hídricos no Brasil**. Brasília, 2005, p. 4 -76.

ANEXO I

Mapeamento dos atores dos Comitês de Bacia dos rios Santa Maria da Vitória
e Jucu

MAPEAMENTO DOS ATORES DA BACIA DO RIO JUCU		
Municipal		
	Cariacica	Domingo Martins
Poder Público	Prefeitura; Secretaria de Meio Ambiente; Secretaria de Agricultura; Gerência de Controle Ambiental;	Prefeitura; Secretaria de Meio Ambiente; Secretaria de Agricultura;
Usuários	João Batista Coutinho; Ademir Geraldo Degasperi;	Aroso; Parque do China; Pousada dos Pinhos; Estação Pedra Azul; Pousada Péterle; Rabo do Lagarto; Pousada Vale do Carmo; Sítio dos Palmitos; Heide Helene Sperlich; João Patricio Barroso Neto; Itamar Endelich; Gilmar Endelich e Gilberto Endelich; Eyles Patricio Machado Junior; Caila Riho Inada; Abel José Sant'ana; Otavio Kuster; Aurindo Wruck; Antonio Emílio Pereira; Almir Dordenoni Herbst; Serviço Social do Comércio SESC-ES; Paulo Sérgio Andrião; Josiane Maria Klein, Josete Antonio Pereira, Roberto Carlos Chagas; Elgir Tonoli; Flávio Wruck; Martonio Littig; Ederson Wruck; Claudio Huwer; Elio Wruck; José Evaldo Beltrame Portes.
Sociedade Civil	ADEMAC – Agência de Desenvolvimento Ambiental Capixaba; Associação dos Andarilhos Ecológicos do Espírito Santo; Faculdade Pio XII;	Instituto Roberto Carlos Kautsky; Instituto Verde Brasil – IVB; Cooperativa de Empreendedores Rurais de Domingos Martins; Associação de Produtores Rurais de Aparecidinha/Araçá; Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Domingos Martins e Marechal Floriano;
Municipal		
	Guarapari	Marechal Floriano
Poder Público	Prefeitura; Secretaria de Meio Ambiente;	Prefeitura; Secretaria de Meio Ambiente; Defesa Civil Municipal; Secretaria Municipal de Agricultura; Secretaria Municipal de Obras;
Usuários	Cristal Empreendimentos Imobiliários LTDA.	Luiz Paulo Endlich; Ruberli Littig; Clóvis Arnaldo Koehler; Sueli de Paula França; Hebert Subtil Fraga; Almir Scheider; Célio Schunk; Domart Alimentos LTDA; João Turra Sobrinho; Alvino Jose Saith; Recardo Tadeu Rizzo Bicalho; Cesar Abel Krohling (engenheiro agrônomo – produtor rural); Jaime (Cientista Social – Proprietário rural).
Sociedade Civil	Sociedade Sinhá Laurinha; Associação Ecológica Força Verde; Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis de Guarapari; Sociedade Gaya Religare;	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Domingo Martins e Marechal Floriano; Aciasmaf (Joaquim Serpa); AVES (Associação de Avicultores do Espírito Santo); Escola Nicolau Khrolling;

	ARRENG – Associação Representativa da Região Norte de Guarapari; Faculdades Integradas Padre Anchieta de Guarapari – FIPAG;	
Municipal		
	Santa Maria de Jetibá	Anchieta
Poder Público		
Usuários		
Sociedade Civil	SOS – Sociedade Civil de Bombeiro Voluntário; Faculdade da Região Serrana; ASSCAMARG – Associação de Catadores de Materiais Recicláveis de Guarapari.	MEPES – Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo;
Municipal		
	Vitória	
Poder Público		
Usuários		
Sociedade Civil	IPEMA – Instituto de Pesquisa da Mata Atlântica; Instituto HARPIA. ANDESA; Instituto MODUS VIVENDI; Associação 4 Elementos; Instituto Ecomaris; ECOS – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Socioambiental LTDA; IBDM – Instituto Brasileiro de Desenvolvimento da Defesa Civil e do Meio Ambiente; FETAES – Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado do Espírito Santo; FAMOPES – Federação das Associações de Moradores e dos Movimentos Populares do Espírito Santo; FAES – Federação da Agricultura e da Pecuária do Estado do Espírito Santo; Espírito Santo em Ação; FINDES – Federação das Indústrias do Espírito Santo; AEV – Associação Educacional de Vitória; AMUNES – Associação dos Municípios do Estado do Espírito Santo; CTA – Centro de Tecnologia em Aquicultura e Meio Ambiente.	
Municipal		
	Venda Nova do Imigrante	
Poder Público		
Usuários	Restaurante Lorenzoni	
Sociedade Civil	GUAÇÚ-VIRÁ – Centro de Desenvolvimento Sustentável	Instituto TERRA;
Municipal		
	Viana	Vila Velha
Poder Público	Prefeitura e Secretaria de Meio Ambiente; Secretarias de Comunicação; Planejamento e	Prefeitura; Secretaria de Meio Ambiente; Coordenação de Desenvolvimento e Controle

	Desenvolvimento Econômico; Auditoria; Finanças; Obras; Secretaria de Assistência, Renda e Cidadania; Agricultura; Saúde; Administração; Educação; Chefia de Gabinete; Procurador; Cultura; esporte e Turismo; Serviços Urbanos; IPREVI; Vereadores.	Ambiental.
Usuários	Estevão Gomes dos Santos; Juvenal Ribeiro Neto; Maria Regina da Silva; Perfil Comércio de Alumínios e Acessórios LTDA; CONDUTO - Companhia Nacional de Dutos; VIPASA – Vitória Indústria e Comércio de Papeis LTDA; Golden Indsústria de Revestimentos LTDA; Leila Maria Bourguignon Prezotti; Fertilizantes Heringer LTDA.	Central de Tratamento de Resíduos Vila Velha LTDA; FGR Urbanismo Vila Velha S/A; Frigorífero Kinka Regis LTDA;
Sociedade Civil		IBIO – Instituto da Biodiversidade; INJAPA – Instituto Jacarenema; UVV – Centro Universitário Vila Velha; UNIVILA – Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas de Vila Velha; ARTBARRA (NUCLEO ARTCANA); Arte Solidária – MOVIVE – ES; IASE – Instituto Autoglass Socioambiental de Educação ES; Papel Recriado ES; ASVILA; AMABARRA; Associação de Moradores; Região II e V; FINDES; Fórum Popular em Defesa de Vila Velha; Instituto Ecobacia; ABC – Associação Barrense de Canoagem; CCVV; AMEUC; Novo Milênio; ABAPA.
Federal		
Poder Público	INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária; Superintendência Estadual da Saúde no ES (Corees – FUNASA); Delegacia Federal do Desenvolvimento Agrário DFDA/MDA; IBAMA;	
Usuários		
Sociedade Civil	IFES; UFES	
Estadual		
Poder Público	SEAMA – Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos; IEMA – Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos; SEDU – Secretaria de Estado da Educação; SESA – Secretaria de Estado da Saúde; SECT – Secretaria de Estado ciência e Tecnologia; SEDURB – Secretaria de Estado de Saneamento, Habitação e Desenvolvimento Urbano; IDURB – Instituto de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Espírito Santo, SEAG – Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca; IDAF – Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo; Defesa Civil ES; CESAN; SEDES – Secretaria de Estado de Desenvolvimento; IJSN; Cia Ambiental da Polícia Militar do ES; FAPES - Fundação de Apoio à Pesquisa do Espírito Santo; CAO A –	

	MP/ES – Centro de Apoio Operacional de Defesa do Meio Ambiente;
Usuários	
Sociedade Civil	AURHES – Associação dos Usuários de Recursos Hídricos do ES; CRA – Conselho Regional de Administração.